



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**CONTA SATÉLITE DO TURISMO:
Estrutura, análise e desafios para implementação no caso
brasileiro.**

MÁRIO RUDÁ PONTES DE ANDRADE

Brasília-DF
2009



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**CONTA SATÉLITE DO TURISMO:
Estrutura, análise e desafios para implementação no caso
brasileiro.**

MÁRIO RUDÁ PONTES DE ANDRADE

Orientadora: Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de mestre.

Brasília-DF
Junho de 2009

Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**CONTA SATÉLITE DO TURISMO:
Estrutura, análise e desafios para implementação no caso
brasileiro.**

MÁRIO RUDÁ PONTES DE ANDRADE

Banca Examinadora:

Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Orientadora Profa. Dra. (CET/UnB)

Dr. Décio Katsushigue Kadota

Examinador Externo Prof. Dr. (Universidade de São Paulo)

Dr. Joaquim Pinto de Andrade

Examinador Interno Prof. Dr. (UnB)

Andrade, Mário Rudá P. de

Conta Satélite do Turismo: estrutura, análise e desafios para implementação no caso brasileiro.

Brasília, 2009. 100p.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Mestrado em Turismo.

Palavras Chave

1. Turismo, 2. Economia do Turismo, 3. Conta Satélite do Turismo.

Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Mestrado em Turismo. Linha de Pesquisa: Economia, gestão, políticas e planejamento do turismo

RESUMO

Desde 2001 a Organização Mundial do Turismo (OMT) vem divulgando, principalmente entre seus países membros, a metodologia da Conta Satélite do Turismo. Capaz de mensurar economicamente a atividade turística, trazendo, entre outros indicadores, a relação do turismo com os demais setores e o valor econômico agregado, a CST desponta como importante ferramenta estratégica, permitindo a comparação ao longo do tempo e entre os países que a utilizam. No Brasil, a possível divulgação de uma Conta Satélite do Turismo ainda requer tempo e pesquisas específicas. Nesse sentido, este trabalho apresenta toda a estrutura da Conta Satélite do Turismo, sua ligação com as Contas Nacionais e os desafios para a implementação no caso brasileiro.

ABSTRACT

Since 2001, the World Tourism Organization (UNWTO) is spreading, especially among its member countries, the Tourism Satellite Account Method (CST). The CST is capable of measuring tourism as an economic activity, identifying, among other indicators, the relationship of tourism with other sectors and economic value added. This system emerges as important strategic tool allowing comparison over time and between countries that use it. There are several matters, like specific researches, that need to be done before launching the system in Brazil. Accordingly, this work presents the whole structure of the Tourism Satellite Account, its link with the National Accounts and the challenges to implement the system in Brazil.

AGRADECIMENTOS

A Deus e família que sempre me deram apoio e proporcionaram o conhecimento necessário para a conclusão de trabalho.

Aos amigos e a Galega que tanto colaboraram para a conclusão deste trabalho, seja ajudando com traduções, formatações de tabelas, ou com palavras de incentivo, apoio para acalmar os nervos, distração na hora de distrair, dando forças na hora de escrever, etc.

À Profa. Dra. Lourdinha, pela orientação e paciência nos momentos de pouca inspiração, sempre pontuando bem as falhas e acertos desta dissertação, balizando o trabalho da melhor forma possível.

Aos coordenadores José Francisco (MTur) e Roberto Ramos (IBGE) e aos técnicos Guilherme Telles e Ednéa Andrade, ambos do IBGE, pelo apoio e esclarecimentos sobre a Conta Satélite do Turismo, em especial no caso do Brasil.

Ao CET/UnB e ao Ministério do Turismo pela oportunidade em fazer o Mestrado Profissional em Turismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. A CONTABILIDADE SOCIAL	5
1.1. Introdução	5
1.2. Histórico.....	5
1.3. A Contabilidade Social, o PIB e o Sistema de Contas Nacionais.....	7
1.4. Metodologia do Sistema	14
1.5. As Contas Econômicas Integradas.....	17
1.6. As tabelas de Recursos e Usos.....	21
1.7. A Matriz de Insumo-Produto	24
2. A CONTA SATÉLITE DO TURISMO: DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E RECOMENDAÇÕES.....	28
2.1. Introdução	29
2.2. Conta Satélite – breve histórico	29
2.3. Metodologia das contas satélites segundo o SNA	30
2.4. Conta Satélite do Turismo	34
2.5. Diretrizes para elaboração da CST	36
2.6. As tabelas conceituais	43
2.7. Limitações no desenvolvimento da CST	59
3. A CONTA SATÉLITE DO TURISMO NO BRASIL: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INFORMAÇÕES TURÍSTICAS NO BRASIL.....	61
3.1. Introdução	61
3.2. As estatísticas em turismo no Brasil	61
3.3. A Conta Satélite do Turismo no Brasil.....	65
3.4. Visualizando a CST do Brasil.....	73
3.5. A CST em outros países.....	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
6. ANEXOS	93

LISTA DE QUADROS/TABELAS/ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Fluxo circular de renda	9
Quadro 01- Exemplificação rede de dados do SNA-93	16
Quadro 02- Contas Econômicas Integradas	18
Quadro 03- Setores institucionais da economia	20
Quadro 04- Composição da TRU	22
Quadro 05- Objetivos das Contas Satélites	30
Quando 06- Questões a serem respondidas pelas contas satélites.....	32
Quadro 07- Dados constantes nas Contas Satélites do Turismo	38
Quadro 08- Produtos específicos do turismo.....	39
Figura 02- Disposição dos bens e serviços.....	40
Quadro 09- Instruções para coleta e tratamento de dados da CST.....	42
Tabela 01- Consumo turístico receptivo por produtos e categorias de visitantes	48
Tabela 02- Consumo turístico doméstico por produtos e categorias de visitantes	49
Tabela 03- Consumo turístico emissivo por produtos e categorias de visitantes	50
Tabela 04- Consumo turístico interno por produtos e tipos de turismo	51
Tabela 05- Contas de produção da indústria do turismo e de outras indústrias	52
Tabela 06- Oferta e consumo de serviços turísticos por produtos.....	53
Tabela 07- Emprego nos setores do turismo	54
Tabela 08- Formação bruta de capital fixo do turismo e outros setores.....	55
Tabela 09- Consumo coletivo turístico, por funções e níveis de governo.....	56
Tabela 10- Indicadores não monetários.....	57
Quadro 10- Estatísticas do turismo no Brasil	63
Quadro 11- Roteiro de entrevista IBGE	66
Quadro 12- Roteiro de entrevista MTur	71
Quadro 13- Os quadros conceituais, situação dos dados no Brasil e ações hoje realizadas.....	74
Quadro 14- Problemas técnicos, possíveis soluções e perspectivas para a CST.....	75
Quadro 15- Principais projetos estatísticos vinculados à elaboração da CST da Espanha.....	79
Quadro 16- A CST no planejamento e na elaboração de estratégias para o turismo	85

INTRODUÇÃO

Há certo tempo passou-se a dizer que o turismo é uma atividade econômica capaz de movimentar a economia como um todo, trazendo divisas, gerando emprego e renda, distribuindo riquezas, contribuindo para o produto interno bruto do país, dentre outros. Porém, como este complexo setor pode ser mensurado? Cada país utilizaria sua própria metodologia? Como comparar o desempenho econômico do setor turístico com os demais setores, países e ao longo do tempo?

Avaliar quantitativamente e qualitativamente os impactos gerados pela atividade turística ainda é um difícil processo. Até mesmo países desenvolvidos que possuem a exploração do turismo, de certa forma, consolidada, encontram sérias dificuldades para alcançar dados que expressam a realidade. Pensando nestes e em outros questionamentos a Organização Mundial do Turismo (OMT), em conjunto com outras organizações e alguns países, desenvolve a Conta Satélite do Turismo (CST).

Este tema, ainda pouco abordado pela literatura em geral, encontra certa desconfiança entre os profissionais envolvidos com o turismo. A maioria desconhece o assunto, outros acreditam ser muito complexa e alguns são descrentes quanto à sua aplicabilidade. Buscando esclarecer como ela é elaborada, trazendo suas vantagens metodológicas e demonstrando que é possível desenvolvê-la, este trabalho acredita que a CST é um excelente instrumento de gestão, planejamento e estratégia, que pode auxiliar governos e a iniciativa privada a estipular metas, objetivos e ações em prol do desenvolvimento do turismo em qualquer localidade.

O objetivo dessa pesquisa não é trazer a linguagem científica econômica, baseada em fórmulas e gráficos de complexa estruturação, ou de terminologias específicas, exceto quando seja necessário para auxiliar o entendimento de alguma questão particular. Por ser voltada ao turismo, a análise do trabalho aqui proposto pretende ser a mais direta possível, mas com a percepção macroeconômica necessária para entender como a Conta Satélite funciona e o que está medindo.

Assim, em lentes gerais, a pesquisa objetiva o melhor entendimento sobre a importância econômica da Conta Satélite do Turismo de um país, apresentando as bases macroeconômicas necessárias para sua formação, os aspectos metodológicos por ela utilizada, o seu desenvolvimento em alguns países e como está sendo construída no caso brasileiro. Para isso, o trabalho foi estruturado em três capítulos, além das considerações finais.

O primeiro capítulo aborda os princípios do Sistema de Contas Nacionais e sua relação com a economia. Seu histórico, contribuições teóricas, evolução metodológica, suas subdivisões e objetivos. Ressalta a importância econômica, destacando a sua ligação com os indicadores econômicos (PIB, balança de pagamentos, etc.) e com outras ferramentas, em especial a Conta Satélite do Turismo. Ao identificar que a CST integra a contabilidade social, foi necessário conhecer todas as partes que formam as Contas Nacionais para se obter um melhor entendimento da sua abrangência, metodologia e aplicabilidade. Com este entendimento pôde-se compreender melhor o capítulo seguinte.

Tratando especificamente da Conta Satélite do Turismo, o segundo capítulo tem início com um breve histórico sobre sua estruturação, que apesar de relativamente recente, foi bem aceita pelos países membros da Organização Mundial do Turismo (OMT). As diretrizes para a elaboração da CST e as dez tabelas conceituais delimitadas pela OMT estão bem detalhadas, trazendo a relação com o Sistema de Contas Nacionais e permitindo visualizar a metodologia para implementação da CST. Ao final, o capítulo apresenta algumas limitações técnicas que podem prejudicar o desenvolvimento das Contas Satélites.

O último capítulo contextualiza as estatísticas em turismo no Brasil, em busca de elementos capazes de subsidiar a possível elaboração da CST no país. Para isso foi realizado um levantamento dos dados oficiais em turismo disponíveis na federação, além de entrevistas com representantes do Ministério do Turismo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de entender o histórico, os desafios e as perspectivas das informações turísticas no âmbito nacional. Em um último momento, a implementação da Conta Satélite do Turismo em quatro países membros da OMT é destaque, identificando práticas que auxiliaram a estruturação da CST nestes países, com o objetivo de tirar conclusões para o Brasil.

Por fim, as considerações finais encerram a dissertação com observações, críticas e sugestões sobre todo o processo de implementação da Conta Satélite do Turismo, no caso brasileiro.

A metodologia da pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica, referente às contas satélites e suas bases macroeconômicas, abrangendo a contabilidade social e as contas nacionais, além das citadas entrevistas que objetivaram identificar a atual situação das estatísticas em turismo no Brasil e saber as principais dificuldades que impedem o país de divulgar a Conta Satélite do Turismo brasileira.

1. A CONTABILIDADE SOCIAL

1.1. Introdução

Neste primeiro capítulo a Contabilidade Social desponta como a razão de ser de qualquer conta satélite. Por esse motivo o seu entendimento é parte essencial para o desenvolvimento desta dissertação. Buscando compreender o processo de elaboração, o capítulo se desenvolve trazendo o contexto histórico em que a contabilidade social surge, tal como o Brasil a tem adotado. Além disso, nos interessa destacar qual é a metodologia de desagregação, quais são as ferramentas ou agregados macroeconômicos que fazem parte da contabilidade social, e qual sua importância econômica e estratégica na formulação de políticas públicas.

1.2. Histórico

A ciência econômica registra estudos desde meados do século XVII, passando pelas idéias de teóricos como Adam Smith (séc. XVIII) e Karl Marx (séc. XIX), dos neoclássicos Menger, Jevons, Walras, Marshall e Fisher (todos entre os séc. XIX e XX); chegando até as idéias Keynes (séc. XX), permanecendo, desde então, em constante adaptação. Toda essa evolução histórica apresentou momentos e contribuições importantes que foram dando forma à atual economia. É importante destacar alguns desses momentos a fim de entender como foi elaborado todo o pensamento em torno da Contabilidade Social. Rossetti (1995) apresenta três períodos distintos.

O primeiro período é o que vai desde as constatações iniciais até o início do século XX. Nessa época, a principal preocupação dos economistas era buscar estimativas que fossem capazes de avaliar a renda nacional e a fortuna nacional. A comparação econômica passava a ter *status* de poder e esses estudos, embalados pelo nacionalismo exagerado, eram primordiais para provar o desenvolvimento mercantilista, que vinha ocorrendo desde o século XV por meio das riquezas nacionais. Já no final dessa primeira etapa, os governos começam a ter preocupação na avaliação da capacidade de contribuição fiscal da nação. Eles queriam saber quanto dessa arrecadação de impostos estava inserida na riqueza nacional.

Esse tipo de estudo, trazendo quantidades sobre renda e produção, perdurou até 1930, quando teóricos econômicos sentiram a necessidade de melhor conhecer todo o processo da economia mundial. Vale lembrar que a década de 30 foi um período situado na pós-primeira

guerra mundial e antecedente à segunda. Por isso, a preocupação econômica dos governos passa a ser não apenas de poder, mas também de estratégia e conhecimento no intuito de utilizar os recursos econômicos, ou não, no desenrolar dos confrontos. Esse segundo período, que termina após a segunda guerra mundial, é de grande contribuição para o desenvolvimento da Contabilidade Social. É aqui que ocorre a Revolução Keynesiana, baseada na publicação de John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, considerado o pai da macroeconomia e que apresenta os conceitos de análise agregativa, derivada dos conceitos de produção, renda e dispêndio nacional. Rossetti (1995.p.30) discorre sobre a influência de Keynes da seguinte maneira:

A análise econômica da época, sob influência da obra de KEYNES, passou a atribuir importância fundamental ao fluxo global de dispêndio das nações (particularmente em decorrência de sua atuação como condicionante dos dispêndios globais de consumo). Os dispêndios do governo, no custeio de seu aparato administrativo ou na realização de investimentos públicos, também passaram a ser objeto de análises mais cuidadosas, devido à sua ponderável influência nos mecanismos de sustentação do emprego e das atividades de produção.

Já Paulani (2000.p.03) observa que é “a partir da Teoria Geral de Keynes que ganham contornos definidos os conceitos fundamentais da contabilidade social, bem como a existência de identidades no nível macro e a relação entre os diferentes agregados”.

Vale ressaltar, além da revolução Keynesiana, que nesse período as nações passaram a se interessar pelo desenvolvimento do sistema de contabilidade social, (passando de 14 nações que já trabalhavam com ele, para 33 em 1939), impulsionadas, principalmente, pelo desenvolvimento da análise macroeconômica e pelos resultados alcançados em decorrência da contribuição da contabilidade social frente aos efeitos da Grande Depressão¹.

O último período que Rossetti (1995) destaca é aquele iniciado na pós-segunda guerra chegando até os dias atuais. A principal característica é o contínuo desenvolvimento da contabilidade social, ainda não esgotada, em que os novos teóricos interpretam os autores fazendo a ligação com a economia global. É nessa fase que a contabilidade social apresenta os aspectos macroeconômicos que serão de grande importância nas estimativas econômicas e nos estudos quantitativos de cada país. Dessa forma a contabilidade social passa a ter parâmetros comparativos no espaço de tempo e entre países, que começam a dimensionar suas economias pautadas em metodologias semelhantes.

¹ Período compreendido entre os anos de 1929 e 1930, tido como a pior recessão econômica do século XX, gerando prejuízos econômicos significativos, como queda do PIB em diversos países, aumento da taxa de desemprego, queda dos preços de ações, entre outros.

O que se pode aferir de toda essa evolução histórica é que a contabilidade social partiu e se desenvolveu de uma necessidade lógica de mensuração e coerência adequada aos estudos existentes em cada época atingindo níveis importantes de detalhamento na atualidade.

1.3. A Contabilidade Social, o PIB e o Sistema de Contas Nacionais

A Macroeconomia deve explicitar os acontecimentos, ou seja, o comportamento agregado da economia e seus desdobramentos, e a Contabilidade Nacional deve favorecer as principais medidas que viabilizem os estudos macroeconômicos – os agregados macroeconômicos que medem quanto foi o produto gerado em uma economia num período de tempo, quanto foi consumido e quanto foi investido, quanto de renda foi gerado e como ela foi apropriada.

(FEIJÓ, 2004, pg.04)

Ao se dizer que a contabilidade social é capaz de detalhar a economia de um país, a primeira pergunta que aparece é: como? De forma a entender este tipo de detalhamento, nada melhor do que começar com a economia vista na sua forma mais agregada e, após entendê-la, então, desagregá-la gradualmente e examinar tal desagregação por meio das contas que formam o sistema de Contabilidade Social.

A forma mais agregada de apreender a economia é por meio da formação do Produto Interno Bruto que mede “o valor total da produção de bens e serviços finais obtidos por um país em território nacional, em determinado período de tempo, usualmente um ano” (AMADO e MOLLO, 2003).

O Produto Interno Bruto é um dos principais agregados econômicos e de vital importância para o entendimento da economia como um todo. Com ele é possível mensurar, entre outras coisas, a velocidade de crescimento do país, sua riqueza monetária, o grau de consumo de sua população, a quantidade de produção industrial e a renda gerada na população.

Mankiw (2005, p.204) chega a dizer que “o PIB é a estatística econômica acompanhada [internacionalmente] com mais atenção porque é considerada a melhor medida do bem-estar econômico de uma sociedade”² e dá prosseguimento afirmando que “ao se julgar se uma economia vai bem ou mal, é natural examinar a renda total obtida por todos os membros da economia. Essa é a função do produto interno bruto”.

² Ressalta-se bem-estar econômico, que é diferente de bem-estar social. O que mais se aproxima da mensuração do PIB ao falar em bem-estar social é o PIB per capita (PIB dividido pelo número de habitantes), mas só é válido para economias com poucas desigualdades de renda, uma vez que o PIB per capita pode “mascarar” uma realidade social precária em países com grandes diferenças de distribuição de renda. O indicador mais utilizado, atualmente, para o cálculo de desenvolvimento social é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que envolve outras variáveis como educação, longevidade da população e o PIB per capita real.

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) define o PIB da seguinte maneira.

Produto Interno Bruto é uma medida agregada da produção, igual a soma do valor bruto adicionado de todos os setores institucionais internos envolvidos na produção, mais taxas e impostos, menos os subsídios. A soma do consumo final de bens e serviços (todos, exceto o consumo intermediário) mensurados em valores de consumo, menos o valor de importações de produtos e serviços, ou a soma da renda primária distribuída pelas unidades de produção interna.
<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1163>

Já Castro e Lessa (1982, p.37) falam que o “produto de uma economia leva em conta tão somente os bens e serviços de utilização final produzidos no sistema, isto é, os de consumo e capital” e completam dizendo que “o Produto corresponde àquilo que efetivamente se adiciona em termos de valor, ou seja, ao Valor Agregado”.

Tomando a definição quantificável, o PIB é medido pela seguinte fórmula (MANKIW, 2005):

$$Y = C + I + G + EL$$

Onde:

Y = PIB

C = Consumo: tudo o que as famílias consomem.

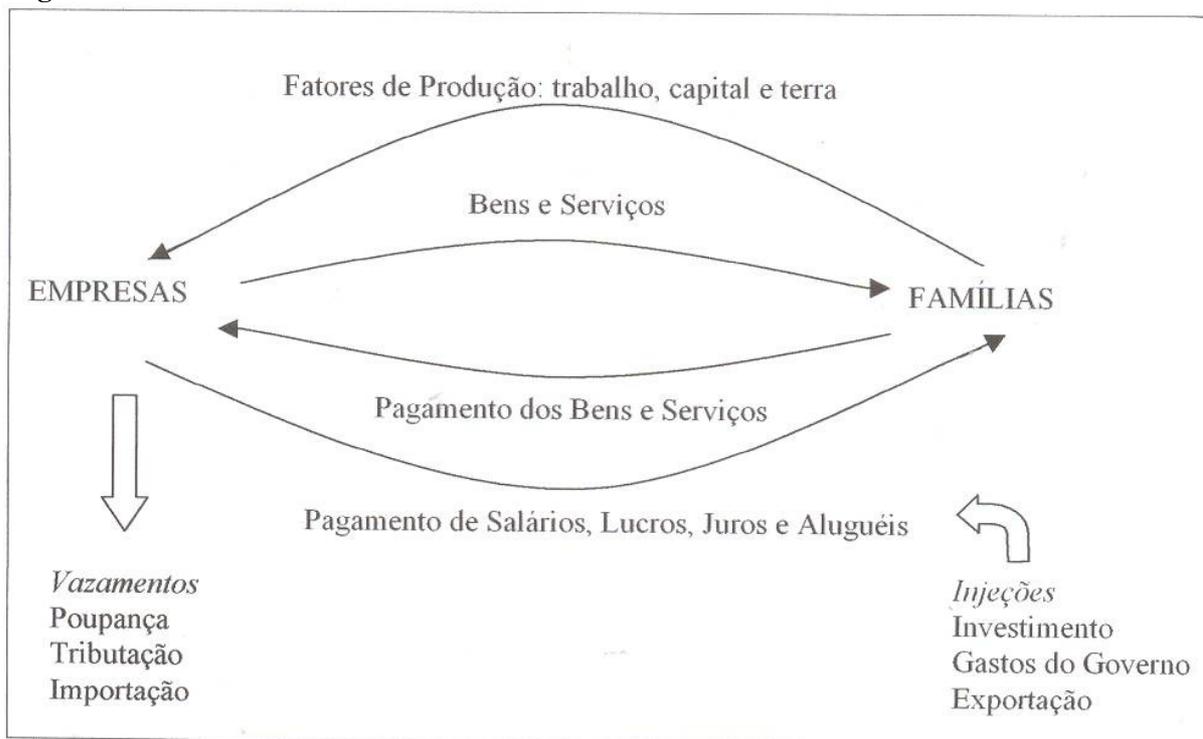
I = Investimento: tudo aquilo que amplia a capacidade de produção.

G = Compras do Governo: o que o governo gasta em nível federal, estadual e municipal.

EL = Exportações líquidas: exportação – importação.

O PIB é gerado por empresas e famílias e distribuídos por empresas e famílias. Esses fluxos de geração, distribuição e gastos relacionados com o PIB podem ser melhor entendidos por meio da figura (Fig. 01) abaixo.

Fig. 01 – Fluxo circular de renda



Fonte: AMADO e MOLLO, 2003.

Tal diagrama representa uma síntese da economia trazendo a relação de troca entre as famílias e as empresas. As primeiras fornecem os fatores de produção (trabalho, capital e terra), recebendo em troca a sua renda (salários, lucros, juros e aluguéis). Essa renda é dada em troca de aquisições de bens e serviços. Já as empresas pagam pelos fatores de produção, fornecem os bens e serviços e recebem em troca os pagamentos pelos produtos vendidos. Toda esta relação contínua de trocas entre famílias e empresas, de produtos e rendas, é o que chamamos de Fluxo Circular de Renda. Por causa de sua simplicidade é útil ter em mente o diagrama de fluxo circular ao pensar sobre como os componentes da economia se articulam (MANKIW, 2005).

Já neste pequeno esquema é possível visualizar o PIB sob as óticas da renda, do produto e da despesa. Observa-se que, quando se olha a economia do ponto de vista agregado, o que alguns agentes produzem e vendem em termo de bens e serviços é a produção. O que recebem como salários, lucros, aluguéis, etc. é a renda com que se mantêm, e, o que compram com essa renda, é recebida pelas empresas quando se destinam a consumo, ou vazam sob a forma de poupança, tributação, importação. Esses vazamentos, porém, voltam à economia sob a forma de gastos em investimentos, gastos, investimentos, gasto do governo e exportação.

Assim, o fluxo agregado de produção em uma economia tem relação com a renda gerada nela e é importante, para entendê-la, verificar quem produz, para quem, como as

rendas são geradas e como são distribuídas. É isso que a Contabilidade Social permite observar, a partir das várias formas de mensuração do PIB.

Passando para a forma de cálculo do PIB, surge o conceito de valor agregado ao produto. O PIB é então composto por valores que foram sendo adicionados a determinado bem. Esta prática impede que certo produto utilizado na fabricação de outro, seja contado duas vezes, como insumo e como produto final que é aquilo chamamos de dupla contagem. Ao analisarmos o PIB pela ótica do produto, há preocupação em evitar a dupla contagem.

Observando o PIB pela ótica do produto, devemos pegar o produto final e subtrairmos os insumos. É o valor que a firma adiciona ao produto (FEIJÓ, 2004 p.20). Mas, por que fazemos isso? Porque em determinado momento o insumo já foi contabilizado no total da economia. Ele também teve subtraído os bens que o formam. Assim ele não deve ser contabilizado novamente no produto final. Exemplo disso é o pneu de um carro. Ele já foi contabilizado quando foi produzido. Então, por esta visão, ele deve ser excluído do valor total de um veículo, restando o que a montadora realmente agregou à fabricação.

Pela ótica da Renda, o valor adicionado à produção é a soma dos pagamentos aos fatores de produção usados nos processos produtivos, ou seja, é a soma de tudo aquilo que se pagou para moldar o produto. São os salários, o lucro, juros e aluguéis. Chega-se ao PIB de uma nação, por este meio, somando todos os valores pagos para trabalhadores e empresas, de todos os setores econômicos, que agregaram valor a um produto inserido na economia. Ou seja, se uma dona de casa cozinha um bolo em sua residência e sua família o consome, ela não contribui para o PIB porque seu “produto” não retornou ao mercado. Porém, uma cozinheira que trabalha vendendo bolos, em estabelecimento legal, contribui para o PIB porque seu produto é comercializado em seguida. No caso da cozinheira já sabemos medir o PIB por duas óticas. Pelo produto (farinha mais água menos preço final) e pela renda (quanto foi pago para que ela somente fizesse o bolo).

A última forma de se medir o PIB é pela despesa. Aqui devemos analisar quanto o consumidor final gastou para adquirir determinado produto. Feijó (2004, p.20) destaca que, dessa forma, o PIB pode ser obtido pela “soma do total dos gastos dos agentes econômicos em consumo de bens e serviços, nacionais e importados, e em investimento para ampliação de capacidade produtiva ou manutenção do equipamento”. Simplificando, é o valor pago por um bem final.

Como podemos ver, as três formas de medida expressam um mesmo valor, a mesma quantia monetária. Dessa forma, qualquer que seja a ótica de visualização do PIB o valor numérico será o mesmo. Dizemos então que o PRODUTO = RENDA = DESPESA³.

Vale lembrar que cada forma de se medir o PIB gera uma informação adicional. O PIB medido pela ótica do produto nos dá a produção de bens e serviços; pela renda, os rendimentos gerados na produção; e pela despesa o destino dados à renda pela população. Assim, é possível obter a visão macro da economia, sabendo quanto cada agente macroeconômico (família, empresas, governo e mercado externo) contribui para determinada economia, seja produzindo e oferecendo ou ganhando e gastando.

Saindo dessa visão macro demonstrada no PIB e buscando focalizar um pouco mais cada setor econômico e a relação entre eles e seus produtos, surge a contabilidade social. Sua formação parte da identificação dos setores de produção (agricultura, indústria e serviços), dos agentes ativos (unidades familiares, empresas, governos e resto do mundo) e dos tipos de atividade (primária, secundária e terciária). Tendo estes três pontos-chaves, percebe-se o quanto a atividade econômica é complexa para se medir.

Pensar que para cada setor produtivo existem vários agentes que se relacionam não exclusivamente e unicamente com um setor, mas com outros também; que os agentes, setores e atividades, podem, e se relacionam entre si; e que, ainda estes elementos, podem se relacionar com o exterior; de imediato se imagina uma “teia” de relacionamentos tendendo ao infinito. Tentar dimensionar tudo com os mínimos detalhes parece ser inviável do ponto de vista prático.

Tendo essa constatação como um problema operacional, a contabilidade social passa a trabalhar a economia por agregação. Rossetti (1995.p.48) descreve bem os conceitos agregativos.

As partes individuais são preliminarmente agregadas por setores e sub-setores, constituídos por conjuntos de elementos que se agrupam em função das semelhanças verificadas em suas formas de comportamento, tipos de atividade e fins a que se destinam. De outro lado, as transações são também agrupadas segundo a natureza econômica.

Observando a explicação, vale destacar alguns pontos a serem considerados no que tange ao dimensionamento da contabilidade social.

³ A prova contábil de tal afirmação é feita utilizando o método das partidas dobradas, onde para cada operação de débito existe uma ou mais de crédito no mesmo valor, ou seja, para cada renda existe uma despesa, um comprador e um vendedor. Maiores detalhes consultar Simonsen e Cysne, 1995, p. 137.

- Identificar os principais setores de produção.
- Decompor, ao máximo, em sub-setores.
- Buscar os elementos formadores dos sub-setores.

Essa procura da interligação e intra-relação entre os setores é aquilo que os teóricos passaram a chamar de relações do aparelho produtivo da economia nacional. Porém estes não agem de forma isolada. É preciso observar:

- Os seus agentes ativos;
- Identificar a natureza das ações dos agentes;
- Agregar por produção, geração de renda, dispêndio e acumulação de capitais.

Cada um dos elementos expostos representa um conjunto de transações contábeis, ou uma conta, e cada transação econômica identificada (setor x setor; setor x agentes e agentes x agentes) é representada como um lançamento atendendo o princípio das partidas dobradas⁴. Esse é o motivo pelo qual Culmann alegou em sua conclusão que a contabilidade social é “uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de contabilidade”, como dito anteriormente.

O intuito dessa utilização é justamente saber o fluxo monetário de um setor, saber quem está comprando, quem está vendendo, quanto de imposto é gerado (lembrando que o governo é um dos agentes ativos), quanto a produção de determinado setor influencia no outro, entre outras informações que toda contabilidade social consegue gerar.

Assim, é possível dizer que a contabilidade social é uma técnica que trata o relacionamento de setores produtivos com seus respectivos agentes ativos, identificando as transações comerciais entre eles, gerando informações sobre fluxo monetário (saber quem está comprando, quem está vendendo), carga tributária existente, destinação do capital gerado (se é externa ou permanece no país) e quanto determinado setor influencia no outro, entre outras.

A fim de uniformizar toda a metodologia de mensuração, as Nações Unidas passam a delimitar as diretrizes necessárias para que os países tenham conhecimento sobre a sua Contabilidade Social.

Em um mundo de economias tão distintas umas das outras, em especial após a Segunda Guerra Mundial, com a divisão global entre socialismo e capitalismo, o sistema de contas nacionais não possuía uniformidade ou parâmetro padrão, sendo distintos se

⁴ O princípio das partidas dobradas reza que a um lançamento a débito, deve sempre corresponder um outro de mesmo valor a crédito. O equilíbrio interno refere-se à exigência de igualdade entre o valor do débito e o do crédito em cada uma das contas, enquanto o externo implica a necessidade de equilíbrio entre todas as contas do sistema (Paulani, 2000)

comparados o sistema de um país com o de outro. A base teórica era a mesma, mas a formatação e a metodologia eram diferentes. Começa então uma série de esforços entre órgãos internacionais, liderados pelas Nações Unidas, em busca de diretrizes metodológicas com a finalidade de dar homogeneidade ao sistema de contas nacionais (ROSSETTI, 1995).

Em 1953 é apresentado o primeiro documento que aponta as diretrizes a serem seguidas por países que desejavam implementar o sistema de contas nacionais. Essa primeira versão, baseada no relatório de Definição e Medição do Rendimento Nacional e Totais Relacionados de 1947, do Subcomitê de Estatísticas do Rendimento Nacional da Sociedade das Nações (FEIJÓ, 2004), sob orientação de Richard Stone, permaneceu até o ano de 1968. Posteriormente, foi substituída pelo documento hoje tido como referência básica na elaboração de qualquer conta nacional, de qualquer país e em qualquer nível de desenvolvimento econômico, o *System of National Accounts, 1993* (SNA-93)⁵.

O SNA-93 trata as contas nacionais da seguinte forma:

O Sistema de Contas Nacionais consiste em uma estrutura coerente, consistente e integrada do conjunto de contas macroeconômicas, balanços e tabelas, baseados em uma série de acordos internacionais estipulando conceitos, definições, classificações e regras contábeis. Isto fornece um quadro compreensível sobre as contabilidades, onde cada dado econômico pode ser compilado e representado em um formato desenvolvido para fins de análise econômica, tomada de decisão e decisões políticas. As contas se apresentam de forma condensada, mas com uma grande riqueza de detalhes da informação, organizadas de acordo com princípios econômicos e percepções, sobre o funcionamento da atividade econômica.

(CEC.IMF, OECD, UN e World Bank, 1993)⁶

Já Culmann⁷ afirma que o Sistema de Contas Nacionais é:

[...] uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre os vários aspectos de transações econômicas que se verificam, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país.

Com relação ao Brasil vale destacar que o país tem acompanhado a evolução do Sistema de Contas Nacionais desde a publicação do SNA-68. Antes sob a responsabilidade da

⁵ Em português: (Sistemas de Contas Nacionais, 1993). Este documento final foi resultado do trabalho conjunto das Nações Unidas, FMI, Banco Mundial, OCDE, e Eurostat.

⁶ Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/tocLev8.asp?L1=1&L2=1>

⁷ Apud Rossetti, 1995,p.18.

Fundação Getúlio Vargas (FGV), o país gerou dados compatíveis dos anos de 1947 até 1995 (IBGE, 2008).

Com o IBGE sendo órgão produtor oficial das Contas Nacionais do país em 1986, o Brasil divulga sua série de Contas Nacionais para década de 90, em 1997, utilizando a metodologia adotada em 1993 pelas Nações Unidas (FEIJÓ, 2004).

Em março de 2007 o IBGE publicou os resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais, tendo como referência o ano 2000. Em 2008, na segunda edição, são apresentadas as TRUs (Tabelas de Recursos e Usos) e as CEIs (Contas Econômicas Integradas) - conceitos estes a serem explicados posteriormente - para os anos de 2005 e 2006, os principais agregados anuais da economia brasileira no período e um glossário com a conceituação da terminologia utilizada⁸.

O mais importante que se observa neste momento é o contínuo esforço em manter a metodologia de contas nacionais atualizada no Brasil, o que garante contínuo melhoramento das formas de pesquisas nacionais, além de dar ao país uma base de dados estáticos pautada em recomendações internacionais, gerando credibilidade nas estatísticas mundiais.

Nas partes que se seguem deste capítulo veremos que o Sistema de Contas Nacionais é capaz de mensurar a economia como um todo; de gerar dados sobre a riqueza de um país pelas três óticas diferentes de cálculo do PIB; de saber como certas tomadas de decisões podem influenciar na economia, sociedade e governo. Por ter metodologia coesa, o Sistema de Contas Nacionais consegue gerar dados comparáveis ao longo do tempo e entre diferentes países, consegue desagregar a economia em setores, sub-setores e produtos destacando o grau de dependência entre eles, tudo isso baseado nas teorias macroeconômicas, sendo o principal instrumento da Contabilidade Social (ou Nacional).

1.4. Metodologia do Sistema

Como mencionado anteriormente, o propósito do Sistema de Contas Nacionais é, basicamente, mensurar os fluxos e estoques econômicos⁹. Para isso, é necessário estipular os meios ou instrumentos capazes de demonstrar como o cenário macroeconômico se comporta ao longo do tempo, em um determinado território, a relação deste com os outros externos, além do seu próprio mercado interno.

⁸ Disponível em http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2002_2006/default.shtm

⁹ SNA-93, disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/tocLev8.asp?L1=2&L2=1>

Feijó (2004.p.48) discorre sobre o papel das Contas Nacionais afirmando que elas “representam uma síntese da realidade econômica de um país, em um determinado momento no tempo” e completa dizendo que “as contas nacionais oferecem, além disso, as referências básicas de classificação de atividades e de setores institucionais, definições sobre a fronteira econômica e conceitos para definir e classificar unidades estatísticas e suas transações”.

Em outras palavras, o SNA é uma metodologia que concebe a visão macroeconômica de um país, com padronização definida capaz de agregar informações sobre o setor de produção, os agentes externos, internos e as transações existentes entre eles.

A exemplificação que segue nos próximos parágrafos, baseada no SNA-93, permite, de forma didática, visualizar a grande rede de dados de fluxos e estoques que o Sistema de Contas Nacionais pode apresentar e quão grande é sua complexidade. É importante o entendimento para os pontos que se seguem.

Iniciemos fazendo o seguinte questionamento: “Quem faz o que, com que significado, para qual propósito, com quem, em troca de que, para que e com que alteração de estoque?”. Esta pergunta é a síntese de uma economia e as repostas para cada parte nos dão uma boa visão da complexidade macroeconômica.

Os fluxos econômicos podem ser vistos de diferentes maneiras. Considerando “Quem faz o que?”, “Quem” se refere ao agente econômico, aquele que interfere na economia de alguma forma. O “o que” é justamente o tipo de ação que o agente está fazendo. Em alguns casos, a resposta para esta simples questão já apresenta a caracterização preliminar de um fluxo econômico.

O “com que significado” estipula a relação de um agente com o outro. O que ele pretende: vender ou comprar; produzir ou ser fator de produção. É saber qual é a finalidade da ação tomada (o “o que”). O “com que significado” não deve ser confundido com o “qual propósito”. Esta pergunta nos revela o destino da ação que pode ser lucro, estoque, caridade, consumo próprio, etc.

As partes seguintes da pergunta, “com quem, em troca de que, para que” dizem sobre a relação do agente econômico em questão e aquele com quem ele se relaciona. É tentar conhecer o outro agente econômico e saber o que ele influencia naquele que é o foco da análise.

Por fim, a “com que alteração de estoque” nos traz a variação de patrimônio existente antes e depois de cada ação executada pelo seu agente.

Quadro 01 – Exemplificação rede de dados do SNA-93

Pensando na relação agência de viagens x cliente, vamos responder a pergunta completa:

Quem faz o que? A agência de turismo elabora pacotes de viagens.

Com que significado? Para vender.

Qual propósito? Gerar renda e lucro.

Com quem, em troca de que, para que? Com clientes, em troca de dinheiro, para que eles viagem.

Com que alteração de estoque? Antes de comercializar o pacote, a agência tinha 10 vagas, por exemplo, em um vô fretado. Ao realizar a venda para um casal, ainda possui 8. Em contrapartida tem mais dinheiro em caixa.

Fonte: SNA-93, elaboração própria

É respondendo à complexa pergunta “Quem faz o que, com que significado, para qual propósito, com quem, em troca de que, para que e com que alteração de estoque?” que o Sistema de Contas Nacionais começa a se formar. O “quem” e “com quem” serão respondidos ao se analisar as unidades institucionais e os setores econômicos; o “faz o que” é encontrado nas transações realizadas e em outros fluxos existentes; o “com que alteração de estoque” nos ativos e passivos; e, por fim, as demais partes são encontradas ao se observar as atividades e a relação entre os agentes, os produtos comercializados e o propósito de cada parte do sistema.

Trazendo a visão macroeconômica, um sistema completo de contas nacionais é composto de cinco blocos principais, descritos a seguir, que se articulam e são totalmente consistentes porque utilizam os mesmos conceitos, definições, classificações e regras contábeis (IBGE, 2008). São eles:

- Contas econômicas integradas (CEI)
- Tabelas de recursos e usos (TRU)
- Tabela tridimensional
- Tabela algumas operações
- Tabelas de população e emprego.

O Sistema de Contas Nacionais, além de representar toda a economia de um país, traz à tona o PIB por meio das Contas Econômicas Integradas e das Tabelas de Recursos e Usos. Por esse motivo, neste momento, cabe discorrer melhor sobre estes dois blocos por serem a base do sistema de contas nacionais e por terem influência direta em outros aspectos econômicos que colaboram na construção da Conta Satélite do Turismo.

1.5. As Contas Econômicas Integradas

A primeira ferramenta macroeconômica do Sistema de Contas Nacionais a ser abordada neste trabalho apresenta a relação de troca de fluxos econômicos existente entre os setores institucionais e as contas econômicas que compõe todo o sistema. Estas contas representam tudo aquilo que foi produzido na economia em valores financeiros, ou seja, a produção de bens e serviços, a geração de renda, o acúmulo de capital e todas as variações de fluxo estão ali colocadas. Ao fazer a interligação com os setores institucionais, a CEI apresenta o que cada um contribui para a formação do sistema econômico como um todo.

O IBGE (2008) aborda a CEI dizendo que “as Contas Econômicas Integradas - CEI constituem o núcleo central do Sistema de Contas Nacionais, oferecendo uma visão do conjunto da economia, pois, numa única tabela, mostram a renda gerada no processo produtivo, sua distribuição (primária e secundária) entre os agentes econômicos, sua utilização em consumo final e, ainda, o montante da poupança destinado à acumulação de ativos não-financeiros”. Esta tabela possui em suas linhas as contas econômicas e em suas colunas os setores institucionais e o resto do mundo, entre outras¹⁰. Vejamos cada um destes pontos de forma individualizada.

O SNA-93 apresenta um total de doze contas e sub-contas básicas a serem trabalhadas pela CEI. Mais importante que saber quais são estas contas é ter conhecimento sobre o que elas conseguem gerar ao se obter os dados necessários. Destacam-se três grandes grupos de contas: as contas correntes (produção, distribuição e utilização da renda); contas de acumulação de capital (variação de ativos e passivos e do patrimônio líquido) e contas de patrimônio líquido (estoques de ativos e passivos e patrimônio líquido). O quadro 02 sintetiza essas informações e permite rápida visualização sobre as contas econômicas e o que cada uma pode mostrar.

¹⁰ As outras colunas são: bens e serviços, total da economia, operações, saldos, ativos e passivos.

Quadro 02 - Contas Econômicas Integradas

Conta Corrente	Saldo da Conta (o que representa)
1. Conta Produção	PIB
2. Conta Renda	
2.1 Conta de Distribuição Primária da Renda	
2.1.1. Conta de Geração da Renda	Excedente operacional Bruto
2.1.2. Conta de Alocação da Renda	Renda Nacional
2.2 Conta de Distribuição Secundária da Renda	Renda Disponível
2.3 Conta Uso da Renda	Poupança
Conta de Acumulação	Saldo da Conta (o que representa)
1. Conta de Capital	Capacidade ou Necessidade de Financiamento
2. Conta Financeira	A mesma anterior com o sinal trocado
3. Conta de outras variações nos ativos e conta de reavaliação	
3.1. Conta de outras variações nos ativos financeiros	Mudanças no patrimônio líquido resultante de outras variações no volume de ativos.
3.2. Conta de reavaliação	Mudanças no patrimônio líquido resultante de ganhos/ perdas de detenção nominais.
Conta Patrimônio	Saldo da Conta (o que representa)
1. Conta de Patrimônio Inicial	Patrimônio líquido
2. Conta de variação de patrimônio	Registra saldos das Contas de Capital (Variações do Patrimônio Líquido resultante de poupança e transferência líquida de Capital) e Conta de Outras Variações no Volume dos Ativos e Conta de Reavaliação.
3. Conta patrimônio final	Patrimônio Líquido

Fonte: FEIJÓ, 2004, p.53.

Interessa-nos destacar a “Conta Corrente” para, posteriormente, entender melhor a Conta Satélite do Turismo. Ela nos traz duas sub-contas: a de produção e a de renda.

A primeira abrange o que é atividade produtiva (inclusive empresas familiares e autônomos), os investimentos das famílias em moradia e os investimentos do governo, ou seja, tudo aquilo que está relacionado à produção (VASCONCELLOS, 2004). Aqui podemos aferir o valor do PIB pela ótica do produto, pois temos os valores dos bens finais a preço de mercado, sendo descontados os insumos. É nesta conta que ocorre a interseção entre as CEIs e as TRUs porque ambas trabalham a desagregação dos setores a partir do PIB, sendo que a CEI analisa a relação com os agentes e a TRU a relação com os outros setores econômicos.

Já a conta renda sintetiza toda renda gerada, bem como a destinação dessa renda, em todos os setores institucionais. A partir do PIB, ela é capaz de chegar a outros aspectos macroeconômicos importantes como a renda nacional, renda disponível, poupança e o excedente operacional bruto. Cada uma de suas sub-contas apresenta um desses resultados.

Desta forma, percebe-se que vários indicadores econômicos de importância são mensurados por meio das CEIs. Obviamente, esta não é a única metodologia e nem a mais completa, mas suas informações servem de base para detalhamentos posteriores, principalmente ao trabalharmos com as Tabelas de Recursos e Usos.

As informações das Contas Econômicas Integradas são distribuídas por aquilo que o SNA-93¹¹ definiu como Setores Institucionais. Estes são formados por “unidades econômicas que são capazes de possuírem ativos e contraírem passivos em seu próprio nome. Elas podem estar engajadas no processo total de transações”. Em verdade são os agentes econômicos, já citados anteriormente, em uma nova visão e melhor direcionados à macroeconomia. Os setores institucionais abrangem a economia como um todo e estão divididos conforme o quadro 3.

Após apresentar os setores institucionais e as contas econômicas podemos imaginar a relação existente entre eles. A CEI traz justamente isso. Por meio de tabelas é possível saber como um setor institucional influencia em uma determinada conta, quanto recebe de renda, vindo de onde é esta renda e como está sendo gasta e onde; quanto as empresas não-financeiras contribuem para a conta de produção; quanto as famílias recebem de renda e quanto/como elas gastam; quanto o governo recebe de tributo; e etc. Estes são apenas alguns exemplos da gama de informações que a CEI pode fornecer ao observamos quanto cada ator econômico está influenciando nas diversas partes do sistema¹².

¹¹ SNA-93, disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/tocLev8.asp?L1=2&L2=2>

¹² O anexo I apresenta uma exemplificação das Contas Econômicas Integradas, elaborada pelo IBGE, sendo interessante para que se tenha a visão de um todo.

Quadro 03 – Setores institucionais da economia¹³

Empresas não-financeiras: unidades institucionais que são principalmente ligadas à produção de bens e serviços mercantis, ou seja, produzem transformando insumos e agregando mão-de-obra. São as empresas em geral (que não são financeiras e nem sem fins de lucros a serviço das famílias). Ex: hotéis, agências, locadora de veículos, etc.

Empresas financeiras: unidades institucionais que são principalmente ligadas na intermediação financeira ou as atividades auxiliares a ela. Além dos bancos estão nessa classificação as seguradoras, os planos de saúde, fundos de pensão, pequenas financeiras, entre outros.

Administrações públicas: unidades institucionais que, além de cumprir as responsabilidades políticas cabíveis e de regular suas economias, produzem, principalmente, serviços não-mercantis (às vezes bens) para consumo, individual ou coletivo, e redistribui renda e riqueza. São os governos propriamente ditos, capazes de influenciar diretamente na economia e alterar tendências.

Famílias: toda pessoa física na economia, de forma individual ou coletiva, que consome certos tipos de bens e serviços. As famílias podem ser consumidoras ou produtoras, onde esta seria aquela que não possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e os trabalhadores autônomos. Esta inclusão pode ajudar a mensurar a quantidade de atividade informal em um país.

Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias: instituições legais que são principalmente ligadas à produção de serviços não-mercantis para famílias, onde a principal fonte de recursos é o trabalho voluntário ou trabalhos a preços economicamente não significativos. Aqui se incluem serviços sociais, atividades de organizações sindicais, religiosas, políticas, atividades desportivas, entre outras.

Fonte: SNA-93 e IBGE, elaboração própria.

¹³ Os setores institucionais apresentados foram classificados pelo SNA-93 e amparados pelo IBGE, sendo as informações aqui apresentadas uma compilação de ambos os documentos.

Para fechar a relação de fluxos econômicos como um todo, destaca-se a conta “resto do mundo” que retrata as transações existentes entre as unidades institucionais residentes e as unidades institucionais não-residentes. As primeiras são aquelas que têm o seu centro de interesse no país ou nele realiza operações econômicas por um ano ou mais (IBGE,2008); conseqüentemente, as outras são as que possuem o ponto de interesse exterior ao país em questão. Por tratar a relação dos residentes com aquele considerado “resto do mundo”, pode-se dizer que este é um sexto setor institucional. O saldo desta conta representa o resultado da balança de pagamentos¹⁴ de uma nação.

Assim, a apresentação das Contas Econômicas Integradas por setor institucional permite visualizar o mecanismo pelo qual empresas, administrações públicas, família e o resto do mundo contribuem e participam do processo de geração, apropriação primária, distribuição e uso da Renda Nacional (FEIJÓ, 2004,p.101). Além disso, a estipulação do PIB a partir de suas contas correntes insere a CEI na macroeconomia dando a coerência necessária para todo o sistema.

No Brasil, o IBGE tem trabalhado a CEI quase em sua totalidade e em consonância com o SNA-93. Temos as mesmas divisões de setores institucionais, mas há divergências em algumas contas econômicas, algumas por nomenclatura, outras não existentes. Isto não representa deficiência metodológica, mas sim uma adequação à realidade brasileira.

1.6. As Tabelas de Recursos e Usos

Outra ferramenta básica do Sistema de Contas Nacionais, a Tabela de Recursos e Usos se destaca por apresentar os fluxos econômicos entre os diversos setores. Diferentemente das CEIs, que tratavam a relação dos agentes (setores institucionais) com as contas econômicas, as TRUs trabalham a inter-relação entre os setores, levantando o que cada um consome de outros setores e o que cada um produz para os demais setores. Neste momento veremos como elas estão estruturadas, como conseguem gerar seus dados e a relação com o PIB. Ao final será enfatizada a relação das TRUs com as Matrizes de Insumo-produto de Leontief.

O objetivo da TRU, segundo o IBGE (2008), “é a análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção (estrutura de insumos e estrutura de produção de produtos por atividade e geração da renda)”.

¹⁴ Define-se, corretamente, Balanço de Pagamentos como um registro compreendendo o lançamento sistemático de todas as transações econômicas ocorridas em dado período entre indivíduos econômicos do país (residentes) e indivíduos econômicos do exterior (não residentes). (Castro e Lessa, 1982, p.77)

Para atingir este objetivo é preciso desagregar ao máximo a economia. A TRU apresenta dois elementos básicos a serem analisados: as atividades econômicas e os produtos frutos delas. É a partir destes elementos que irão se formar as tabelas. Quanto maior o número de atividades e produtos descritos, mais fiel será à realidade econômica, ou seja, devem-se subdividir as atividades em outras e procurar especificar ainda mais os subprodutos.

Atualmente o SNA-93 delimita um mínimo de 12 atividades econômicas e reconhece que este número ainda é muito agregado, recomendando que, a partir dele, cada país especifique ainda mais as atividades e produtos a serem focos de suas próprias contas nacionais.

Desagregar a economia significa saber tudo aquilo que pode estar relacionado à produção de determinado produto. Exemplificando, sabemos que o pão precisa de farinha e água, mas ao desagregar a produção da farinha, podemos elencar o plantio e colheita do trigo, o processo de embalagem, o transporte até o grande comerciante, chegando à compra da farinha pelo dono da padaria e terminando no produto final (pão); que se juntou à água, que para ser comercializada, envolveu outras atividades econômicas, utilizando outros setores e assim por diante.

Tendo delimitado as atividades e os produtos que serão analisados na TRU, esta se divide em duas composições: Tabela de recursos de bens e serviços e Tabela de usos de bens e serviços. Porém, estas se subdividem em quadrantes dispostos da seguinte forma¹⁵.

Quadro 04 – Composição da TRU

Tabela de Recursos de Bens e Serviços		
Oferta Total Quadrante A =	Produção Quadrante A ₁ +	Importação Quadrante A ₂
Tabela de Usos de Bens e Serviços		
Oferta Total Quadrante A =	Consumo Intermediário Quadrante B ₁ +	Demanda final Quadrante B ₂
Componentes do Valor Adicionado Quadrante C		

Fonte: FEIJÓ, 2004, p.69.

Observamos que na primeira tabela, a oferta (A) é dada pela soma de toda a produção (A₁) mais a importação (A₂), ou seja, tudo aquilo que está à disposição para o nosso consumo no mercado está representada nela. No quadrante A estão discriminados todos os

¹⁵ A tabela de Recursos e Usos brasileira, elaborada pelo IBGE, para o ano de 2000, pode ser visualizada no Anexo II.

setores econômicos e quanto cada um colabora com a oferta de produtos (apresentados no quadrante A₁) a preços de consumidor e a preços básicos¹⁶. Assim conseguimos saber quais são os setores que colaboram para compor determinado produto e quanto cada setor está importando, além de saber o que e quanto cada um importa. Percebe-se nesse momento como a TRU auxilia o planejamento de determinado país. Ao saber que certo tipo de indústria é altamente dependente de um produto importado, o governo deve tomar medidas para garantir o insumo do exterior ou incentivar a produção deste em território nacional. Caso contrário, essa indústria dependente do mercado externo poderá sofrer impactos negativos em sua produção, gerando demissões, menos arrecadação de imposto, menos oferta, etc.

O quadrante B₁ apresenta o consumo intermediário, ou seja, os insumos que cada setor utiliza para modelar seus produtos. É neste quadrante que a inter-relação entre os setores fica mais evidente, sendo possível visualizar o que cada um oferece para o outro e quanto cada um consome do outro. Paulani (200, p.111) destaca que neste quadrante há “uma efetiva interação entre os dois sistemas de apuração estatísticas (as contas nacionais e a Matriz de Insumo-Produto)”. Podemos dizer que é aqui que o Sistema de Contas Nacionais se comunica com a Matriz de Insumo-Produto, que utiliza os dados da TRU como base para traçar os seus coeficientes técnicos de mensuração. Trataremos com mais detalhes este tema ao final do capítulo.

Voltando para a Tabela de Usos de Bens e Serviços, o quadrante B₂ nos mostra o consumo do mercado por agente ativo, onde se destacam as famílias e o governo, mais as exportações (demanda externa), a formação bruta de capital fixo (investimentos público e privado) e a variação de estoques. Assim é possível saber o que cada um consome na produção de bens e serviços e qual agente exige mais de determinados setores.

Por fim, o quadrante C é aquele que decompõe o valor adicionado de cada um dos setores nas categorias de renda e impostos sobre a produção (PAULANI, 2000, p.114). Podemos então calcular quanto cada setor econômico gera em impostos, salários, contribuições sociais, rendimentos, dentre outros. É no quadrante C que visualizamos claramente o valor adicionado à produção, evidenciando a relação com a medida do Produto Interno Bruto.

¹⁶ Preços básicos de produção é quanto determinado produto custa para ser fabricado, não sendo embutidos gastos com impostos e transporte. Já os preços de consumidor é preço total, ou seja, o preço básico mais todos os custos adicionais. Essa discriminação em preços básicos e de consumidor é importante para saber quanto cada setor contribui com impostos, transportes e margem do comércio.

Retomando a relação do PIB com a TRU e tendo compreendido as três óticas do PIB, podemos notar que a TRU consegue representar numericamente o PIB em todas as suas formas de cálculo. Ao subtrair o valor total do quadrante B₁ (insumos) do valor total do quadrante A₁ (produção) temos o PIB pela ótica do produto. Observando o quadrante A₂ (importação) e o subtraindo do B₂ (demanda final) temos o PIB em termos de despesa. E, finalmente, o quadrante C, que representa a soma de todos os valores agregados à economia por todos os setores, nos traz o PIB pela ótica da renda ao somarmos todos os salários, impostos, rendas e lucros de todos os setores econômicos.

1.7. A Matriz de Insumo-Produto

Tendo início em 1936 por Wassily Leontief¹⁷, com influências de Quesnay e Walras, a Matriz de Insumo-Produto “representa uma radiografia da estrutura da economia, pois mostra toda a cadeia produtiva, o que cada setor de atividade compra e vende para outros setores, ou seja, mostra as transações com bens e serviços intermediários” (Vasconcellos, 2008, p. 235).

A relação de quanto um produto influencia na produção de outro foi justamente a inspiração que levou Leontief a lançar a Matriz de Insumo-Produto em 1941, apresentada em sua obra *The Structure of the American Economy*. Hoje, em conjunto com o sistema de contas nacionais, esta ferramenta auxilia no dimensionamento da economia de qualquer país. Foi uma percepção fantástica ao utilizar as bases matemáticas na amplitude da macroeconomia. Paulani (2000.p.66) destaca essa ligação da Matriz de Insumo-Produto com as Contas Nacionais dizendo que a primeira “é bastante complexa no que tange a sua elaboração. Por isso o Sistema de Contas Nacionais, por sua maior agilidade e facilidade de apuração estatística, acabou por ter primazia, enquanto sistema de mensuração do comportamento do sistema econômico”. Já o SNA-93 ressalta que “as Matrizes de Insumo-Produto também são parte do sistema, servindo como uma boa ferramenta para diversos fins analíticos relacionados à produção”. Ainda neste documento destaca-se a finalidade da matriz¹⁸:

A Matriz de Insumo-Produto serve a dois propósitos: estatísticos e analíticos. Elas fornecem um quadro para verificar a consistência das estatísticas sobre os fluxos de bens e serviços obtidos de diferentes tipos de fontes estatísticas – pesquisas industriais, despesas domésticas, expectativas sobre investimento, estatísticas externas etc.

¹⁷ Feijó (2004, p. 288) relata que “de Quesnay, Leontief utilizou a idéia de organização dos fluxos entre atividades econômicas em quadros contábeis detalhados” e “de Walras, a influência foi nas questões relacionadas com a organização dos dados, sua obtenção, organização e interpretação”.

¹⁸ Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>

Em conjunto com o sistema de contas nacionais, a Matriz de Insumo-Produto coordena o quadro das estatísticas econômicas, assegurando a confiabilidade dos dados mesmo que sejam provenientes de diferentes fontes de pesquisas.

Conforme apresenta o próprio documento que dá as diretrizes das contas nacionais, a Matriz de Insumo-Produto é um complemento essencial nas estatísticas econômicas, sendo praticamente intrínseco a todo o processo de construção estatístico. Estatisticamente ela pode gerar estruturas para uma ampla base de dados, para pesos e cálculos de índices numéricos, estrutura para avaliação de qualidade e integralidade, desenvolvimento de medidas de preços e produtos inter-relacionados e consistência em avaliações estatísticas¹⁹.

Destacando o aspecto analítico da Matriz de Insumo-Produto, as possibilidades de uso são ainda maiores. Praticamente todos os componentes macroeconômicos podem ser analisados. Seguem alguns listados pelas Nações Unidas²⁰:

- Análise de produção
- Análise de estrutura da demanda,
- Análise de empregos
- Análise de custos e preços
- Análise de necessidades de importação
- Análise de investimentos e capital
- Análise de exportação
- Análise energética
- Análise de meio ambiente²¹
- Análise comparativa

Pela grande gama de possibilidades estatísticas e analíticas já se percebe algumas diferenças relativamente às tabelas de recursos e usos. Em verdade a Matriz de Insumo-Produto utiliza a TRU como base técnica para o seu desenvolvimento, onde podemos dizer que a Matriz de Insumo-Produto é um aprofundamento detalhado da TRU. Isso fica claro quando damos ênfase à análise da produção. Na TRU o foco é o bem final, apesar de trazer alguns elementos dos insumos. Já na Matriz de Insumo-Produto o objeto de análise passa a ser o bem intermediário que é utilizado para o produto final. Dessa forma a análise torna-se mais desagregada, sem perder a idéia do todo macroeconômico, além de apresentar a matriz de

¹⁹ Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/tocLev8.asp?L1=15&L2=6>

²⁰ Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/tocLev8.asp?L1=15&L2=6>

²¹ A partir da matriz insumo-produto não é possível uma análise de impacto ambiental propriamente dita, mas, baseada em suas informações, é possível saber se o consumo de determinados produtos nocivos ao meio ambiente tem aumentado ou diminuído e quais são os produtos que utilizam insumos que impactam na natureza.

importação, que retrata o que foi utilizado de bens trazidos do exterior. A respeito da MI-P Paulani (2000, p.66) afirma que:

Tecnicamente, a Matriz de Insumo-Produto implica a desagregação, por ramo de atividade, de vários dos agregados presentes num sistema usual de contas nacionais, particularmente aqueles que aparecem na conta de produção. Mas, além do valor adicionado e da demanda final, a desagregação atinge também a demanda intermediária (ou consumo intermediário).

Outra característica da matriz é a utilização de coeficientes técnicos para medir o grau de relacionamento entre setores-setores, produtos-produtos e até setores-produtos. Nas TRUs os valores são números absolutos. O IBGE²² ressalta que:

Uma Matriz de Insumo-Produto é compreendida normalmente como uma matriz de coeficientes técnicos diretos que apresenta o quanto cada atividade econômica necessita consumir das demais atividades para que possa produzir uma unidade monetária adicional. A partir desta matriz, é desenvolvido o modelo de Leontief, que possibilita calcular a produção de cada atividade a partir de uma demanda final exógena.

Estruturalmente a matriz representa em suas linhas o produto que cada setor vende e nas colunas o que cada setor compra de outros setores. Para cada interseção é calculado o coeficiente técnico, representado pela seguinte relação (VASCONCELLOS, 2008):

$$\text{Coeficiente } ij = \frac{\text{quanto o setor } j \text{ compra do setor } i}{\text{valor da produção do setor } j}$$

Vasconcellos (2008, p.236) destaca a importância técnica do coeficiente dizendo que “o conhecimento desses coeficientes permite fazer previsões de produção de cada setor, fixadas algumas metas de demanda. Possibilita visão imediata dos prováveis resultados de diversas alternativas de política econômica sobre a atividade produtiva”.

Peguemos como exemplo o plástico. Ele serve de insumo para muitas indústrias com características totalmente diferentes, mas cada uma terá seu grau de dependência para com o plástico. Utilizando o coeficiente técnico é possível identificar quais são setores mais sensíveis a este produto.

O cálculo do coeficiente técnico nos traz a relação direta de um produto com o outro permitindo saber qual a dependência entre eles. A importância estratégica é clara. Com esta informação, empresas e governos conseguem prever o quanto vão precisar e o que vão precisar para aumentar a produção de um bem; ou em caso de escassez de insumos o que será

afetado na produção de determinado bem final. Ou seja, o cálculo desses coeficientes técnicos permite razoável previsão de impacto de alterações na produção de um setor, sobre salários, lucros, importações etc. do próprio setor e dos demais setores com os quais esse setor relaciona-se (VASCONCELLOS, 2008).

Como percebemos ao longo de todo este capítulo, a economia utiliza-se de várias ferramentas importantes para que seja avaliada a sua realidade. Estas se completam estruturalmente porque medem a mesma coisa, a produção econômica, sob vários ângulos, diferentes níveis de agregação e são compatíveis em termos de valor. Juntas, permitem uma boa visão macroeconômica. Apesar de toda amplitude das ferramentas aqui listadas, para atividades mais específicas, o Sistema de Contas Nacionais recomenda estudos pontuais que tratem a particularidade de cada produto de determinado setor. Tentando atingir este fim surgem as Contas Satélites, tema este do próximo capítulo.

²² IBGE, Contas nacionais nº. 23 – Matriz Insumo Produto, 2008, p. 07.

2. A CONTA SATÉLITE DO TURISMO: DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E RECOMENDAÇÕES.

2.1. Introdução

Como vimos no capítulo anterior, a contabilidade social é capaz de retratar a economia de um país ao utilizar ferramentas macroeconômicas que auxiliam na desagregação do PIB em setores de produção, agentes ativos e tipos de atividades, detalhando a relação existente entre eles. Dessa forma, a análise macroeconômica parte de sua visão mais abrangente e destaca aspectos mais específicos de determinados setores e a relação entre eles. Dando continuidade ao aprofundamento analítico da contabilidade social destacamos as contas satélites. Neste capítulo veremos o seu desenvolvimento histórico, como se deu a necessidade de sua elaboração, as suas bases e princípios metodológicos, a ligação com o SNA-93²³, até chegar ao foco deste estudo, a Conta Satélite do Turismo (CST). Em um segundo momento do capítulo, trataremos dos conceitos e das recomendações da Organização Mundial do Turismo, no que tange à elaboração e implementação da CST nos países, para posterior comparação com os estudos disponíveis no Brasil, o que faremos no capítulo 3.

2.2. Conta Satélite – breve histórico

Paralelamente às delimitações que estavam formando o sistema de contas nacionais no pós-segunda guerra, o governo francês se interessava por dados mais específicos de determinados setores sociais que não estavam sendo abrangidos pelo sistema em formação. As dificuldades eram muitas, uma vez que, para isso acontecer, cada setor deveria ser tratado de forma particular, o que tornaria o SNA por demasiado detalhista.

Em 1967, atendendo ordens expressas do Ministro da Construção [francês], um grupo de trabalho interministerial foi designado para adaptar classificações de unidades setoriais, transações e atividades específicas ao sistema de contas nacionais (UNITED NATIONS, 2000). Esta medida visava a coerência das informações solicitadas com as do SNA das Nações Unidas, a ser lançado pela primeira vez em 1968.

Nas décadas seguintes, o processo de elaboração das contas satélites passou por diversas transformações, mas sempre compatível com o sistema de contas nacionais. A França, em especial, desenvolveu as Contas Satélites ligadas ao Sistema Central de Contas Nacionais, compartilhando a totalidade ou parte dos mesmos princípios de compilação, informação, formas de apresentação e agregados, reconhecendo ao mesmo tempo a

importância de conceitos e de informação própria de cada atividade ou setor, objeto de uma conta específica ou satélite, como é o caso da educação, saúde ou turismo (OMT, 1999).

Esta abordagem foi incluída e formalizada no SNA-93, que apresenta um capítulo inteiramente dedicado aos objetivos, diretrizes e recomendações para a elaboração das contas satélites. O documento afirma que as Contas Satélites permitem alcançar vários objetivos, conforme o quadro 05.

Quadro 05 – Objetivos das Contas Satélites²⁴

- Propiciar informação suplementar de caráter funcional ou transversal sobre determinados aspectos sociais;
- Utilizar conceitos complementares ou alternativos, incluindo a utilização de classificações e métodos contabilísticos, quando seja necessário acrescentar novas dimensões ao quadro conceitual das Contas Nacionais;
- Alargar a análise estatística, mediante indicadores e agregados adequados;
- Associar as fontes de informação física e de análise ao Sistema de Contabilidade Monetário.

Fonte: SNA-93, elaboração própria.

Estes objetivos demonstram, ainda que superficialmente, a ligação existente entre as contas nacionais e as contas satélites. Aprofundaremos tal assunto logo em seguida.

2.3. Metodologia das contas satélites segundo o SNA

O SNA-93 apresenta dois tipos de conta satélite em relação à estrutura central do sistema de contas nacionais:

A primeira está baseada estritamente na estrutura central, na qual se inserem novos elementos, sem divergir drasticamente do Sistema de Contas Nacionais. Estes dados não estão inseridos diretamente nas contas nacionais porque poderiam extrapolar o foco da estrutura central. Dessa forma, a abordagem deve ser marginal (ou satélite) à estrutura de contas,

²³ *System of National Accounts*, 1993 (Sistemas de Contas Nacionais, 1993).

²⁴ OMT, 1999, p.103 apud SNA-93, parágrafo 21.4

permitindo maior flexibilidade nas análises. Estão inseridas aqui as mencionadas contas satélites de educação, saúde, turismo, etc.

A segunda está baseada, principalmente, em conceitos alternativos ao SNA. Isto significa que este formato busca ampliar os conceitos da estrutura central. Aparentemente positiva, tal estrutura é controversa por alargar conceitos de consumo e formação de capital, bem como o escopo das informações, o que poderia gerar algumas distorções relativas às contas nacionais. O SNA não traz recomendações a respeito desse tipo de conta satélite, o que, por definição, permanece em aberto, porém as sugestões são sempre analisadas e consideradas como uma evolução do sistema central. O uso mais comum é com contas de meio-ambiente que medem o custo ambiental e o uso de matérias naturais nos meios de produção.

A chamada conta satélite funcional (a primeira) será o foco da análise. Esta é utilizada para uma série de campos de estudos como cultura, educação, saúde, seguro social, proteção ambiental, transportes e turismo. Nota-se que ela cobre diversas atividades, principalmente aquelas de prestação de serviços, que geralmente envolvem outros setores em sua produção. Por esse motivo é necessário delimitar os produtos e serviços característicos e conexos pertencentes a um campo específico.

O SNA-93 define bens e serviços característicos e conexos da seguinte forma²⁵:

A primeira categoria cobre os produtos que são tipicamente pertencentes ao campo de estudo. É interessante estudar os modos que esses bens e serviços são produzidos, que tipo de produtores estão envolvidos, os tipos de investimentos e capital que entraram na produção. A segunda categoria inclui produtos que estamos interessados por estes serem claramente cobertos pelos gastos em um determinado campo de atuação.

Ou seja, antes da elaboração da conta satélite de determinado setor devemos identificar quais são os bens ou serviços que ele, particularmente, produz. Exemplificando, somente o setor de turismo comercializa pacotes de viagens, dessa forma “pacotes de viagens” é um produto característico da atividade turística. Além disso, devemos identificar os bens conexos, que são aqueles que, apesar de não ter a mesma importância econômica e nem ligação direta com a atividade em questão, são capazes de influenciar a receita de um determinado setor. Isso pode variar de acordo com o local em análise. Por exemplo, podemos citar o transporte fluvial de passageiros que em alguns lugares é utilizado, basicamente, pela

²⁵ SNA-93, parágrafos 21.61 e 21.62

população local e que em outros lugares são de uso misto, tanto para o transporte de turistas quanto de residentes. Neste caso, para a primeira localidade o transporte fluvial de passageiros não é considerado conexo ao turismo. Já no segundo caso, pode ser conexo. Ao falarmos da CST trataremos melhor o assunto aplicado ao turismo.

Essa diferenciação inicial é importante a fim de delimitar a abrangência do estudo e saber até onde será mensurada a contribuição econômica de determinada atividade. Isto visa saber o real impacto de determinada atividade na economia, ou seja, é a busca do seu PIB, aquilo que ela agrega à economia como um todo. Além disso, é possível saber quanto uma atividade utiliza como bem complementar a ela. Obviamente, as atividades conexas podem coexistir em diferentes setores e, por isso, os PIBs dos setores não devem ser somados a fim de se atingir o PIB total de uma economia, evitando a dupla contagem. O SNA-93²⁶ destaca que a fronteira existente entre produtos característicos e conexas dependem da organização econômica de determinado país e a finalidade da conta satélite (qual o setor em questão).

Percebemos que a aparência estrutural começa a ser formada. Primeiramente deve-se escolher o campo de estudo foco da conta satélite. Depois, identificar, na estrutura central de contas, os bens e serviços característicos daquela atividade, além dos conexas a ela. O SNA-93 apresenta a estrutura detalhada após estes passos iniciais, mas podemos resumir alguns pontos procurando responder às perguntas constantes no quadro 6.

Quadro 06 – Questões a serem respondidas pelas contas satélites

“Qual é o total de recursos destinado a esta área?”

“Quem financia as despesas?”

“Quem se beneficia com o processo?”

“Como as atividades produtivas de um determinado setor estão organizadas?”

Fonte: UNITED NATIONS (2000), elaboração própria.

As respostas trazem a relação do setor em questão com outros impactados direta ou indiretamente. Portanto, o princípio das contas satélites é cobrir exaustivamente todas as atividades que são características de determinado setor (UNITED NATIONS, 2000).

Esse é, aparentemente, o mesmo princípio da elaboração das contas nacionais, já que esta estuda a relação dos setores com outros setores, agentes internos e externos, se

²⁶ SNA-93, parágrafo 21.62

distinguindo pelo enfoque dado (apenas um setor em estudo) e pela busca de informações complementares (externas e/ou internas ao SNA) que se encontram em torno do campo em questão. O IBGE (2008, p.12) ressalta a importância da conta satélite dizendo que:

A elaboração de uma conta satélite não interessa apenas ao setor a que ela se refere. O maior detalhamento obtido com a elaboração da conta também contribuiu para melhorar a qualidade das informações do SNA como um todo [...] Elas podem apresentar quadros complementares aos divulgados para o total da economia, com informações relevantes para análises setoriais específicas.

Ao perceber que as contas satélites são importantes ferramentas que colaboram com todo o sistema de contabilidade social, Chapron (2000, p. 45) discorre sobre o tema dizendo que “a estrutura básica é simples: total de gastos, recursos, produtores e beneficiados. Estes resultados são instrumentos manuseáveis, com limitado número de agregados provenientes de uma visão global do campo em questão”. E completa afirmando que “permitem a comparação de seus agregados específicos com a maioria dos agregados macroeconômicos como PIB, consumo final, etc.”.

Isso é possível porque a conta satélite se apropria de componentes que formam a estrutura central das contas nacionais. Cada setor a ser analisado poderá ter sua matriz insumo-produto, sua tabela de usos e recursos e suas contas econômicas integradas permitindo um estudo mais aprofundado que não se restringe aos dados já inseridos no SNA. Podemos dizer que é um SNA focalizado, dedicado ao entendimento do comportamento econômico de uma única atividade, mas que tenta inserir dados pontuais que, em geral, não aparecem nas contas nacionais. Muitos elementos que estão nas contas satélites são invisíveis no sistema de contas central, conseqüentemente, uma das funcionalidades da conta satélite é tornar explícito dados implícitos da estrutura central do SNA (SNA-93).

As contas satélites designam as práticas contabilísticas em áreas horizontais específicas que não se encontravam corretamente identificadas no Sistema de Contas Nacionais, mas que poderiam ser consideradas como “subsistemas satélites” deste sistema (OMT, 1999).

Assim, as contas satélites vêm suprir a necessidade de desenvolver as capacidades de análise da contabilidade nacional em áreas sociais (saúde, educação, meio ambiente, turismo, etc), de forma a não sobrecarregar ou adulterar o sistema central de contas (SNA-93). O que realmente deve vir à tona irá variar em função da atividade econômica em estudo. Já que cada área possui um arcabouço próprio de desenvolvimento da sua conta satélite, veremos a estrutura básica daquelas aplicadas ao turismo.

2.4. A Conta Satélite do Turismo

Em consonância com as diretrizes das Nações Unidas, seguindo as recomendações do SNA-93, a Organização Mundial do Turismo (OMT) passa a adotar um novo conceito de manipulação de indicadores, a Conta Satélite do Turismo (CST). Esta é assim definida em duas diferentes perspectivas (OMT, 2001.p.05):

É uma nova ferramenta estatística, que inclui conceitos, definições, classificações e tabelas, que é compatível com as diretrizes de contas nacionais e internacionais, permitindo uma comparação consistente entre regiões, países ou grupos de países, além de permitir comparações com outros dados macro-econômicos.

Como um processo de construção que busca direcionar os países a desenvolverem os seus próprios sistemas de estatística do turismo, o objetivo principal é adotar a CST como uma síntese de todo esse sistema.

Já Feijó (2004.p.03) ressalta que “as contas satélites são estatísticas desenvolvidas para atenderem a objetivos específicos, não cobertos pelo Sistema de Contas Nacional Tradicional, porém mantendo relação com ele”. Reafirmando o dito anteriormente, Frechtling (1999, p. 167) corrobora esta afirmação dizendo que, “em resumo, a conta satélite do turismo é, na verdade, um conjunto de contas econômicas integradas umas com as outras e com todo o sistema de contas nacionais”.

A evolução que permeou a elaboração do documento final publicado pela OMT, *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, 2001, foi, de certa forma, semelhante à elaboração do SNA-93 e ao desenvolvimento das contas satélites como um todo.

Em meados dos anos 70, o Governo francês, seguindo sua tendência nacional, sente a necessidade de fazer um levantamento de como o setor turismo estaria afetando a sua economia. A atividade crescia rapidamente e o país precisava de instrumentos capazes de identificar qual seria esse impacto. Logo surgem os primeiros indicadores, ainda ligados estritamente ao turismo. Eram dados, basicamente, sobre meios de hospedagem, transporte, entrada e saída de turistas.

Já nos anos 80, começam a surgir as primeiras constatações de interdependência entre o turismo, outros setores econômicos e a sociedade. Com essa percepção a Organização Mundial do Turismo, em conjunto com a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, iniciou pesquisas estatísticas seguindo duas direções (OMT, 2001.p.07):

- A primeira proposta foi destinada a modificações na definição e classificação utilizada nos estudos de turismo para torná-las compatíveis e consistentes com outros sistemas de estatísticas nacionais e internacionais.
- A segunda proposta passa a incorporar o turismo no quadro analítico das contas nacionais.

Seguindo estas premissas, o Canadá dá início ao primeiro Sistema de Contas Satélite do Turismo (CST), sendo o documento final publicado em maio de 1987. Daí por diante, uma série de países passa a trabalhar com sistema de Contas Satélites e a OMT a desenvolve suas orientações.

Em 1991 o tema é abordado na Conferência Internacional de Estatísticas sobre Viagem e Turismo. Nesta reunião foram firmadas as definições e classificações para o turismo, onde o intuito principal era conseguir meios de comparabilidade internacional, além de servir de guia introdutório para os países no Sistema de Estatísticas do Turismo. Em 1994, no documento *Recommendations on Tourism Statistics*, a OMT dita uma orientação provisória com o intuito de padronizar o sistema de contas do turismo, sendo este a base para as recomendações metodológicas da CST (OMT, 1994).

Em paralelo, outras organizações também trabalhavam em prol das estatísticas em turismo. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passa a coletar e analisar dados da *Tourism Economic Accounts (TEA)* a partir de 1992, fornecendo um guia permanente para os países de como desenvolver técnicas que permitam a comparabilidade; o Escritório de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat) desenvolveu um grande número de programas e estudos em estatísticas, preparando a União Europeia para a metodologia a ser adotada posteriormente; e o setor privado, por intermédio da *World Travel and Tourism Concil (WTTC)*, ajudou na quantificação econômica do impacto do turismo.

A partir de um grupo de cooperação formado pela OMT, OCDE e Eurostat, as diretrizes para a elaboração de um único documento, que apresentasse o quadro metodológico para a conta satélite do turismo, começam a ser traçadas. O resultado é apresentado no ano 2001 com a publicação do documento: *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. Em contrapartida, os países pertencentes às organizações se comprometeram em trabalhar para que o método de conta satélite fosse implementado como uma ferramenta estatística nacional de avaliação e quantificação da atividade econômica turismo.

Para dar continuidade a este capítulo o *Tourism Satellite Account: the conceptual framework* (OMT, 1999) e o *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework* (OMT, 2001) serão as principais fontes de estudo, sendo complementados por artigos e outras publicações que retratam a realidade das estatísticas em turismo como um todo. Estão destacados todos os pontos relevantes para a elaboração e implementação da CST em um país, segundo a OMT, além das dificuldades técnicas encontradas.

2.5. Diretrizes para elaboração da CST

Antigamente o foco dos estudos estava nas características dos visitantes, nos meios por onde viajavam e se hospedavam, sendo observados apenas os impactos diretos causados pelo turismo, como chegadas e saídas de turistas e números de pernoites, etc. Isto escondia uma série de informações (transações financeiras, distribuição da renda gerada, valores agregados, impostos, entre outros) que são importantes, não só para mensurar o que o turismo está gerando como atividade econômica, mas também para a elaboração de políticas de gestão e estratégia no turismo. Como consequência, os governos não sabiam para onde direcionar os recursos ou direcionavam de forma errônea.

Hoje, com a importância econômica do turismo reconhecida, as mudanças na atividade turística e na política de turismo estão sendo consideradas, havendo interesse em determinar quais impactos na economia tais alterações podem gerar (DWYER et al, 2003).

Estes impactos, podem ser positivos, gerando, por exemplo, emprego e renda, mas podem ser negativos, sobrecarregando, por exemplo, a infra-estrutura física, implicando excesso de demanda de produtos e serviços e elevando seus preços, inclusive para residentes. Assim é preciso estudar a relação entre o turismo e outros setores para, por exemplo, preparar o país para o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, os estudos buscam entender o papel econômico do turismo não só de modo direto, mas indireto e como é capaz de induzir efeitos em outras economias, gerando valor agregado, empregos, renda para população, governos e empresas, etc. A OMT (1999, p.01) retrata essa evolução conceitual da seguinte forma:

Os tipos de dados sobre o turismo, necessários sobre os setores público e privado, mudou radicalmente de natureza. Além da informação descritiva sobre os fluxos de visitantes e sobre as condições em que eles são recebidos e servidos, os países têm, no momento, a necessidade de informação robusta e indicadores que garantam a credibilidade das medidas relativas à importância econômica do turismo.

Essa importância econômica do turismo pode ser medida de diversas formas, sendo a conta satélite do turismo apenas umas delas. O diferencial é que ela está estritamente ligada à estrutura central de contas nacionais, o que induz à padronização dos dados relativos à atividade turística, permitindo a comparação entre países e ao longo do tempo.

A OMT (1999, p.04) destaca duas perspectivas em relação à importância da CST, sob dois aspectos:

- Como instrumento de normalização internacional de conceitos e de classificações, que permite fazer comparações válidas entre dois países ou entre grupos de países, e que permite comparar todas essas estimativas com outros agregados macroeconômicos e compilações reconhecidos internacionalmente;
- Como um conjunto de procedimentos que sirva de guia para os países para a compilação de informação econômica relativa ao turismo.

Para atingir a uniformidade metodológica a CST trabalha em consonância com o Sistema de Contas Nacionais, estipulado pelas Nações Unidas em 1993²⁷.

A análise do turismo a partir desse tipo de contas apresenta grandes vantagens, porque torna mais fácil relacionar as suas variáveis econômicas com as outras variáveis econômicas e evidencia suas relações mútuas. Isto é o que faz dessas contas utensílios importantes para quem decide (OMT, 1999).

Além disso, o trabalho em conjunto com as Nações Unidas é importante para estimação do PIB do Turismo e para a elaboração da Matriz de Insumo-Produto, por utilizar os mesmos moldes que outros setores utilizam. Isto torna possível a comparação do turismo com outras atividades, sabendo qual possui mais relevância dentro de um território e qual a participação de cada uma na economia.

Em contrapartida, a CST desenhada pela OMT, consegue atrair mais dados (turísticos) na formação das contas nacionais que antes possuíam certa carência nesse tipo de informações.

Como resultados a elaboração da conta satélite pode trazer os dados constantes no Quadro 07.

²⁷ Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>

Quadro 07 – Dados constantes nas Contas Satélites do Turismo

- Agregados Macroeconômicos: valor agregado e PIB turísticos;
- Consumo Turístico: discriminado por fonte de suprimento, oferta interna ou Exportação.
- Conta Produção, por ramo de atividade, incluindo dados de Emprego, Relações Intersectoriais e Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF).
- Outras Informações relevantes à construção de modelos de avaliação dos impactos do turismo.
- Indicadores de Caracterização do Turismo, baseados em números de chegadas; forma de viagem; duração; motivo; modo de transporte; meio de hospedagem; destino; procedência; etc.

Fonte: EMBRATUR (1999), elaboração própria.

Além desses dados podemos destacar a contribuição do turismo para o PIB doméstico nacional, o papel do turismo no consumo final, o capital de investimento no setor, o impacto do turismo com as transações com o resto do mundo, impostos e outras taxas geradas pelas ACTs, acompanhado a evolução de cada item ao longo do tempo (FRECHTLING, 1999). Isto permite, por exemplo, a um determinado governo observar se suas políticas em turismo estão gerando os efeitos esperados. Alguns indicativos são o aumento da receita de impostos, do número de pessoas empregadas, das relações de trocas com o resto do mundo, entre outras.

Buscando a padronização em estatísticas do turismo a OMT define uma série de conceitos. Apesar de já serem trabalhados há certo tempo, é importante observá-los porque eles delimitam a pesquisa e permitem o melhor entendimento sobre as contas satélites do turismo. Quanto aos conceitos de produtos específicos do turismo, a OMT os define conforme o Quadro 08.

Podemos notar que os produtos característicos do turismo são aqueles que possuem forte ligação econômica com a atividade turística, sendo que qualquer alteração no setor (seja política, econômica, social, interna ou externa) poderá afetar seriamente a produção e comercialização deste bem ou serviço. Identificamos como alguns produtos característicos do turismo os serviços de alojamento; de transporte aéreo, terrestre e aquaviário de passageiros;

alimentação; agências de viagens; lazer e cultura. Os produtos característicos do turismo são, portanto, aqueles reconhecidos como inerentes à atividade turística de qualquer país.

Quadro 08 – Produtos específicos do turismo

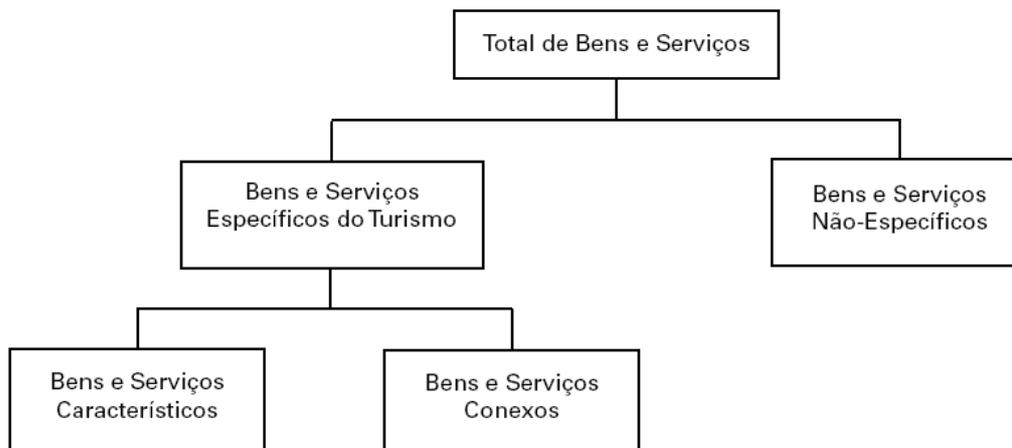
- Produtos característicos do Turismo: aqueles que, na ausência de visitantes, na maior parte dos países, provavelmente deixariam de existir numa quantidade significativa, ou cujo consumo diminuiria de forma expressiva e para os quais é possível obter dados estatísticos.
- Produtos conexos no turismo: são uma categoria residual, que incluem aquilo que foram identificados como um produto específico do turismo em um dado país, mas que não são reconhecidos mundialmente - Eles são consumidos pelos turistas em quantidades significativas, mas não na mesma proporção que os característicos e nem em todos os países.
- Produtos específicos do turismo: é a soma das duas categorias anteriores.

Fonte: OMT (2001).

Já o produto conexo é aquele que pode ser considerado como turístico em um determinado local, mas em outro não possui relevância turística. Geralmente são produtos consumidos tanto pelo visitante quanto pelo morador da localidade em questão, onde a maior ou menor dependência da produção desse bem ou serviço é variável, não estando estritamente ligada ao turista. Um bom exemplo disso é o serviço de transporte urbano. Enquanto em uma cidade ele é utilizado basicamente pela população local, em outra o turista tem expressiva participação na utilização e geração de receita neste serviço.

O conceito de produtos específicos do turismo pode ser esquematizado conforme a Figura 02.

Fig. 02 – Disposição dos bens e serviços



Fonte: IBGE, 2008, p.10.

A fim de manter a padronização dos produtos característicos do turismo, a OMT estipulou uma lista de 74 produtos, a partir da *Central Product Classification* (CPC), para serem trabalhados na CST. O anexo III traz a lista de produtos característicos do turismo, atualizada pela OMT no seu documento *International Recommendations on Tourism Statistics* (IRTS) de 2007, compatível com a CPC (versão 2) e aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 2006²⁸. Isto garante a compatibilidade dos dados com o SNA-93, além de permitir a comparabilidade entre países.

Já os produtos conexos do turismo podem variar de acordo com a localidade, podendo ser alterados por causa da especificidade de cada país. Por esse motivo, a tabela não é foco de comparabilidade, mas serve de complemento do dimensionamento do setor e da formação do PIB do turismo.

A partir dos produtos característicos do turismo deverão ser identificadas as atividades características do turismo. As ACTs, constantes no anexo IV, “são aquelas nas quais as unidades econômicas, as empresas, produzem pelo menos um produto característico de turismo” (IBGE, 2008). Dessa forma, é também a atividade que vende sua produção diretamente para o visitante (FRECHTLING, 1999). Frechtling ressalta a dificuldade em identificar aquilo que é vendido para o turista e o que é de uso comum à população. Muitos serviços inseridos nas ACTs são utilizados tanto pelo visitante quanto pelo morador local. Dessa forma, distinguir o que é renda gerada pelo turismo e o que não é, torna-se uma metodologia complexa.

²⁸ O *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework* (OMT, 2001) apresenta 96 produtos como sendo característicos do turismo. Por ser uma versão anterior às atuais recomendações de 2007, a lista de produtos específicos a ser dotada é a última versão.

Exemplificando, as empresas aéreas vendem serviço de transporte para os passageiros, logo basta contabilizar o número de vendas de passagens que podemos chegar a receita dessa ACT²⁹. Por outro lado, os restaurantes vendem bens de consumo (as refeições) tanto para o turista quanto para o morador local. É mais difícil, portanto, mensurar aquilo que foi realmente produzido para o turista.

Diferenciar o consumo turístico do não turístico é uma das principais discussões existentes na economia do turismo. Dessa forma a Organização Mundial do Turismo achou por bem trabalhar apenas as ACTs que produzem serviços turísticos, deixando de lado, neste primeiro momento, aquelas que produzem bens turísticos (mercadorias). Nessa nomenclatura, os restaurantes, por exemplo, são denominados como atividade prestadora de serviços em alimentos e bebidas, podendo ser identificados aqueles que atendem principalmente ao turista.

Delimitando as atividades econômicas inerentes ao turismo, as ACTs foram definidas pela OMT e seguem recomendações internacionais tendo seus códigos oriundos da *International Standard Industrial Classification (ISIC)*³⁰. No anexo IV estão dispostas as 12 atividades características principais, mais 32 subcategorias, com os respectivos números de identificação ISIC, de acordo com a quarta versão aprovada pelas Nações Unidas em 2006.

Baseado na concordância existente entre produtos (identificados pelos 5 dígitos do código CPC) e atividades produtivas (identificadas pelos 4 dígitos do código ISIC) é possível identificar para cada produto específico do turismo, a atividade produtiva correspondente (possivelmente mais de uma porque um único produto pode ser resultado de diferentes processos de fabricação) (OMT, 2008).

Tendo estas definições esclarecidas, é importante destacar que existem algumas diferenças entre os dados disponíveis no SNA-93 e nas CST, mas estas diferenças estão na forma de apresentação das informações. Assim, a entidade responsável pela elaboração da CST não deve somente coletar os dados do Sistema de Contas Nacionais, mas também transformá-los e desagregá-los, adaptando-os ao montar o sistema de contas satélites. Este processo é instruído pela OMT conforme o quadro abaixo:

²⁹ O presente exemplo é apenas uma ilustração simples, uma vez que a venda de passagens aéreas não é a única fonte de renda das empresas.

³⁰ A utilização do CPC e do ISIC é importante por serem classificações reconhecidas internacionalmente, mantendo consonância com outros códigos internacionais como é o caso do COICOP (*International Classification of Individual Consumption by Purpose*). Este é utilizado para descrever o consumo individual nas estatísticas em geral (OMT, 2007, parágrafo 4.25).

Quadro 09 – Instruções para coleta e tratamento de dados da CST

- Extrair das tabelas de recursos e usos das contas nacionais os dados das atividades e produtos específicos do turismo.
- Transformar os pacotes de turismo, a partir do seu valor bruto disponível nas contas nacionais de alguns países, em redes de valores exigidas pela CST.
- Obter dos custos de serviços valores de produtos comercializados por agências de viagem, principalmente transporte, pacotes turísticos e acomodações, no intuito de considerar as agências de viagem como parte da indústria turística do país. Isto também requer que seja identificado, nos consumos turísticos receptor e emissor, o local de residência dos diferentes fornecedores de serviços, assim como a residência da própria agência de viagens.
- Desagregar o valor de bens adquiridos pelos visitantes entre distribuição marginal e preços de bens a valores básicos.
- Identificar o consumo dos visitantes em todos os seus componentes, monetários ou não, distinguindo-o do consumo não turístico.
- Obter o valor agregado pelo turismo e o PIB do turismo, pelo lado da oferta e da demanda, observando o gasto do turismo, nas duas óticas, e verificando a relação entre recursos e usos das ACTs.

Fonte: OMT (2001), elaboração própria.

Podemos observar que as recomendações se pautam, basicamente, pelo detalhamento do gasto do turista (separando aquilo que realmente é turístico e que já está disponível nas contas nacionais) e pela decomposição dos produtos comercializados pelas operadoras e agências de viagens. Todo este detalhamento pode partir dos dados agregados existentes nas TRUs e nas CEIs das contas nacionais, sendo desagregados em tabelas específicas para o turismo ou na matriz insumo-produto do turismo.

Alguns países trazem nas contas nacionais o valor bruto dos pacotes turísticos comercializados, o que é válido, mas a idéia é desagregar estes pacotes e obter dados importantes como seu valor líquido (quanto a agência agregou de valor ao pacote), a

participação dos setores de transporte, hospedagem, aluguel de veículos, receptivo, entre outros, na composição dos preços do produto vendido³¹.

2.6. As tabelas conceituais

Uma CST nada mais é do que um conjunto de dados de variáveis relacionados ao turismo integrados em quadros organizados de forma lógica e coerente, permitindo visualizar toda a magnitude econômica do turismo, tanto sob o ponto de vista da procura, como da oferta (OMT, 1999). A OMT estipula 10 quadros ou tabelas principais que são derivadas ou relacionadas com as tabelas do sistema de contas nacionais, relativos à oferta e ao uso de bens e serviços³². Este conjunto de quadros constitui o núcleo central para comparações internacionais dos impactos econômicos do turismo entre as economias, e os descreveremos a seguir, buscando destacar a função de cada um e a relação deles com o Sistema de Contas Nacionais.

Como veremos, as 4 primeiras tabelas tratam do gasto do turista, sendo necessárias pesquisas específicas de demanda para confrontar com os dados de oferta disponíveis nas contas nacionais. Extrair dados de demanda diretamente do SNA não é viável porque o sistema central não trabalha com o conceito de turista, mas de família, ou seja, o gasto do turista não está explícito no SNA.

As **tabelas 1, 2 e 3**, adiante, tratam, respectivamente, do turismo receptivo, do turismo doméstico e do turismo emissivo. Todas trazem a desagregação do consumo turístico por produtos (específicos e não específicos do turismo), visitantes (excursionistas e turistas) e residência específica³³. Além dessas informações as três tabelas também apresentam os números de viagens e os números de pernoites por visitantes. Por definição os visitantes excursionistas³⁴ não utilizam acomodação, portanto este item não é mensurado para eles. Já os serviços de segunda residência não geram ônus durante a viagem para os visitantes, ou seja, ele não paga diária para se hospedar e, por esse motivo, também não há contabilização monetária.

³¹ Operacionalmente, recomenda-se a elaboração de redes de valores específicas para mensurar o valor agregado pelas agências de viagens, auxiliando no valor do PIB do turismo.

³² OMT, 2001, parágrafo 4.2

³³ Residência específica é a relação da origem do turista com o destino visitado. O turista doméstico tem residência específica no país de referência; o turista internacional ou estrangeiro tem residência específica fora do foco da análise.

³⁴ Excursionista é aquele visitante de um dia (bate e volta), que não pernoita no local visitado e retorna ao local de origem.

A tabela 1 (turismo receptivo) expressa o consumo de todos aqueles que vieram de outros países. É a entrada de turistas estrangeiros computada de forma monetária em termos de gastos com o turismo na localidade. Estão inclusos gastos com hospedagem, alimentação, compras no local, etc., e são excluídos os gastos antes e depois da viagem fora do território em questão, além de lucro de agência de turismo e transporte estrangeira, entre outros. Por se tratar de uma operação realizada entre residentes e estrangeiros, alguns dados da conta “resto do mundo” das Contas Econômicas Integradas podem ser utilizados, mas somente em conjunto com pesquisas específicas sobre o gasto do turista estrangeiro no país. Estas pesquisas visam suprir a insuficiência de dados do turismo na conta “resto do mundo”. Por gerar divisas para o país referência o turismo receptivo é tido como uma atividade de exportação.

A tabela 2 (turismo doméstico) representa o gasto de todos os visitantes residentes em viagens dentro do território em questão, ou seja, tudo o que consumimos quando viajamos dentro do nosso próprio país. Estão inclusos desde os gastos com pacotes, hospedagens, transportes, até aqueles com os preparativos (malas, roupas, barracas de *camping*, etc) e os posteriores (revelação de fotos) à viagem. Por esse motivo esta tabela traz uma pequena diferenciação das demais, pois o visitante residente viajou dentro do país ou no exterior. No primeiro caso são contabilizados todos os gastos, como já dito. No segundo, serão contabilizados somente os gastos realizados antes e depois da viagem, dentro do território referência, uma vez que os gastos realizados na viagem propriamente dita (fora do território referência) serão computados na tabela 3 (turismo emissivo). Os dados das contas “consumo das famílias” das CEIs, cujas descrevem todo o tipo de gasto realizado pelas famílias do país referência, em um dado período de tempo e por setores econômicos, podem ser um indicativo do gasto com o turismo, mas conceitualmente não pode ser utilizado por se tratar de gasto da família e não gasto do turista. Deste modo, a realização de pesquisas específicas que detalhem o gasto do turista doméstico é primordial.

A tabela 3 (turismo emissivo) traz todos os gastos realizados em viagens por turistas do país referência em outro país diferente daquele em questão, ou seja, são os gastos com viagens internacionais. Neste caso é interessante observar que nem todos os gastos dessa viagem serão enviados ao exterior. Por exemplo, uma família que adquiriu um pacote de viagens junto a uma empresa de São Paulo e que irá viajar para Europa. Neste caso todos os gastos com hospedagem, transporte urbano, compras de *souvenir*, etc. (tudo aquilo fora do território nacional) será computado nesta tabela. Porém, o lucro da agência, da transportadora

aérea (caso seja nacional), entre outros, serão computados na tabela 2 por ser geração de receita doméstica. Por essas peculiaridades a OMT recomenda a desagregação dos serviços oferecidos por agências de viagens a fim de se direcionar os gastos nos quadros conceituais.

Os dados para a formação desta tabela também dependem de estudos específicos para serem confrontados com os dados disponíveis pelo lado da oferta nas contas nacionais. Por ser uma atividade que envia divisas para outros países, o turismo emissor é considerado atividade de importação.

A **tabela 4** apresenta o consumo interno de turismo. É a junção dos valores totais da tabela 1 (consumo de turismo receptivo) e tabela 2 (consumo de turismo doméstico), além de outros componentes do consumo dos visitantes que possam ser relevantes (quarta coluna da tabela 4). Dessa forma temos o consumo total da atividade turística pela ótica da despesa (sexta coluna), sabendo quanto os visitantes estão gastando no território referência. Nessa tabela ainda não é possível saber o valor agregado pelo turismo à produção nacional porque os dados são apresentados em sua forma bruta. Mais duas linhas são adicionadas ao final: a de bens fabricados domesticamente e a de bens importados. Isto permite tirar conclusões sobre as rendas retidas no país ou que migram para outros.

A **tabela 5** (tabela da oferta) possui formato semelhante às tabelas de recursos e usos trabalhadas no SNA-93. Lá a disponibilidade de linhas e colunas é preenchida por setores da economia, sendo possível saber o que cada setor contribui para a produção dos demais, no próprio turismo quanto no restante da economia. Permite também obter quanto cada atividade agrega de valor macro uma vez descartados os gastos com insumos (consumo intermediário). Aqui, as colunas representam as atividades características do turismo (doze no total), as conexas e as não-características. Já as linhas apresentam os produtos turísticos (característicos, conexas e não-característicos), o valor total da produção, os insumos (consumo intermediário) e o valor agregado da produção total. Dessa forma é possível visualizar a produção total de um bem (turístico ou não) dentro de uma das 12 atividades relacionadas pela CST, ainda sem a distinção de qual valor dessa produção é parte do turismo.

Percebe-se que a Tabela 5 refere-se às tabelas de recursos e usos existentes no SNA, focada na atividade turística. Por esse motivo, os dados utilizados aqui neste quadro conceitual são retirados das TRUs do SNA. Como podemos ver na tabela 5 (página 50), o nível de desagregação ainda não é o ideal, mas é satisfatório para elaboração da CST, além de ser razoavelmente mensurável.

A **tabela 6** é complementar à tabela cinco. As novas informações incorporadas permitem observar o turismo propriamente dito, ou seja, separa o que da produção atende aos visitantes (ACT), de outra parte que inclui também o que atende o residente. Por isso, esta tabela, é a mais importante ao tratarmos das Contas Satélites do Turismo. Em relação à tabela cinco, as linhas permanecem inalteradas. Já as colunas de atividades específicas e não-específicas são divididas em produção total (já existente na tabela 5) e produção do turismo. Isto permite conhecer a participação do turismo na economia em termos de valores a preços básicos, quanto e o que a atividade turística utiliza como insumo a preços de mercado e o valor agregado do turismo (VAT) na produção total. Além dessa divisão das colunas de atividades, outras cinco colunas são acrescentadas à direita, permitindo confrontar a oferta e o consumo de turismo interno, computando o valor agregado, o produto interno bruto do turismo e seus componentes (OMT, 2001).

A **tabela 7** traz detalhes sobre o emprego no setor, por atividades características do turismo. Além dos números de estabelecimentos comerciais, existe a distinção entre proprietários, trabalhadores (total) e trabalhadores assalariados, subdivididos por sexo. O turismo, como atividade econômica, é capaz de empregar boa quantidade de mão-de-obra e com qualquer nível de escolaridade. O setor possui vários segmentos onde podem ser empregadas pessoas com alto grau de instrução ou até mesmo aquelas com escolaridade mínima. Apesar de não haver a proposta de desagregação por esta ótica, é importante obter os dados básicos aqui propostos para estudos relativos à qualidade da mão-de-obra turística, à intensidade de mão-de-obra e níveis de remuneração por subsetores do turismo.

A **tabela 8** trata da formação bruta de capital fixo turístico. Isto nada mais é do que o dado de investimento em ativos fixos, específicos do turismo, no total da economia. No intuito de servir ao turista, os empresários do setor turístico investem na formação de capital fixo, podendo incluir habitações (segunda moradia, apartamentos e condomínios), outros prédios e estruturas (hotéis, terminais de transporte, parques temáticos, etc.) e maquinários e equipamentos (veículos de transporte e elevadores de estações de esqui, por exemplo) (Frechtling, 1999).

Observando a tabela, temos os dados das colunas desagregando a formação bruta de capital fixo por cada ACT. Além do total da atividade do turismo as colunas trazem os investimentos do governo e de outras indústrias que também possam ter contribuído. As linhas apresentam os ativos, tangíveis ou intangíveis, relacionados aos produtos característicos do turismo. Estes ativos podem variar de uma localidade para outra, sendo

sugerida pela OMT a lista disponível no anexo V. Finalmente, a tabela dispõe de uma memória para ativos não-financeiros que possam ser relevantes. A formação bruta de capital fixo pode ser extraída da TRU, mais especificamente na Tabela de Usos de Bens e Serviços das Contas Nacionais, mas ainda são de difícil identificação porque a definição de quais são os capitais fixos do turismo ainda é amplamente discutido, não havendo consenso sobre o tal assunto.

A penúltima **tabela, de número 9**, do Sistema de Contas Satélites do Turismo apresenta o “Consumo turístico coletivo por funções e níveis de governo”, ou seja, aquilo que os entes públicos, nas três esferas, gastaram para promover, desenvolver ou manter a atividade turística. São aqueles realizados com promoção, planejamento, manutenção de banco de dados, administração de *bureaux* de informação, segurança pública destinada ao turista, etc.

A primeira coluna lista a finalidade dos gastos locais, regionais ou nacionais no intuito de administrar a atividade turística. É necessário realçar que a prestação de serviços individuais não mercantis, como os fornecidos pelos parques nacionais, pelos museus, etc. são excluídos, pois já estão englobados nas transferências sociais de serviços em espécie aos visitantes e no consumo total dos visitantes (OMT, 1999). A última coluna da direita, memória, aparece para colher informações de serviços que beneficiam o turismo, mas que foram financiadas pela própria indústria (OMT, 2001). Muitos casos como estes acontecem em alguns países onde a própria indústria do turismo gasta com propagandas e materiais promocionais. Teoricamente, estes gastos podem ser identificados na conta “Governo” das Contas Econômicas Integradas, no SNA, de forma agregada.

A última tabela, a **tabela 10**, da CST traz indicadores quantitativos não monetários que foram utilizados ou que são relevantes para a atividade turística. São os números comumente encontrados nas estatísticas em turismo, onde se destacam os de chegadas e saídas, duração de estadias, transporte utilizado, forma de alojamento, etc. Os indicadores físicos são uma componente essencial das Contas Satélites e não devem, em caso algum, ser considerados como uma parte secundária dessas contas (OMT, 1999 apud SNA-93).

Tabela 1
Consumo turístico receptivo por produtos e categorias de visitantes
(consumo final dos visitantes)
(Avaliação líquida)

Produtos	Excursionistas (1.1)	Turistas (1.2)	Total de visitantes (1.3) = (1.1) + (1.2)
A. Produtos Específicos			
A.1 Produtos característicos (a)			
1 - Alojamento	X		
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento	X		
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X	X	X
2 - Serviços de alimentação			
3 - Serviços de transporte de passageiros			
3.1 Ferroviário interurbano			
3.2 Rodoviário			
3.3 Marítimo ou fluvial			
3.4 Aéreo			
3.5 Serviços de apoio			
3.6 Aluguel do equipamento de transporte			
3.7 Serviços de reparo e manutenção			
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico			
4.1 Agência de viagem (1)			
4.2 Operador turístico (2)			
4.3 Informação turística e guia turístico			
5 - Serviços culturais			
5.1 Artes			
5.2 Museu e outros serviços culturais			
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)			
6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva			
6.2 Outros serviços de recreação e lazer			
7 - Serviços variados de turismo			
7.1 Serviços financeiros e de seguro			
7.2 Outros serviços de aluguel de bens			
7.3 Outros serviços de turismo			
A.2 Produtos Conexos			
margens de distribuição			
bens (4)			
serviços			
B. Produtos não específicos			
margens de distribuição			
bens (4)			
serviços			
TOTAL			
número de viagens			
número de noites			

X - não se aplica

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

(4) Corresponde ao valor líquido das margens de distribuição

(a) Embora chamados de "produtos", os bens ainda não estão incluídos.

Essa decisão foi tomada por duas razões principais:

- as diferenças (em nível e estrutura) existentes entre os tipos de bens adquiridos pelos visitantes, conforme o país ou lugar visitado;

- as limitações das fontes disponíveis sobre informação estatística.

No entanto, os bens não são totalmente banidos da análise, já que o comércio varejista de serviços (especializado ou não especializado), associado com a venda de bens para visitantes, está incluído na lista. Isto se dá pelo fato da atividade produtiva associada ser uma atividade que está em contato com o visitante e, assim, dadas certas circunstâncias, pode ser visualizada como uma atividade do turismo.

Tabela 2

Consumo turístico doméstico por produtos e conjuntos ad hoc de visitantes residentes
(consumo final dos visitantes)

(Avaliação líquida)

Produtos	Visitantes residentes viajando apenas no país de referência			Visitantes residentes viajando para outro país (*)			Todos visitantes residentes (**)		
	Excursionistas (2.1)	Turistas (2.2)	Total de visitantes (2.3) = (2.1) + (2.2)	Excursionistas (2.4)	Turistas (2.5)	Total de visitantes (2.6) = (2.4) + (2.5)	Excursionistas (2.7) = (2.1) + (2.4)	Turistas (2.8) = (2.2) + (2.5)	Total de visitantes (2.9) = (2.3) + (2.6)
A. Produtos Específicos									
A.1 Produtos característicos (a)									
1 - Alojamento	X			X			X		
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento	X			X			X		
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2 - Serviços de alimentação									
3 - Serviços de transporte de passageiros									
3.1 Ferroviário interurbano									
3.2 Rodoviário									
3.3 Marítimo ou fluvial									
3.4 Aéreo									
3.5 Serviços de apoio									
3.6 Aluguel do equipamento de transporte									
3.7 Serviços de reparo e manutenção									
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico									
4.1 Agência de viagem (1)									
4.2 Operador turístico (2)									
4.3 Informação turística e guia turístico									
5 - Serviços culturais									
5.1 Artes									
5.2 Museu e outros serviços culturais									
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)									
6.1 Esportes e serviços de recreação esportiva									
6.2 Outros serviços de recreação e lazer									
7 - Serviços variados de turismo									
7.1 Serviços financeiros e de seguro									
7.2 Outros serviços de aluguel de bens									
7.3 Outros serviços de turismo									
A.2 Produtos Conexos									
margens de distribuição									
bens (4)									
serviços									
B. Produtos não específicos									
margens de distribuição									
bens (4)									
serviços									
TOTAL									
número de viagens									
número de noites									

X - não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(*) Este conjunto de visitantes refere-se àqueles visitantes residentes cuja viagem os levará para fora do território econômico do país de referência. Estas colunas incluirão suas despesas antes da partida ou após o seu retorno.

(**) Devido ao fato de algumas despesas não poderem ser associadas a nenhuma destas categorias de visitantes especificamente (por exemplo, aquisição de bem durável para finalidade única ou compra fora do contexto da viagem), a estimativa do consumo turístico doméstico (que corresponde à última coluna da tabela) exigirá alguns ajustes específicos. A despesa final do visitante para todos os visitantes residentes não é estritamente a soma deste conceito para cada categoria de visitantes.

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

(4) Corresponde ao valor líquido das margens de distribuição

Tabela 3
Consumo turístico emissivo por produtos e categorias de visitantes
(consumo final dos visitantes)
(Avaliação líquida)

Produtos	Excursionistas (3.1)	Turistas (3.2)	Total de visitantes (3.3) = (3.1) + (3.2)
A. Produtos Específicos			
A.1 Produtos característicos (a)			
1 - Alojamento	X		
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento	X		
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X	X	X
2 - Serviços de alimentação			
3 - Serviços de transporte de passageiros			
3.1 Ferroviário interurbano			
3.2 Rodoviário			
3.3 Marítimo ou fluvial			
3.4 Aéreo			
3.5 Serviços de apoio			
3.6 Aluguel do equipamento de transporte			
3.7 Serviços de reparo e manutenção			
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico			
4.1 Agência de viagem (1)			
4.2 Operador turístico (2)			
4.3 Informação turística e guia turístico			
5 - Serviços culturais			
5.1 Artes			
5.2 Museu e outros serviços culturais			
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)			
6.1 Esportes e serviços de recreação esportiva			
6.2 Outros serviços de recreação e lazer			
7 - Serviços variados de turismo			
7.1 Serviços financeiros e de seguro			
7.2 Outros serviços de aluguel de bens			
7.3 Outros serviços de turismo			
A.2 Produtos Conexos			
margens de distribuição			
bens (4)			
serviços			
B. Produtos não específicos			
margens de distribuição			
bens (4)			
serviços			
TOTAL			
	número de viagens		
	número de noites		

X - não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

(4) Corresponde ao valor líquido das margens de distribuição

Tabela 4
Consumo turístico interno por produtos e tipos de turismo
(Avaliação líquida)

Produtos	Consumo final dos visitantes			Outros componentes do consumo dos visitantes (4.4)***	Consumo turístico interno total (4.5) = (4.3) + (4.4)
	Consumo turístico receptivo (4.1)*	Consumo turístico doméstico (4.2)**	Consumo turístico interno (4.1) + (4.2) = (4.3)		
A. Produtos Específicos					
A.1 Produtos característicos (a)					
1 - Alojamento					
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento					
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X	X	X		
2 - Serviços de alimentação					
3 - Serviços de transporte de passageiros					
3.1 Ferroviário interurbano					
3.2 Rodoviário					
3.3 Marítimo ou fluvial					
3.4 Aéreo					
3.5 Serviços de apoio					
3.6 Aluguel do equipamento de transporte					
3.7 Serviços de reparo e manutenção					
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico					
4.1 Agência de viagem (1)					
4.2 Operador turístico (2)					
4.3 Informação turística e guia turístico					
5 - Serviços culturais					
5.1 Artes					
5.2 Museu e outros serviços culturais					
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)					
6.1 Esportes e serviços de recreação esportiva					
6.2 Outros serviços de recreação e lazer					
7 - Serviços variados de turismo					
7.1 Serviços financeiros e de seguro					
7.2 Outros serviços de aluguel de bens					
7.3 Outros serviços de turismo					
A.2 Produtos Conexos					
margens de distribuição					
serviços					
B. Produtos não específicos					
margens de distribuição					
serviços					
Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição					
Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição					
TOTAL					

X - não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(*) Corresponde ao item 1.3 da Tabela 1

(*) Corresponde ao item 2.9 da Tabela 2

(***) Estes componentes (referentes à despesa final do visitante em espécie, transferência do turismo social em espécie e despesa de turismo comercial) são registrados separadamente por não serem facilmente classificados por tipos de turismo.

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

Tabela 5
Contas de produção da indústria do turismo e de outras indústrias
(Avaliação líquida)

Produtos	ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO												Total das atividades características do turismo	Atividades características do turismo conexo	Outras atividades, não específicas do turismo	Produção TOTAL dos produtores domésticos (a preços básicos)	
	1 - Hotéis e estabelecimentos similares	2 - Residência secundária	3 - Restaurantes e estabelecimentos similares	Transporte de Passageiros						10 - Agência de viagem e similares	11 - Serviços de cultura	12 - Esportes e outros serviços de recreação					
				4 - Ferroviário	5 - Rodoviário	6 - Marítimo ou fluvial	7 - Aéreo	8 - Serviços de apoio	9 - Aluguel do equipamento de transporte								
A. Produtos Específicos																	
A.1 Produtos característicos (a)																	
1 - Alojamento																	
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento		X															
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2 - Serviços de alimentação																	
3 - Serviços de transporte de passageiros																	
3.1 Ferroviário interurbano		X															
3.2 Rodoviário		X															
3.3 Marítimo ou fluvial		X															
3.4 Aéreo		X															
3.5 Serviços de apoio		X															
3.6 Aluguel do equipamento de transporte		X															
3.7 Serviços de reparo e manutenção		X															
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico																	
4.1 Agência de viagem (1)		X															
4.2 Operador turístico (2)		X															
4.3 Informação turística e guia turístico		X															
5 - Serviços culturais																	
5.1 Artes		X															
5.2 Museu e outros serviços culturais		X															
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)																	
6.1 Esportes e serviços de recreação esportiva		X															
6.2 Outros serviços de recreação e lazer		X															
7 - Serviços variados de turismo																	
7.1 Serviços financeiros e de seguro		X															
7.2 Outros serviços de aluguel de bens		X															
7.3 Outros serviços de turismo		X															
A.2 Produtos Conexos																	
margens de distribuição		X															
serviços		X															
B. Produtos não específicos																	
margens de distribuição		X															
serviços		X															
Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção TOTAL (a preços básicos)																	
1. Produtos de agricultura, siveicultura e da pesca																	
2. Indústria extrativa																	
3. Eletricidade, gás e água																	
4. Indústria de transformação																	
5. Indústria da construção civil																	
6. Serviços de comércio, hotéis e restaurantes																	
7. Serviços de transporte, armazenagem e comunicação																	
8. Serviços empresariais																	
9. Serviços coletivos, sociais e individuais																	
Consumo intermediário total (a preços de mercado)																	
Valor bruto adicionado (a preços básicos)																	
Remuneração dos empregados / Despesa com pessoal																	
Outros impostos líquidos de subsídios à produção																	
Rendimento Misto Bruto																	
Excedente Bruto de Exploração																	

X - não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

Tabela 6
Oferta e consumo de serviços turísticos por produtos
(Avaliação líquida)

Produtos	ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO								Total das atividades características do turismo		Atividades características do turismo conexo		Outras atividades, não específicas do turismo		Produção TOTAL dos produtores domésticos (a preços básicos)	*Importações	Impostos menos subsídios à produção de bens internos e importação	Oferta Interior (a preços de mercado)	Consumo turístico interior	Turismo rácio sobre a oferta
	1 - Hotéis e estabelecimentos similares		2 - Residência secundária		...		12 - Esportes e outros serviços de recreação		Produção	Parte do turismo	Produção	Parte do turismo	Produção	Parte do turismo						
	Produção	Parte do turismo	Produção	Parte do turismo	Produção	Parte do turismo	Produção	Parte do turismo												
A. Produtos Específicos																				
A.1 Produtos característicos (a)																				
1 - Alojamento																				
1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento			X	X									X	X						
1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	X	X			X	X	X	X									X			
2 - Serviços de alimentação			X	X																
3 - Serviços de transporte de passageiros			X	X																
3.1 Ferrovário interurbano			X	X																
3.2 Rodoviário			X	X																
3.3 Marítimo ou fluvial			X	X																
3.4 Aéreo			X	X																
3.5 Serviços de apoio			X	X																
3.6 Aluguel do equipamento de transporte			X	X																
3.7 Serviços de reparo e manutenção			X	X																
4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico			X	X																
4.1 Agência de viagem (1)			X	X																
4.2 Operador turístico (2)			X	X																
4.3 Informação turística e guia turístico			X	X																
5 - Serviços culturais			X	X																
5.1 Artes			X	X																
5.2 Museu e outros serviços culturais			X	X																
6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3)			X	X																
6.1 Esportes e serviços de recreação esportiva			X	X																
6.2 Outros serviços de recreação e lazer			X	X																
7 - Serviços variados de turismo			X	X																
7.1 Serviços financeiros e de seguro			X	X																
7.2 Outros serviços de aluguel de bens			X	X																
7.3 Outros serviços de turismo			X	X																
A.2 Produtos Conexos			X	X																
margens de distribuição			X	X																
serviços			X	X																
B. Produtos não específicos			X	X																
margens de distribuição			X	X																
serviços			X	X																
Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição			X	X															X	X
Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X	X
Produção TOTAL (a preços básicos)																				
1. Produtos de agricultura, sylvicultura e da pesca													X	X	X	X			X	X
2. Indústria extrativa													X	X	X	X			X	X
3. Eletricidade, gás e água													X	X	X	X			X	X
4. Indústria de transformação													X	X	X	X			X	X
5. Indústria da construção civil													X	X	X	X			X	X
6. Serviços de comércio, hotéis e restaurantes													X	X	X	X			X	X
7. Serviços de transporte, armazenagem e comunicação													X	X	X	X			X	X
8. Serviços empresariais													X	X	X	X			X	X
9. Serviços coletivos, sociais e individuais													X	X	X	X			X	X
Consumo intermediário total (a preços de mercado)																				
Valor bruto adicionado (a preços básicos)																				
Remuneração dos empregados / Despesa com pessoal																				
Outros impostos líquidos de subsídios à produção																				
Rendimento Misto Bruto																				
Excedente Bruto de Exploração																				
X - não se aplica																				

(a) Ver nota na Tabela 1

..., Significa que todas as atividades características do turismo listadas devem ser consideradas, uma por uma, conforme numeração.

* Importações exclusivamente adquiridas dentro dos limites do país de referência.

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

Tabela 7
Emprego nos setores do turismo

Atividades características do turismo	Número de estabelecimentos	Número de empregos			Situação no emprego						Número de assalariados		
		Total			Empregados			Outros			Total		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1 - Hotéis e estabelecimentos similares													
2 - Residência secundária													
3 - Restaurantes e estabelecimentos similares													
4 - Transporte ferroviário de passageiros													
5 - Transporte rodoviário de passageiros													
6 - Transporte marítimo ou fluvial de passageiros													
7 - Transporte aéreo de passageiros													
8 - Serviços de apoio ao transporte de passageiros													
9 - Aluguel do equipamento de transporte de passageiros													
10 - Agência de viagem e similares													
11 - Serviços de cultura													
12 - Esportes e outros serviços de recreação													
TOTAL													

X - não se aplica

Tabela 8
Formação bruta de capital fixo do turismo e outros setores

Bens de capital	ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO												Total da indústria do turismo	Outros setores			Formação bruta de capital fixo total do turismo e dos outros setores
	1 - Hotéis e estabelecimentos similares	2 - Residência secundária	3 - Restaurantes e estabelecimentos similares	Transporte de Passageiros						10 - Agência de viagem e similares	11 - Serviços de cultura	12 - Esportes e outros serviços de recreação		Administração Pública	Outros	Total	
				4 - Ferroviário	5 - Rodoviário	6 - Marítimo ou fluvial	7 - Aéreo	8 - Serviços de apoio	9 - Aluguel do equipamento de transporte								
A. Ativos não-financeiros produzidos																	
A.1 Ativos fixos tangíveis																	
1 - Alojamento turístico																	
1.1 Hotéis e outros alojamentos coletivos		X															
1.2 Habitações para fins turísticos																	
2 - Outros prédios e estruturas		X															
2.1 Restaurantes e estabelecimentos familiares		X															
2.2 Construções e infra-estrutura para transporte rodoviário, ferroviário, marítimo/fluvial e aéreo de passageiros		X											(1)				
2.3 Construções de centros culturais		X															
2.4 Construções para esporte, recreação e lazer		X															
2.5 Outras estruturas e construções		X															
3 - Equipamento para transporte de passageiro		X												(1)	(1)		
3.1 Rodoviário e ferroviário		X															
3.2 Marítimo/fluvial		X															
3.3 Aéreo		X															
4 - Máquinas e equipamentos		X															
A.2 Ativos fixos intangíveis		X												(1)	(1)		
B. Melhoria dos terrenos utilizados para fins turísticos																	
TOTAL																	
Memo:																	
C. Ativos não financeiros não produzidos		X															
1 - Ativos tangíveis não produzidos		X															
1 - Ativos intangíveis não produzidos		X															
TOTAL		X															

X - não se aplica

(1) Apenas o que for para fins turísticos.

Tabela 9
Consumo coletivo turístico, por funções e níveis de governo

Função	Nível Nacional	Nível Regional (estado)	Nível Local	Total consumo coletivo do turismo	Memo(*) Consumo intermediário pelos setores do turismo
	(9.1)	(9.2)	(9.3)	(9.4) = (9.1) + (9.2) + (9.3)	
Promoção do turismo					
Planejamento geral e coordenação relacionados a assuntos turísticos					X
Geração de estatísticas e informações básicas sobre o turismo					X
Administração de agências de informação					
Controle e regulação de estabelecimentos em contato com os visitantes					X
Controle específico de visitantes residentes e não residentes					X
Serviços específicos de defesa civil relacionados à proteção dos visitantes					
Outros serviços					
TOTAL					

X - não se aplica

(*) Esta coluna reflete as despesas dos ramos de atividade do turismo em promoção do turismo e outros serviços relacionados às funções descritas, quando relevantes.

Tabela 10
Indicadores não-monetários

a. Número de chegadas e pernoites por tipo de turismo e categorias de visitantes

	Turismo receptor (*)			Turismo interno			Turismo emissor		
	Excursionistas	Turistas	Total de visitantes	Excursionistas	Turistas	Total de visitantes	Excursionistas	Turistas	Total de visitantes
Número de viagens (*)									
Número de pernoites									

(*) No caso do turismo receptor, a variável deverá ser "chegadas".

c. Número de estabelecimentos e capacidade por formas de acomodação

	Alojamentos turísticos		Acomodações turísticas	
	Hotéis e similares	Outros	Residência secundária	Outros
Número de estabelecimentos				
Capacidade (quartos)				
Capacidade (camas)				
Capacidade de utilização (quartos)				
Capacidade de utilização (camas)				

b. Turismo receptor: Número de chegadas e pernoites por meios de transporte

	Número de chegadas	Número de pernoites
1. Aéreo		
1.1 Vôos regulares		
1.2 Vôos não regulares		
1.3 Outros serviços		
2. Marítimo ou fluvial		
2.1 Passageiros de linhas marítimas		
2.2 Cruzeiros		
2.3 Outros		
3. Terrestre		
3.1 Ferrovia		
3.2 Automóvel, ônibus ou outro meio de transporte público rodoviário		
3.3 Veículos privados		
3.4 Veículos alugados		
3.5 Outros meio de transporte terrestre		
TOTAL		

d. Número de estabelecimentos, em características do turismo e atividades conexas do turismo, de acordo com o número de pessoas empregadas

	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	>1000	TOTAL
Atividades Características do Turismo										
1 - Hotéis e estabelecimentos similares										
2 - Segunda residência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3 - Restaurantes e estabelecimentos similares										
4 - Transporte ferroviário de passageiros										
5 - Transporte rodoviário de passageiros										
6 - Transporte marítimo ou fluvial de passageiros										
7 - Transporte aéreo de passageiros										
8 - Serviços de apoio ao transporte de passageiros										
9 - Aluguel do equipamento de transporte de passageiros										
10 - Agência de viagem e similares										
11 - Serviços de cultura										
12 - Esportes e outros serviços de recreação										
Atividades Conexas do Turismo										
TOTAL										

A CST pode ser bem visualizada, por meio das dez tabelas aqui descritas. Parte dos dados está disponível no Sistema de Contas Nacionais. Porém, na prática a CST é muito complexa. O principal problema está justamente com a fonte de dados, o SNA. Na maioria dos países ele ainda não está desagregado o suficiente para atender o turismo, não permitindo as introspecções necessárias, sendo indispensáveis diversos estudos complementares ao sistema central. O desafio nas pesquisas em turismo passa a ser então buscar melhores especificações nas contas nacionais e na decomposição da produção agregada do setor (HARRIS e HARRIS, 1994).

Reconhecendo tal dificuldade, a OMT aceita certa flexibilidade com relação às tabelas. Para a estrutura básica da CST, são exigidos, no mínimo, as tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10, sendo permitida a inserção de outras que o país em questão ache relevante. As tabelas 7, 8 e 9 são igualmente importantes, mas podem ser objeto de um segundo momento na elaboração em países que possuem a CST instalada. Isto ocorre porque a maioria dos países não possui dados capazes de suprir estas tabelas, o que pode ser feito em um segundo estágio (OMT, 2001). Em verdade ainda há muita dificuldade em saber quais dos dados exigidos para as tabelas 7,8 e 9 são realmente gerados pelo turismo. Por exemplo, para alguns uma estrada é capital fixo do turismo, para outros não. O emprego gerado por um restaurante pode ser turístico ou não. Assim, estas incertezas são grandes entraves na hora de elaborar uma dessas tabelas.

Apesar dessa liberdade, a OMT (1999, parágrafo 4.11) faz a seguinte observação:

Cada país determinará quais os quadros que pretende incluir na sua CST. No entanto, para que um conjunto de contas econômicas, efetuadas de acordo com os princípios do SNA-93, seja considerado uma Conta Satélite do Turismo, deve incluir no mínimo uma apresentação da oferta decomposta por ramos da atividade turística e uma decomposição do consumo por visitantes. Uma vez que esta apresentação constitui o elemento básico do sistema da CST, deverá existir um detalhe suficiente em termos dos bens e dos serviços e das atividades produtivas. As contas que se concentram unicamente sobre a procura de turismo ou sobre a oferta dos ramos de atividade do turismo não satisfazem os requisitos necessários para serem considerados com uma Conta Satélite do Turismo. A OMT sugere ainda que, em todos os casos, a apresentação dos resultados seja sempre acompanhada de referências claras quanto à cobertura dos agregados e à metodologia utilizada na sua estimação.

Dessa forma, além dos quadros mínimos já citados, da delimitação das redes de valores dos pacotes e das agências turísticos, a OMT determina que se façam estudos básicos sobre a oferta turística (com o foco nos empreendimentos que comercializam bens e produtos

característicos da atividade turística) e sobre a demanda (saber o que o turista está consumindo). Apesar de não especificar qual é o detalhamento necessário destas informações, supõe-se que, ao atender a lista de produtos característicos (anexo III) e a de atividades características do turismo (anexo IV), em conjunto com os outros requisitos mencionados, a base da Conta Satélite do Turismo esteja formada.

2.7. Limitações no desenvolvimento da CST

Apesar da Conta Satélite do Turismo ser uma boa ferramenta na tentativa de mensurar o impacto do turismo na economia, algumas limitações devem ser observadas.

A primeira delas é com relação aos diferentes setores que o turismo movimenta. O grande desafio ao construir uma metodologia capaz de quantificar os reais impactos econômicos causados pela atividade turística é lidar com a interdisciplinaridade (OMT, 2001.p.03). Aparecendo muitas vezes na literatura como um lado positivo, sendo capaz de gerar emprego, renda e impostos em diferentes atividades econômicas, do ponto de vista estatístico, a diversidade de atividades que define o turismo é prejudicial, no sentido de dificultar a coleta dos dados e a compilação das informações. É necessária uma série de definições e classificações a fim de se delimitar a amplitude da pesquisa e otimizar a operacionalização da coleta das informações. Este é um dos motivos pelo qual a CST trabalha basicamente com dados do SNA-93, que permite a padronização dos dados e pode ser utilizado por grande parte dos países.

Ainda neste sentido, mensurar o turismo diretamente em uma localidade torna-se difícil porque produtos tidos como específicos do turismo podem ser consumidos pelos próprios moradores locais, dificultando a separação dos dados. A EMBRATUR (1999, p.07) destaca tal dificuldade dizendo que “a complexidade de avaliação reside no fato de que os bens e serviços consumidos pelos visitantes também podem ser demandados por residentes e, além disso, podem ter sido produzidos em regiões distintas das do consumo”.

O segundo problema é o alto índice de informalidade dos estabelecimentos turísticos, o que pode acarretar omissão de informações importantes. Em especial no caso brasileiro, restaurantes, pousadas, hotéis, locadoras de veículos, etc. são comumente informais, sem registro ou cadastro, sendo ausentes informações oficiais destes empreendimentos. Há tentativas de se medir o tamanho dessa informalidade e o seu impacto, mas os dados ainda são poucos.

Uma outra dificuldade, ao se trabalhar com a CST, é que ela é um instrumento estático no sentido de não permitir simulações diante de variações em algum dos indicadores.

Para se atingir tal nível, é necessário utilizar ferramentas específicas como o Equilíbrio Geral Computável, que é “uma das formas mais confiáveis de construir uma representação teórica de uma economia, para efeito de simulações de choques” (MAS-COLLEL et al., 1995 apud ANDRADE, DIVINO, MOLLO e TAKASAGO, 2008).

Mais uma observação em relação à CST é que não há avaliação dos impactos sociais e ambientais causados pelo desenvolvimento da atividade turística. Por meio da análise dos dados ao longo dos anos é possível chegar a conclusões acerca destes assuntos, porém os dados são basicamente quantitativos, não qualitativos, ou seja, é possível ter indícios de melhora social, por exemplo, ao observar a evolução da mão-de-obra assalariada, da arrecadação de impostos, etc., mas pouco se conhece com a CST sobre a qualidade dos produtos e serviços turísticos.

Uma última deficiência do SNA-93, em relação à CST, é a de não apresentar claramente alguns aspectos relacionados à atividade turística. Apesar de muitos dados serem extraídos das contas nacionais, estas não possuem informações claras sobre atividades características do turismo. É necessário chamar a atenção para que dados como o de venda de pacotes turísticos sejam inseridos no quadro central, mesmo que de forma agregada.

Desse modo, a Conta Satélite do Turismo não é completa e possui dificuldades técnicas para seu desenvolvimento, mas, aliada às outras ferramentas macroeconômicas, é possível aprender muito com ela sobre a economia do turismo, o que a torna ferramenta importante para o planejamento do seu desenvolvimento.

3. A CONTA SATÉLITE DO TURISMO NO BRASIL: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INFORMAÇÕES TURÍSTICAS NO BRASIL.

3.1. Introdução

Em 1999, o Brasil elaborou seu primeiro documento relativo à Conta Satélite do Turismo. O projeto, realizado em conjunto pela EMBRATUR, Ministério do Esporte e Turismo, IBGE e FIPE, tinha como proposta “constituir-se em um marco conceitual para a elaboração da CST no Brasil, como instrumento de detalhamento de medida do Turismo nas Contas Nacionais do País, nos moldes preconizados pela Organização Mundial do Turismo” (EMBRATUR, 1999, p.01).

Este documento afirma que a CST é muito importante por:

...tratar-se da implantação de um sistema de informações nada desprezível, não só pela diversidade e volume das informações requeridas, mas sobretudo pelo seu caráter de perenidade, ou seja, de acompanhamento estatístico sistemático e permanente do comportamento do setor de turismo (EMBRATUR, 1999, p. 18).

Apesar dessa colocação, a CST no Brasil não evoluiu, permanecendo estática desde 1999. A proposta desse capítulo é apresentar as estatísticas em turismo disponíveis no país, apontar as principais dificuldades da CST brasileira e conhecer o atual estágio da sua elaboração. Para esta constatação, foram realizadas entrevistas com os responsáveis em estatísticas do turismo no Brasil e aqueles que elaboram as Contas Nacionais, ou seja, o MTur e o IBGE, respectivamente.

Em um segundo momento, o capítulo apresenta um pouco da evolução da CST em outros países, buscando tirar conclusões para o caso brasileiro.

3.2. As estatísticas em turismo no Brasil

No Brasil o trabalho estatístico em turismo não é tão recente quanto possa parecer. Após a criação da EMBRATUR em 1966, o país começa a coletar informações sobre o desenvolvimento do setor. Os dados eram, basicamente, sobre quantidade de turistas, números de pernoites, entre outros, que serviam para dimensionar o turismo em termos físicos.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003³⁵ a atividade turística ganha relevância no cenário nacional. Por causa disso, estatísticas de cunho econômico, como as de geração de emprego, de renda, arrecadação de impostos, etc., passam a ser foco das pesquisas.

³⁵ O Ministério dos Esportes e Turismo, criado em 1999, foi remodelado a partir do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo.

Indo além dos dados isolados, as estatísticas em turismo no país buscam mensurar o impacto da atividade nas economias locais e nacional.

Também em 2003, o setor adota como diretriz principal o Plano Nacional de Turismo para os anos de 2003 a 2007. Recentemente, este plano passou por uma reformulação sendo fixadas as novas metas para os anos de 2007 a 2010. Sem entrar no mérito dos objetivos e resultados destes, é importante destacar que, nos dois casos, a produção de estatísticas do turismo é um dos objetivos. Em sua primeira versão, o macroprograma 7 (Informações Turísticas) afirma que:

A atividade turística depende intensamente de informações que facilitem o seu desenvolvimento. É necessário um programa contínuo, que não só pesquise a oferta, mas também a demanda. Um sistema que avalie o impacto da atividade na economia, criando condições para o fortalecimento do setor junto à sociedade. (PNT 2003-2007, p.44)

Na segunda versão, o macroprograma passa ser o 2 (Informação e estudos turísticos) e tem como objetivos “estruturar o sistema nacional de estatística de turismo e reunir, sistematizar e disseminar informações primárias e secundárias sobre a atividade turística em âmbito nacional e internacional” (PNT, 2007-2010, p. 62).

Até o fechamento desta dissertação o sistema não foi concluído, mas o Mtur disponibiliza vários dados, informações e estudos sobre a atividade turística. Estes estão listados no Quadro 10.

Apesar da necessidade de uma análise técnica para saber se algum destes dados guarda compatibilidade com as Contas Nacionais e, conseqüentemente, com a Conta Satélite do Turismo, o Ministério do Turismo e a EMBRATUR já possuem uma grande gama de dados e informações.

Todos estes dados estão disponíveis no site institucional do Ministério e, em breve, no site de indicadores do turismo³⁶ que está sendo idealizado pelo o MTur em convênio firmado com Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB). O principal objetivo deste site é definir indicadores que serão utilizados para acompanhar a implementação do Plano Nacional de Turismo.

³⁶ O site estará disponível para acesso geral em junho de 2009 e terá como endereço o www.indicadores.turismo.gov.br

Quadro 10 – Estatísticas turísticas no Brasil

Indicadores, estudos e pesquisas	Publicação	Entidade responsável
Indicadores de embarque e desembarque nacionais e domésticos.	Mensal	INFRAERO
Receita cambial do turismo	Mensal	Banco Central
Investimentos e financiamentos em turismo	2006	Mtur e Instituições Financeiras Federais
Locação de veículos	Anual	ABLA ³⁷
Principais países emissores de turistas para o Brasil	Anual	Polícia Federal e EMBRATUR
Anuário estatístico	Anual	EMBRATUR
Estudo de demanda turística internacional	2007	Mtur, EMBRATUR e FIPE
Estudo do mercado doméstico	2006	Mtur, EMBRATUR e FIPE
Estudo do Impacto Econômico dos Eventos Internacionais	2007/2008 ³⁸	Mtur, EMBRATUR e FGV
Estudo sobre demanda de Segunda Residência	2008	EMBRATUR e EBAPE/FGV ³⁹
Estudo sobre turismo praticado em ambientes naturais conservados	2002	Mtur, EMBRATUR e FIPE
Boletim de Desempenho Econômico do Turismo	2008	Mtur, EMBRATUR e FGV
Pesquisa anual de Conjuntura Econômica do Turismo	2008	Mtur, EMBRATUR e FGV
Pesquisa de Sondagem do Consumidor	2008	Mtur, EMBRATUR e FGV
Pesquisa sobre meios de hospedagem	2006	Mtur, EMBRATUR e FIPE

Fonte: <http://www.turismo.gov.br/>, elaboração própria.

Outro momento importante da produção das estatísticas do turismo brasileiro é a primeira publicação do IBGE, em 2003, com o foco na economia do turismo. A representatividade de tal estudo decorre do fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas ser o principal órgão governamental em pesquisas econômicas sociais e aquele responsável pelo desenvolvimento das Contas Nacionais. Neste caso, foram utilizados dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) - tanto o levantamento básico quanto o Suplemento

³⁷ Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis.

³⁸ Os relatórios são gerados por evento, não havendo ainda um relatório geral do Turismo em Eventos do Brasil por se tratar de um estudo recente, de setembro de 2007 a dezembro de 2008.

³⁹ Escola Brasileira de Administração Pública e Fundação Getúlio Vargas.

Produtos e Serviços - a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), tendo como referencial o ano de 2003⁴⁰.

Já na sua segunda versão, lançada em 2008, o documento “Economia do Turismo – uma perspectiva macroeconômica 2000-2005” apresenta os principais indicadores macroeconômicos das atividades características do turismo (ACT)⁴¹, com base nos dados compilados do Sistema de Contas Nacionais, representando, assim, um importante avanço na contextualização da dimensão econômica do turismo no Brasil⁴². Esta última versão representa a primeira intenção formal do IBGE em construir parcerias rumo à elaboração da Conta Satélite do Turismo. O estudo está dividido em introdução, notas técnicas (apresentando alguns aspectos trabalhados pela OMT e a interação do estudo com o Sistema de Contas Nacionais) e análise dos resultados, apresentando o valor total adicionado pelas ACTs, entre outros resultados

O estudo é bem consistente, tanto na metodologia adotada, como nos resultados obtidos e nas análises feitas sobre estes. Porém é preciso ressaltar um ponto-chave para a possível elaboração da CST. O consumo dos produtos específicos do turismo está agregado por ACT. Aparentemente, o turismo propriamente dito não foi contemplado de forma específica. É necessário decompor ainda mais a produção, a fim de suprimir a ausência desses dados e atender as recomendações da OMT.

Com relação a empregos no setor turístico, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vem realizando estudos sobre a mão-de-obra desde 2003, com séries desde 1995. Com o intuito de centralizar as informações coletadas, foi criado também o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), que tem como objetivo⁴³:

Conhecer o estoque de mão-de-obra ocupada em atividades características do turismo, sua evolução mensal e anual; a formalidade das relações de trabalho; o perfil dessa mão-de-obra (escolaridade, tipo de ocupação, idade, gênero) e sua contribuição para a formação da renda nacional. Visa também identificar o perfil dos estabelecimentos empregadores do setor turismo (tamanho, atividade, localização geográfica).

⁴⁰ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_turismo/default.shtm

⁴¹ Lembrando que as ACTs são assim chamadas porque são atividades de transporte, hospedagem, alimentação, cultura e lazer que atendem a turistas. Não são chamadas turismo propriamente porque só uma parte delas atende a turistas, as demais atendem a residentes.

⁴² http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_turismo/2000_2005/default.shtm

⁴³ http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=165, acesso em 10/03/2009

As fontes desse estudo partem de outros já realizados pelo IPEA, dando confiabilidade aos dados, atendendo às exigências da OMT e permitindo sua utilização nas contas satélites. O grande problema é que “nenhuma das três fontes de cobertura nacional mencionadas permite acompanhar a evolução mensal atualizada dos rendimentos dos trabalhadores brasileiros, o que inclui os trabalhadores do turismo” (IPEA, 2007, p.6), ou seja, é possível se obter informações ocupacionais, mas não em termos de salário pago ou recebido. Só com esse dado, a tabela de empregos nos setores do turismo, Tabela 7, poderá ser completada.

É válido destacar outros estudos que podem contribuir para a elaboração da CST, entre eles a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) que traz informações de renda pela despesa das famílias brasileiras, podendo ser incluídos os gastos com as ACTs⁴⁴; a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) que realiza levantamento de informações econômico-financeiras que subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, volume e composição do valor adicionado, excedente operacional, formação de capital e pessoal ocupado (PAC, 2006, p. 22); a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), com informações básicas para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico nacional ⁴⁵; e a construção da Matriz Insumo-Produto para o setor turismo, desenvolvida em 1999 em tese de Francisco Casimiro Filho, da USP, e, desde 2002, pelo Núcleo de Economia em Turismo do Centro em Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, fazendo a decomposição dos produtos característicos do turismo distribuídos pelas respectivas ACTs.

3.3. A Conta Satélite do Turismo no Brasil

Seguindo as tendências mundiais em estatísticas do turismo na época, em 1998 o Brasil dá início ao desenvolvimento das Contas Satélites do Turismo. Ao notar que a primeira publicação data de 1999, poderíamos pensar que o país possui experiência e conhecimento na área. Porém, a realidade não é esta. O projeto não teve continuidade, a CST brasileira não evoluiu metodologicamente e os dados nela disponíveis se tornaram defasados.

Hoje temos um outro momento das estatísticas em turismo no Brasil. O país tem uma base de dados contínua e estudos complementares importantes, como visto no tópico anterior.

⁴⁴ Do modo que está estruturada hoje, a POF identifica apenas o gasto com o transporte em viagens.

⁴⁵ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>, acesso em 05/03/09

Por esse motivo, acredita-se que o país possua condições de estabelecer a Conta Satélite do Turismo.

No intuito de confirmar e qualificar tal constatação e para identificar ações, desafios e perspectivas na elaboração da CST no país, foram realizadas entrevistas com o coordenador das Contas Nacionais do IBGE, além dos técnicos, e com o diretor de do Departamento de Estudos e Pesquisas Ministério do Turismo. Por serem os órgãos diretamente envolvidos com a CST, é imprescindível escutá-los para entender todo o contexto em torno da CST brasileira. O IBGE por ser o órgão oficial de estatísticas no Brasil, detentor de conhecimento, metodologias e técnicas em pesquisas macroeconômicas e sociais. O MTur por ser aquele diretamente ligado ao setor e principal interessado em diagnosticar os impactos do turismo na economia como um todo. Ambos devem ser parceiros condicionantes para o desenvolvimento da CST brasileira como veremos em seguida.

IBGE

A visita ao IBGE teve como foco principal conhecer os aspectos técnicos e institucionais para a elaboração da CST no país. A entrevista foi realizada no dia 22 de abril de 2009, na sede do IBGE, na cidade do Rio de Janeiro (Av. República do Chile, número 500), seguindo o roteiro abaixo.

Quadro 11 – Roteiro de entrevista IBGE

Objetivos:

I. Entender o atual processo da CST no país, o porquê da não implementação, como podemos montar, o que pode ser feito para desenvolver, quais são os estudos específicos, expectativas, prazos, etc.

- 1- Quais são as iniciativas realizadas pelo IBGE para a elaboração da Conta Satélite do Turismo no Brasil? (Macroeconomia do Turismo, outros estudos)
- 2- No trabalho de Macroeconomia da Saúde consta a indicação da formação de um grupo para desenvolver a Conta Satélite da Saúde. Como seria este grupo no caso do turismo?
- 3- Quais são as principais dificuldades técnicas para a elaboração da CST?
- 4- Quais são os estudos específicos que devem ser realizados para a elaboração da CST?
- 5- Qual a expectativa de conclusão de uma primeira versão da conta satélite?
- 6- Há alguma espécie de grupo interministerial para discutir a elaboração da CST?
- 7- O nível de detalhamento das Contas Nacionais Brasileira, hoje, permite a obtenção de dados dos produtos e das atividades características do turismo?
- 8- O Senhor acredita que, com os dados que temos hoje, o país possui condições de elaborar um primeiro esboço da CST? Se não, o que ainda é preciso fazer tecnicamente? Se sim, o que impede esse lançamento?
- 9- Apresentar as tabelas da CST e verificar onde encontramos os dados agregados. Verificar quais desses podem estar desagregados. Saber o que deve ser feito para achar no nível de desagregação desejado.

II. Buscar informações chaves para a construção dos quadros conceituais exigido pela OMT para a elaboração da CST, tanto pela oferta quanto pela demanda.

Fonte: Elaboração própria

O primeiro entrevistado foi o Coordenador de Contas Nacionais, no âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE), Sr. Roberto Luís Olinto Ramos, falando, inicialmente, sobre as pesquisas realizadas pelo IBGE. Abordou a evolução dos estudos em macroeconomia do turismo de 2003 e 2008 e adiantou a divulgação de uma nova versão a ser publicada ainda em 2009. Com relação aos dois primeiros estudos, a diferença é que a versão de 2003 apenas identificava as atividades características do turismo, retirando os dados da Pesquisa Anual de Serviços. Já a de 2008 possui maior integração das ACTs com as Contas Nacionais, indicando a necessidade em se concretizar a CST. A nova versão de 2009 trará dados ainda mais diretos, oriundos das Contas Nacionais, sendo uma espécie de conta satélite preliminar, assim definida pelo coordenador.

Apesar destes trabalhos, Roberto Luís Ramos assinalou que muito ainda deve ser feito para se concretizar a Conta Satélite do Turismo brasileira.

Como problema, destacou a ausência de uma base de dados em economia do turismo e a falta de pesquisas específicas periódicas, com indicadores bem definidos e que sejam capazes de mensurar todo impacto multidisciplinar do setor em outras economias. A esse respeito, fez considerações sobre a divulgação e incentivo para implementação da CST, por parte da Organização Mundial do Turismo, sem antes estruturar a base de dados. Em sua opinião, a OMT deveria incentivar e orientar as estatísticas em turismo, formando alicerces que alimentariam todo o sistema. Dessa forma, a CST seria apresentada naturalmente, sintetizando os impactos do turismo enquanto atividade econômica. No caso brasileiro, a deficiência está nos dados de gastos com o turismo. Indica a necessidade de realizar pesquisas específicas que detalhem ao máximo o consumo de bens e serviços por parte do turista, antes, durante e depois das viagens.

Uma segunda limitação para a implementação da CST no Brasil, identificada por ele, é falta de institucionalização da Conta Satélite do Turismo. Apesar de ser discutida entre o MTur e o IBGE, sua elaboração ainda não está formalizada entre as duas instituições. Isto gera problemas sérios de continuidade de projeto, ocasionando falta de incentivos financeiros, carência de equipe técnica, desperdício de dinheiro público, entre outros. Citou como exemplo, a publicação a ser lançada este ano, sobre a economia do turismo, que ainda não tem definição quanto à sua continuidade, lembrando que o trabalho perdura desde 2003. Isso poderia atrasar, significativamente, qualquer estudo evolutivo e estimativas de tendências.

Acredita que a formação de um grupo técnico, com outros órgãos públicos, buscando, além da troca de experiências, recursos econômicos com prováveis financiadores ou patrocinadores, seja uma boa estratégia. Como possíveis parcerias técnicas, ele mencionou,

além do MTur, EMBRATUR e IBGE, o Banco Central do Brasil (pelo setor que cuida da balança de pagamentos) e a Polícia Federal (pelo controle de entrada e saída do país). É preciso inseri-los para auxiliar, principalmente, no fornecimento de dados sobre estrangeiros e os gastos do brasileiro no exterior.

O terceiro ponto é o operacional propriamente dito. Realizar pesquisas específicas em determinado setor, demanda, além de tempo e equipe técnica, investimentos elevados. No caso brasileiro estes aspectos são ainda mais graves. A área de abrangência é muito ampla (todo território nacional) e o quadro de pesquisadores do IBGE não é direcionado para realizar pesquisas tão específicas. Desse modo, o coordenador apresenta algumas sugestões que podem minimizar o problema de coleta dos dados, conseqüentemente a falta de pessoal.

- A primeira é retirar informações do turista que chega aos aeroportos nacionais, por meio da guia de entrada exigida pela Polícia Federal, detalhando informações sobre o turista doméstico que retorna do exterior e informações com estimativas de gastos do turista estrangeiro.
- A segunda é solicitar maiores informações no registro de entrada dos hotéis, exigidos pela EMBRATUR, onde o hóspede poderia fornecer maiores informações sobre sua estada em um determinado destino.
- Realizar o mesmo procedimento em outros locais que exigem algum tipo de registro ou confirmação de informação, como é o caso do bilhete rodoviário.
- Sistematizar todas as informações, formando uma única base de dados. A idéia é que o próprio atendente do hotel ou um funcionário da polícia federal ou outro em situação semelhante alimente o sistema, digitalizando o papel antes preenchido pelo turista. Tal operacionalização demanda investimento público no desenvolvimento deste tipo de sistema, uma vez que o ente privado não destinaria recursos para este fim.

Roberto Luis Ramos finalizou a entrevista destacando alguns pontos positivos. Disse que apesar de todas estas dificuldades, a CST do turismo está adiantada em relação às outras contas satélites em preparação no Brasil⁴⁶ (exceto à da saúde que possui um grupo técnico formado), por apresentar metodologia bem definida e alguns estudos preliminares. Destacou a importância do Ministério do Turismo como principal parceiro nos estudos realizados até o momento e a necessidade dessa parceria ter continuidade. Descartou a hipótese de contratação

⁴⁶ Os outros setores que demonstraram interesse são a cultura e o meio ambiente, mas estes ainda não possui metodologia definida.

de consultorias para elaborar a CST⁴⁷, pois, em sua opinião, os consultores são bem vindos para acompanhamentos e sugestões, auxiliando no direcionamento dos trabalhos, mas fora do cerne central, técnico e metodológico. Por fim, resumiu a entrevista dizendo que o país precisa refletir sobre três pontos chaves: “usar a base de dados disponível; identificar e realizar pesquisas complementares necessárias; e usar pesquisas que hoje não são operacionais e operacionalizá-las”.

Em seguida foi realizada entrevista com os dois técnicos que trabalham diretamente com os estudos macroeconômicos do turismo no IBGE, desde a versão de 2003, Ednéa Machado Andrade e Guilherme Silva Telles Júnior.

Destacaram que, do lado da oferta turística, os dados disponíveis satisfazem as recomendações da OMT para a construção da Conta Satélite. A maioria é retirada das contas nacionais brasileiras, desagregadas por atividade característica do turismo e podem ser utilizadas para a composição das tabelas 5, 6 e 7 exigidas pela OMT.

Já pelo lado da demanda, tabelas 1, 2, 3 e 4, os dados são escassos, confirmando a afirmação feita anteriormente pelo coordenador das contas nacionais. Tecnicamente, mensurar o gasto do turista é complicado. Mais uma vez em concordância, destacam a necessidade de realizar pesquisas específicas da demanda, que sejam capazes de diferenciar o gasto daquele que é turista do cidadão comum residente. Um trabalho complexo e muito pontual, sendo necessárias parcerias tanto para coleta das informações quanto para o financiamento dessas pesquisas. Neste sentido reforçam a parceria IBGE e MTur, além de outras com o BACEN, DPF e IPEA.

Como vemos, as quatro primeiras tabelas são problemáticas. O país não possui um modo sistemático para levantar informações sobre o consumo do turismo receptivo, doméstico e emissivo. Não há uma metodologia única e perene para coletar estes dados de forma compatível com as contas nacionais. Destacam-se os estudos feitos pelo MTur, que buscam justamente mensurar o consumo turístico, mas que ainda precisam ser adaptados ao sistema central. Isso prejudica o preenchimento das tabelas 1, 2 e 3, bem como a 4 por usar tais dados.

A forma encontrada, para se obter certa estimativa, foi buscar estes dados no BACEN. Os técnicos do IBGE ressaltam que “ao analisar a balança de pagamentos, podemos ter idéia dos gastos de estrangeiros no Brasil, mas esta não é a melhor forma, porque o BACEN está interessado na relação Brasil e o resto do mundo”, ou seja, “a metodologia

⁴⁷ Neste sentido o IBGE/MTur contam com a consultora Marion Libreros da OMT que acompanha as estatísticas em turismo no Brasil.

adotada pelo BACEN, em conformidade com as recomendações internacionais, não possibilita a identificação do agente realizador do gasto (turista ou não turista), lembrando que a conceituação de turista tal como definida pela OMT é muito específica”. Assim sendo, a balança de pagamentos não difere o que é um gasto turístico de um outro gasto qualquer. Por esses motivos, o IBGE optou por não utilizar os dados da balança de pagamentos, pois poderia haver distorções no resultado. Informaram ainda que os dados de gastos do turista doméstico devem aparecer no Estudo de Mercado Doméstico, em execução pelo MTur/FIPE, e que os gastos de turistas brasileiros no exterior são inexistentes.

Com relação às demais tabelas, a de empregos no turismo (tabela 7) possui dados confiáveis, baseada nas contas nacionais e em pesquisas do IPEA, sendo desagregados por números de empregados, valores de salários, níveis de ocupação, entre outros; para o preenchimento da tabela 8, de “formação bruta de capital fixo do turismo” e a 9, de “Consumo coletivo turístico, por funções e níveis de governo”, o IBGE ainda depende de uma melhor definição conceitual desses dados por parte da OMT; e a tabela 10 (indicadores não-monetários) é formada pelas pesquisas já realizadas pelo MTur.

Concluíram dizendo que o Estudo de Economia do Turismo de 2009 será publicado em junho deste ano, e que esta versão apresenta evolução importante quando comparada à anterior, pois aproxima ainda mais o estudo das contas nacionais, retirando dados mais confiáveis com relação ao setor de transportes e agências de viagens, entre outros.

MTur

No dia 28 de abril de 2009, na sede da EMBRATUR⁴⁸ em Brasília, foi entrevistado o Diretor de Estudos e Pesquisas do Ministério do Turismo, José Francisco de Salles Lopes, com o objetivo de se saber o posicionamento da entidade em relação à Conta Satélite do Turismo. Atuante na EMBRATUR desde 2003, agora no Ministério por causa de reestruturações internas, ele é encarregado em coordenar e elaborar as estatísticas oficiais em turismo do Brasil. Para a entrevista foi utilizado o seguinte roteiro.

⁴⁸ Atualmente a EMBRATUR e o MTur passam por reestruturações, sendo que o Departamento de Estudos e Pesquisas está institucionalmente no Ministério, mas sua localização física ainda está na EMBRATUR.

Quadro 12 – Roteiro de entrevista MTur

Objetivo:

I. Entender o atual processo da CST no país, o porquê da não implementação até o momento, quais os fatores de dificuldades e quais as perspectivas com relação ao tema (posicionamento, expectativas de retomada, etc).

1. Como foi a elaboração da CST de 1999?
2. Hoje, como está o tema Conta Satélite no âmbito do Mtur?
3. Existem parcerias para desenvolver a CST? Com que órgãos acharia interessante essas parcerias?
4. O IBGE publicou ano passado o Estudo da Economia do Turismo, em parceria com o Mtur. Esse pode ser o primeiro passo na retomada da CST ou ainda temos muitos entraves?
5. Os dados, informações, estudos e pesquisas realizadas pelo MTur, possuem compatibilidade com as contas nacionais? É possível utilizá-los na construção da CST? Se não, por quê?
6. Quais são os principais fatores que atrapalham a elaboração da CST hoje?
7. O trabalho a ser publicado pelo IBGE em 2009 é uma espécie de CST preliminar?
8. A pesquisa de demanda doméstica traz dados de gastos dos turistas com bens e serviços turísticos? Estes são compatíveis com as Contas Nacionais?
9. Quais as perspectivas em torno da CST no Brasil?

II. Obter informações institucionais sobre a intenção do Ministério do Turismo em montar a Conta Satélite do setor.

Fonte: Elaboração própria

Sobre a CST e as estatísticas em turismo em geral, o diretor destacou a Plataforma Interinstitucional. Esta será “uma comissão de alto nível, formada por diversos ministérios, que irá discutir, estruturar e direcionar as estatísticas nacionais em turismo”. Os principais parceiros são o Ministério do Planejamento (IBGE), o da Justiça (DPF), da Fazenda (BACEN), Transportes, Meio Ambiente, além do próprio Ministério do Turismo. Ressalta que sua formação depende apenas da regulamentação da Lei Geral do Turismo, que prevê no art.7 a criação da plataforma. A regulamentação, prevista para acontecer nos próximos meses, também irá institucionalizar o Sistema Nacional de Turismo e obrigar as empresas prestadoras de serviços turísticos a se cadastrar no Ministério do Turismo. Este cadastro trará informações (mão-de-obra, características no negócio, faturamento, gastos, etc.) sobre os estabelecimentos e poderá ser utilizado como importante banco de dados.

Ainda com relação à plataforma, o diretor destaca que “ela será o principal suporte para as estatísticas em turismo” e explica: “cada órgão envolvido, contribuirá especificamente em sua área, ou seja, cada um irá coletar dados do turismo em suas pesquisas primárias”. O interessante é que o turismo será discutido com os órgãos que realizam as pesquisas primárias em diversos setores, dando maiores condições de se obter dados do turismo na base, não em fontes secundárias. Podemos citar como exemplo o Banco Central que hoje não consegue

mensurar o gasto do turista estrangeiro e nem o do brasileiro no exterior, mas que, dentro da plataforma, terá que buscar meios de se chegar até estes dados, contribuindo para, especialmente, para o preenchimento das tabelas 1, 3 e 4.

Desse modo, pesquisas específicas serão realizadas no âmbito de cada órgão, aprofundando os dados no setor e permitindo que estes sejam utilizados na elaboração da Conta Satélite. A plataforma definirá também outros estudos necessários para subsidiar todo o sistema de estatísticas, além de identificar problemas, fragilidades, soluções e outras possíveis parcerias.

Falando especificamente da Conta Satélite do Turismo, José Francisco inicia dizendo que ela nada mais é do que o resultado de todo o sistema de estatística em turismo, expresso em termos econômicos. Concorda com a opinião do coordenador das contas nacionais do IBGE, na entrevista anterior, onde ideal seria o inverso (formar as estatísticas para depois construir a CST). Ainda assim, acha importante divulgar uma primeira Conta Satélite para depois aperfeiçoá-la. Informa que em junho de 2009 devem ser divulgados estudos de impacto econômico do turismo a nível estadual⁴⁹ e que para meados de 2010 há a intenção em publicar uma CST experimental. Por tanto, o intuito do MTur é manter a parceria com o IBGE, renovando o termo de cooperação técnica existente entre eles, e estreitar o relacionamento com a finalidade de elaborar a Conta Satélite do Turismo, ainda que primária.

Com relação à parte técnica, ele acredita que os dados da oferta, hoje, disponíveis são satisfatórios, mas os de demanda podem ser aperfeiçoados. Enfatiza que o Estudo de Mercado Doméstico do Turismo no Brasil tenta aprimorar esta deficiência e que, como em todo trabalho estatístico, as versões subsequentes do estudo evoluem gradativamente. Este estudo contém informações sobre o dimensionamento e caracterização do mercado interno de viagens identificando os principais centros emissores e receptores de turistas, a receita gerada pelo turismo interno, o perfil sócio-demográfico dos turistas, principais motivações de viagem, meios de transporte e de hospedagem utilizados, estimativa da estrutura de gastos efetuados pelo turista nacional e avaliação de serviços e equipamentos⁵⁰. Com a criação da plataforma interinstitucional, a tendência é que se tenha uma melhora significativa dos dados de demanda, até porque serão definidos os estudos específicos para sanar as principais falhas.

Finaliza lembrando que, tendo as bases estatísticas definidas, a CST será construída naturalmente e esta é a forma que ela deve ser elaborada, pois não é algo acabado, fechado,

⁴⁹ Este estudo também é de parceria com o IBGE, mas não é o já mencionado sobre economia do turismo no Brasil, pois este último trata o país como um todo e usa dados diretos das contas nacionais, portanto mais próximo da realidade das contas satélites, e o outro é focado nos estados e utiliza dados da POF, PAS e PAD.

⁵⁰ www.turismo.gov.br, acesso em 28 de abril de 2009.

como um produto que se pede e está pronto. É mutável, depende de muitos fatores, técnicos e institucionais e, por isso, a sua dificuldade. Citou o Canadá, que apesar de ser o pioneiro e o país mais adiantado em contas satélites, até hoje enfrenta dificuldades e uma defasagem de dados de, aproximadamente, 3 anos. Segundo ele, essa defasagem é até natural, justamente porque os dados são recalculados ano a ano. Para o caso brasileiro, é necessário divulgar a primeira conta satélite e, assim, aperfeiçoar com os estudos, discussões, plataforma interinstitucional, etc.

3.4. Visualizando a CST do Brasil

Após o detalhamento da metodologia exigida pela OMT para a elaboração da Conta Satélite do Turismo (capítulo 2), da descrição das estatísticas do turismo disponíveis no Brasil, e depois de ter escutado os agentes públicos que estão ligados, diretamente, à elaboração da Conta Satélite do Turismo no Brasil, a proposta, neste momento, é confrontar os dados e informações de forma a verificar quais são os principais problemas e desafios para a elaboração da CST brasileira. Acredita-se que o país possui alguns dados para que a CST exista (visto a quantidade de informações ao alcance dos órgãos federais), se não em sua versão final, pelo menos em uma versão preliminar, minimamente aceitável pela OMT, e que possa sofrer adequações metodológicas ao longo dos anos. O mais importante aqui é saber se o Brasil tem, de fato, ou não condições de apresentar a CST e em quanto tempo. Para a análise, usaremos o quadro 13 e 14, construídos a partir das entrevistas. Isto nos ajudará também a historiar o andamento da elaboração da CST no Brasil, destacando as perspectivas.

O quadro 13 apresenta, na primeira coluna, as 10 tabelas conceituais, relacionando-as com a situação dos dados no Brasil e ações que hoje são realizadas.

Podemos ver que as 4 primeiras tabelas ainda dependem da realização de pesquisas específicas para que possam ser preenchidas. Apesar de existirem duas pesquisas que abordam as temáticas das tabelas 01 e 02 (Estudo de Demanda Turística Internacional e Estudo do Mercado Doméstico) elas não guardam compatibilidade com a Conta Satélite por não serem realizadas nos moldes das contas nacionais. Servem apenas como estimativas e, com as devidas adequações, poderá ser direcionada para a CST.

As tabelas 5 e 6 têm os dados inseridos nas Contas Nacionais, porém distribuídos em vários setores da economia, ou seja, não estão agregados em um único setor turismo. Dessa forma, o trabalho realizado pelo Estudo em Economia do Turismo do IBGE é justamente identificar as ACTs, nos diversos setores que compõem as contas nacionais, para formar os

dados dessas tabelas. Isto está sendo feito e a principal evolução da publicação do estudo deste ano.

Quadro 13 – Os quadros conceituais, situação dos dados no Brasil e ações hoje realizadas

Quadros conceituais	Situação dos dados no Brasil	Ações hoje realizadas
Tabela 01 Consumo Turismo Receptivo	Necessário realizar pesquisa específica de gastos do turista estrangeiro no Brasil, compatíveis com as contas nacionais.	Estudo de Demanda Turística Internacional
Tabela 02 Consumo Turismo Doméstico interno	Necessário realizar pesquisa específica de gastos do turista brasileiro no Brasil, compatíveis com as contas nacionais.	Estudo do Mercado Doméstico
Tabela 03 Consumo Turismo Emissivo	Necessário realizar pesquisa específica de gastos do turista brasileiro no exterior, compatíveis com as contas nacionais.	Não há
Tabela 04 Consumo Turístico Interno	Depende do preenchimento das três tabelas anteriores.	Ações anteriormente citadas
Tabela 05 Contas de produção da indústria do turismo e de outras indústrias	Dados disponíveis na tabela de recursos e usos das contas nacionais brasileira.	Estudos de economia do turismo do IBGE.
Tabela 06 Oferta e consumo de serviços turísticos por produtos.	Dados disponíveis na tabela de recursos e usos das contas nacionais brasileira.	Estudos de economia do turismo do IBGE
Tabela 07 Empregos na indústria do turismo	Dados disponíveis nas contas nacionais brasileira.	Identificação nas contas nacionais, por parte do IBGE, e estudo do IPEA sobre mão-de-obra no setor.
Tabela 08 Formação bruta de capital fixo do turismo e outras indústrias.	Ainda depende de definição conceitual por parte da OMT	Não há
Tabela 09 Consumo turístico coletivo por funções e níveis de governo.	Ainda depende de definição conceitual por parte da OMT	Não há
Tabela 10 Indicadores não-monetários	Pesquisas variadas realizadas pelo MTur	Aquelas listadas no quadro 10

Fonte: Entrevistas com IBGE e MTur, elaboração própria.

Ainda em relação ao Quadro 13, notamos que a tabela 7, apesar de não ser exigência para formação da CST, possui fonte de dados confiáveis e coerentes para a elaboração da CST.

As tabelas 8 e 9 dependem de delimitações conceituais, sobre o que é capital fixo do turismo e o que pode ser identificado como consumo turístico coletivo para dar início às pesquisas, mas os dados estão disponíveis nas contas nacionais, sendo necessário o mesmo

trabalho realizado nas tabelas 5 e 6, ou seja, identificar aquilo que é parte do turismo dentro dos outros setores. A tabela 10 pode ser elaborada com os estudos já realizados pelo MTur.

Concluimos do Quadro 13 que o país tem quatro das 10 tabelas com dados já disponíveis, duas necessitando de definições conceituais e quatro requerendo pesquisas específicas.

Quadro 14 – Problemas técnicos, possíveis soluções e perspectivas para a CST

Problemas	Possíveis soluções	Perspectivas
As 10 tabelas conceituais	Identificar, discutir e solucionar as lacunas existentes hoje para fechamento de uma primeira versão da CST. Após este marco inicial, revisar periodicamente até se atingir um nível satisfatório. Priorizar a elaboração da Conta Satélite do Turismo.	Estudo de economia do turismo do IBGE a ser publicado em 2009 trará a atualização de dados que cobrem algumas dessas lacunas. O MTur prevê o lançamento da CST experimental para meados de 2010.
Dados de demanda	Realizar pesquisas específicas capazes de cobrir todos os dados necessários para a elaboração da CST.	Alguns desses dados poderão ser encontrados no Estudo de Mercado Doméstico. Coleta de dados da demanda internacional deve ser discutida com o BACEN, mas ainda não há formalização a esse respeito.
Ausência de estatísticas macroeconômicas do turismo	Elaboração de pesquisas específicas, principalmente aquelas relacionadas aos gastos do turista nacional no Brasil e no exterior, além dos gastos de turistas internacionais no país, guardando a compatibilidade com as Contas Nacionais.	Após a formalização da Plataforma Interinstitucional estes estudos poderão ser definidos. Ficarão mais evidentes caso a primeira versão da CST seja realmente publicada em 2010.
Falta de institucionalização entre os agentes envolvidos na elaboração da CST.	Além da formalização de cooperação técnica necessária para se desenvolver a CST, destaca-se a procura por outros parceiros que possam auxiliar tanto tecnicamente quanto financiando pesquisas e estudos específicos.	O MTur tem intenção em renovar o acordo de cooperação técnica com o IBGE. A Plataforma tratará de formalizar parceria com outros órgãos de interesse.
Problemas operacionais para realizar as pesquisas.	Detalhar as informações coletadas pela Polícia Federal nos portões de entrada do país, bem como as de registro de hotéis exigidas pela EMBRATUR e de outros estabelecimentos que possuam algum tipo de questionário. Sistematizar todas as informações, em um único banco de dados, que poderia ser alimentado pelo próprio funcionário do órgão ou estabelecimento.	Não há algo concreto nesse sentido. Teria que ser discutida a possibilidade de operacionalizar estes e outros procedimentos de controle para auxiliar as pesquisas. Além disso, verificar a possível fonte financiadora, já que este tipo de sistema é dispendioso.
Problemas interinstitucionais	Formalizar e discutir parcerias entre órgãos públicos em prol das estatísticas em turismo.	Serão minimizados com a criação da Plataforma Interinstitucional.

Fonte: Entrevistas com IBGE e MTur, elaboração própria.

Quanto aos principais problemas, eles podem ser resumidos, observando o Quadro 14, em dois grandes grupos: institucionais e dados de demanda. O primeiro é ainda mais grave. Acredita-se que ao solucioná-lo será mais fácil conseguir parceiros que possam auxiliar a suprir a carência de dados primários sobre a economia do turismo e, por consequência, o segundo problema seria minimizado.

As soluções apresentadas são factíveis de serem realizadas e dependem muito mais do poder público do qualquer outra parte. Em geral, caso um grupo técnico de trabalho fosse formalizado, voltado para a elaboração da CST, muitos dos problemas citados poderiam ter solução ou poderiam ser discutidos.

Com relação às perspectivas, aparentemente, elas são positivas. A maior expectativa é com a formalização da Plataforma Interinstitucional, principalmente porque deve acontecer ainda este ano. Acredita-se que após sua criação os problemas ligados à elaboração da CST poderão ser sanados ou minimizados.

3.5. A CST em outros países

No intuito de tirar conclusões para o Brasil, descrevemos abaixo como a Conta Satélite do Turismo vem se desenvolvendo em alguns países, analisando, resumidamente, o processo evolutivo em quatro casos: Canadá, Espanha, Noruega e México. Estes foram escolhidos por serem membros da OMT, com a CST já implantada, e por apresentarem publicações sobre as dificuldades e desafios na sua implementação. As informações foram obtidas nos *sites* institucionais destes governos e em artigos específicos.

Canadá

País precursor em contas satélites do turismo, seguindo as necessidades já apontadas pela França em estimativas para a atividade turística, o Canadá tem como marco inicial em estatísticas do turismo a *International Conference on Travel and Tourism Statistic* realizada em 1991, sendo sediada na cidade de Ottawa. Este foi um dos eventos mais importantes e sua realização foi considerada um momento histórico no desenvolvimento das estatísticas do turismo.

Daí em diante o Canadá trabalhou duro para a elaboração da sua CST, publicando a primeira versão em 1994, sendo 1988 o ano de referência. “Isto gerou grande entusiasmo na comunidade turística canadense e de outros países. Pela primeira vez, a importância econômica dessa indústria podia ser medida com [certa] precisão” (Delisle, 2004, p.1). Em

1996 é criado o *National Tourism Indicators*, uma parceria da *Canadian Tourism Commission* e da *Statistic Canada*, com o intuito de fornecer dados mais atualizados para abastecer a CST, sendo considerada com uma extensão da conta satélite canadense (Delisle, 2004, p.2).

Estes três momentos iniciais (a *International Conference on Travel and Tourism Statistic*, a primeira versão da Conta Satélite e a criação do *National Tourism Indicators*) fizeram com que o Canadá despontasse como o país com a melhor estrutura para o desenvolvimento da CST. Apesar das pesquisas apresentarem alguns problemas técnicos, como defasagem de dados em 3 anos, por exemplo, o contínuo trabalho desde de 1994 permitiu ajustes metodológicos e soluções para problemas da pesquisa.

Podemos destacar a procura por diferentes bases de dados e estudos específicos que complementam a CST e que guardam estrita relação com as contas nacionais. Dessa forma, os dados turísticos não disponíveis nas Contas Nacionais do Canadá são supridos com igual credibilidade. Este é o caso da *Travel Survey of Residents of Canada* (TSRC), que substituiu a *Canadian Travel Survey* (CTS), e da *International Travel Survey* (ITS), realizadas pelo *Statistic Canada*, sendo que a primeira tem como objetivo caracterizar o turista canadense que viaja no próprio Canadá e a segunda traça o perfil do turista estrangeiro que visita o Canadá e o canadense que vai para outro país.

Ambas detalham as atividades do turista, trazendo, inclusive, os gastos que ele realiza no setor, fornecendo os dados complementares da demanda. A TSRC é realizada por meio de questionários diretos aplicados com pessoas com mais de 18 anos, via telefone. Já a ITS possui formas de coleta de dados variadas. Uma delas utiliza os questionários de imigração preenchidos nas fronteiras do país. Outra distribui questionários para os turistas canadenses e americanos que estão retornando ao local de origem, solicitando que respondam e enviem de volta, por correio, o questionário. São denominados como “*Mail-back questionnaires survey*” e em 2006 foram distribuídos um milhão, segundo a *Statistic Canada*. Uma terceira forma, a “*Air Exit Survey (AES)*”, é utilizada com os turistas que não são canadenses nem estadunidenses, onde são realizadas entrevistas diretas nos aeroportos internacionais enquanto os turistas aguardam o voo para sair do país. Em 2006 foram aplicados 8000 questionários em cinco aeroportos internacionais.

Já os da oferta, partem da matriz insumo-produto desenvolvida para o setor (revisada e atualizada constantemente), sendo a principal ferramenta para desagregar a produção das agências e operadoras de viagens, o que, geralmente, é um dos gargalos em estatísticas do turismo.

Espanha

Assim como no Canadá, a Espanha também utiliza de seu departamento de estatísticas nacionais para elaborar a conta satélite do turismo. Em sua primeira versão de 2002, a *Subdirección General de Cuentas Nacionales Del Instituto Nacional de Estadística* (INE) trabalhou em conjunto com o *Banco de España* e a *Secretaría General de Turismo*⁵¹. A versão atualizada possui dados até 2007, retirados das contas nacionais ou complementados por estudos específicos. Destes estudos específicos saem estatísticas sobre fluxos turísticos, desenvolvimento econômico dos principais setores que compõe o turismo, sobre gastos dos turistas, entre outros, permitindo a estimação do PIB turístico, além de outras informações. O diferencial está no enfoque dado às tabelas de recursos e usos das contas nacionais, onde o INE faz dessas tabelas a base de dados da CST e utiliza outras fontes para compor as informações sobre a oferta e demanda da atividade turística. O Quadro 15 lista os principais estudos com este propósito⁵².

Nota-se nas pesquisas de demanda a atenção voltada para os gastos dos turistas e de empresas com viagens nacionais e internacionais, todos obtidos em pesquisas regulares desde 1996, auxiliando a estimativa do PIB pela ótica da despesa. Já nas pesquisas de oferta turística, o enfoque é na receita gerada pelo setor turístico em suas diversas áreas, com atenção especial para os pacotes de viagens e gastos com empregados no setor.

Algumas dessas pesquisas, tanto na parte da demanda quanto na de oferta, são igualmente realizadas pelo IBGE no Brasil. É o caso, por exemplo da POF, PAS e PIM-PF⁵³. A diferença é que a Espanha trabalha com aquilo que eles denominaram de “módulos específicos” que servem justamente para focar a pesquisa na atividade turística, mesmo sendo parte de um todo maior. Podemos pensar esta prática adotada de igual maneira no Brasil, onde os dados seriam primários e guardariam a devida compatibilidade com as contas nacionais.

Em um segundo momento, a matriz de insumo-produto auxilia a desagregação dos pacotes turísticos, visando medir quanto cada ACT está contribuindo para a formação deste produto, saindo do valor total dos pacotes para o valor específico de cada setor.

⁵¹ Este é o órgão principal do governo espanhol em turismo, sendo equivalente ao MTur no Brasil.

⁵² Fonte: <http://www.ine.es/>, elaboração própria

⁵³ Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física

Quadro 15 - Principais projetos estatísticos vinculados à elaboração da CST da Espanha

Denominação	Objetivos e características	Ano de referência e disponibilidade dos resultados	Organismo
a) Demanda			
Pesquisa de despesas turísticas (EGATUR)	Estimativa de gastos dos visitantes não residentes, turistas e excursionistas. Estimativa de gastos dos espanhóis em suas viagens ao exterior.	Janeiro de 2002	INE - IET Banco da Espanha
Pesquisa de ocupação em alojamentos turísticos (antigas pesquisas de movimentos de viajantes)	Medição da ocupação e fluxo de viajantes em estabelecimentos hoteleiros, acampamentos, apartamentos turísticos e alojamentos de turismo rural.	Mensal. Séries históricas dos anos 60 em estabelecimentos hoteleiros. Nos últimos anos tem sido ampliado o âmbito a outros alojamentos	INE
<i>Pesquisa de Orçamentos Familiares</i> INE	Distribuição do gasto de domicílios por território geográfico de compra.	Trimestral desde 1998	INE
Módulo específico da <i>Pesquisa anual de empresas industriais</i> sobre gastos de viagens de negócios	Montante e detalhes da viagem de produtos de empresas industriais (estimativa de gastos em viagens de serviço).	Ano de referência 2000	INE
Módulo específico da <i>Pesquisa de Estrutura da Construção</i> sobre gastos de viagens de negócios	Montante e detalhes da viagem de produtos de empresas de construção (estimativa de gastos em viagens de serviço).	Ano de referência 2000	Ministério do Fomento
Perguntas específicas da <i>Pesquisa anual de serviços</i> de viagens de negócio	Gastos de viagem por empresas prestadoras de serviços.	Anual desde 2000	INE
Movimento turístico em fronteiras (FRONTUR)	Quantificação e caracterização de visitantes estrangeiros.	Mensal. Desde janeiro de 1996	IET
Movimento turístico de residentes (FAMILITUR)	Quantificação e caracterização de viagens realizadas por residentes espanhóis. Inclui dados sobre gastos desde 2000.	Anual desde 1996	
b) Oferta			
Estatísticas estruturais do setor de serviços: oferta turística	Inclui estimativas das variáveis econômicas relativas às atividades ligadas ao turismo. (Hotéis e empresas similares, restaurantes, agências de viagem, transporte de passageiros e aluguel de veículos)	Anual desde 1998 Dados disponíveis em t+18 meses (t = final do período de referência)	INE
Indicadores conjunturais do setor de serviços: oferta turística	Inclui estimativas de receitas e de pessoal utilizado para atividades ligadas ao turismo (hotéis e empresas similares, restaurantes, agências de viagens, transporte de passageiros e aluguel de veículos)	Trimestral a partir de 2003 Dados disponíveis em t+90 dias (t = final do período de referência)	INE
Módulo de serviços de agências de viagem e operadores de turismo	Informações sobre os ganhos por tipo de serviços oferecidos (pacotes turísticos, produtos oferecidos individualmente...) e sobre a composição característica destes pacotes.	Anual desde 2000	INE
Módulo específico de serviços de alojamento (Pesquisa Anual de Serviços)	Informações solicitadas às empresas hoteleiras sobre a produção por tipo de serviço (alojamento, alimentação e os custos associados a esta produção).	Anual desde 2000	INE
Índice de Preços Hoteleiros (IPH)	Evolução dos preços praticados pelos hotéis	Mensal desde maio de 2000	INE
Formulário de emprego no turismo	Compilamento de dados para a composição do emprego, atividades e tipos de acordo com diferentes fontes existentes (APE, Segurança Social, Pesquisa Econômica do INE).	Desde 1998	IET

Noruega

Seguindo a estrutura em estatísticas do turismo dos outros países, na Noruega as pesquisas são de responsabilidade de um instituto do governo nacional. O *Statistics Norway*, no âmbito *Division For National Accounts*, vem trabalhando o desenvolvimento das contas satélites no país desde 1997, com dados a partir de 1988. Com versões anuais e defasagem de 2 a 3 anos, o país mantém como principal fonte de dados as contas nacionais, sendo alguns dados atualizados quadrimestralmente, já que o seu sistema central permite tal ação.

O interessante no caso norueguês é que a conta satélite do turismo é parte da conta nacional, ou seja, “grande parte dos dados para o turismo estão incluídos nos dados básicos para elaboração da conta nacional”⁵⁴. Em verdade estes dados estão disponíveis de forma agregada, sendo utilizados estudos específicos para seu detalhamento, destacando-se estudos de gastos dos turistas que ajudam a compor o consumo turístico interno.

México

O último país a ser observado, apresenta algumas características em comum com o Brasil. Ambos são países latino-americanos, populosos, de grande extensão, com a economia diversificada, baseada na agricultura e indústrias, com grande número de viajantes internos, etc.

Em termos estatísticos, os mexicanos dispõem da parceria entre a *Secretaría de Turismo* (SECTUR) e o *Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática* (INEGI), atuando diretamente na construção da Conta Satélite com bases das Contas Nacionais. Tal parceria é assim descrita pelo governo⁵⁵.

O *Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática* (INEGI) e a *Secretaría de Turismo* (SECTUR), conscientes da importância econômica e social que tem o setor Turismo para o país, decidiram unir esforços, com a finalidade de desenvolver a integração de um sistema de informação macroeconômica, que permite dimensionar especificamente a contribuição das atividades turísticas na economia.

É interessante notar que o país exalta a importância do turismo como atividade econômica, tornando as pesquisas no setor uma medida de estado e não de governo, permitindo a continuidade dos trabalhos mesmo diante de alterações políticas.

⁵⁴ OCDE, 2001

⁵⁵ <http://www.inegi.org.mx/inegi/default.aspx>

Com relação à metodologia adotada, o México difere um pouco dos países anteriores. Ao invés de realizar estudos específicos, são observados e adaptados dados de outros estudos já existentes no país e que auxiliam as Contas Nacionais.

Observações

Poderíamos analisar outros países que possuem a CST em estágio inicial, como é o caso do Reino Unido, Portugal, França, Austrália, Nova Zelândia, entre outros, mas nota-se que as estruturas são muito semelhantes. Neste sentido, chamamos a atenção para alguns aspectos importantes dos exemplos descritos.

Em todos os países aqui citados, a conta satélite do turismo é elaborada pelo órgão nacional de estatísticas. Isso, além de dar maior credibilidade ao trabalho, insere o turismo no âmbito das contas nacionais, facilitando o desenvolvimento técnico da CST. Estes órgãos concentram o conhecimento teórico e prático em estatísticas nacionais e coleta de dados, além de terem o quadro de funcionários especialistas necessário tanto para a obtenção dos dados, quanto para sua análise. Introduzir a CST no órgão estatístico nacional dá importância econômica à atividade, obtendo maior visibilidade nacional, demonstrando que o setor é uma das prioridades de governo. Além disso, tecnicamente viabiliza e facilita a compatibilidade entre os dados da Conta Satélite do turismo e das Contas Nacionais. Vale lembrar que a autoridade turística do país (secretarias de turismo, ministérios, etc.) é mantida, sendo os trabalhos desenvolvidos por meio de parcerias entre outros órgãos públicos e privados.

Em particular, essa parceria é fundamental para obtenção de dados da demanda. Assim foi o caso do Canadá, Espanha, Noruega e México que, com metodologias próprias, realizaram estudos específicos da demanda. Todos possuíam carência de informações em suas contas nacionais, sendo mais escassas em alguns casos e nem tanto em outros, mas com dificuldades de implantação da CST. Porém os países chegaram a uma mesma solução: elaborar estudos específicos, por vezes colhendo informações por pesquisas já existentes. Eles auxiliam não só a CST, mas também cobrem lacunas existentes nas contas nacionais a respeito do turismo. São trabalhos que observam a oferta e demanda e seguem os mesmos princípios metodológicos das contas nacionais, sendo assim ideais para a CST.

Tendo como principal problema a obtenção de dados da demanda, incluir a atividade turística nas estatísticas nacionais, por meio de pesquisas específicas ou em módulos de pesquisas maiores, se torna mandatório para a concretização da CST. Utilizar as pesquisas já realizadas para extrair mais dados é questão até de aproveitamento de recursos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo de todo este trabalho, a Conta Satélite do Turismo é resultado de um processo, que teve início na década de noventa, e que ainda hoje passa por constantes revisões metodológicas. De fato, o documento referência para sua construção ainda é o *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, de 2001, mas a Organização Mundial do Turismo publica, freqüentemente, artigos com recomendações em estatísticas do turismo que auxiliam toda a elaboração, além de apontar dificuldades e problemas enfrentados pelos países mais adiantados sobre o tema.

O referido documento representa o esforço da OMT e de outras organizações do setor em construir uma metodologia única para todos os membros, capaz de mensurar o turismo enquanto atividade econômica. Isto só é possível porque a CST guarda estrita relação com o Sistema de Contas Nacionais, que por sua vez é utilizado por grande parte dos países, seguindo as recomendações das Nações Unidas. Dessa relação surgem características relevantes da CST:

- As Contas Satélites possuem credibilidade mundial por utilizar metodologia bem definida, delimitada pela OMT e validada pela ONU.
- Representa a economia do turismo no país por utilizar a mesma fonte de dados das estatísticas oficiais deste país.
- Permite a comparação dos dados ao longo do tempo, uma vez que pode ser atualizada na mesma proporção que as Contas Nacionais.
- Permite a comparação entre os países, já que muitos utilizam de uma mesma metodologia.
- Evidencia o PIB do Turismo e valor agregado pelo setor, desagregado por atividade característica do turismo e por produtos específicos.

No primeiro capítulo, foi possível visualizar e compreender todo o sistema de contas nacionais, o que auxiliou o entendimento da CST ao longo do trabalho. Com o capítulo totalmente dedicado às contas nacionais, foi possível conhecer a sua evolução histórica e a importância macroeconômica que ela representa para os diversos países. Um único sistema é capaz de reunir todas as informações relevantes da economia de um país, trazendo a relação entre os agentes, produção, consumo, utilização de recursos e usos, de diversos setores econômicos.

Como consequência, a CST apresenta o mesmo detalhamento das Contas Nacionais, mas aplicado ao turismo, ou seja, é possível saber a relação das ACTs entre elas, com o governo, as famílias e agentes externos; quanto cada um desses envolvidos gasta de turismo e

o que cada um consome (transporte, hospedagem, entretenimento, alimentação, etc.); quanto determinada atividade do turismo contribui para o setor e para economia global; o que isso representa em termos monetários e percentuais; qual a quantidade de mão-de-obra empregada e o que gera de renda; os gastos ou investimentos em capital fixo do turismo; saber quanto de turismo é uma atividade de exportação (estrangeiros no Brasil, trazendo divisas) ou quanto de importação (brasileiros indo para exterior, por exemplo, levando divisas); entre outros aspectos importantes na economia de um país.

Pelos pontos apresentados, pode-se dizer que a Conta Satélite do Turismo é a Conta Nacional focalizada no setor, ou seja, é o “zoom” na atividade. Por esse motivo, acredita-se que a CST é uma das ferramentas macroeconômicas mais importantes para o turismo, para o seu planejamento e para definições de estratégias de desenvolvimento. O Quadro 16, adiante, sintetiza a CST com relação a estes aspectos.

Já no capítulo 2, vimos que para garantir a padronização e a comparabilidade dos dados em turismo, a OMT delimitou dez tabelas básicas para a elaboração da Conta Satélite do Turismo, divididas por produtos específicos e ACTs (anexos III e IV respectivamente). São quatro tabelas sobre gastos dos turistas domésticos e estrangeiros, no país em questão e no exterior; mais duas tabelas de desagregação da produção do turismo por ACTs; a sétima, de empregos gerados no turismo; seguida pela de formação bruta de capital fixo no turismo (tabela 8); de investimentos do governo no setor (tabela 9) e, por fim, a tabela 10, de dados não monetários.

Dessas tabelas conceituais, a OMT exige para elaboração da CST, no mínimo, as seis primeiras, além da última, incluindo informações tanto da oferta quanto da demanda. A OMT entende que os dados das outras três tabelas ainda não estão bem definidos dentro das ACTs e, por isso, admite que sejam elaboradas em outro momento. Realmente a dificuldade está em saber o que é ou não turístico dentro dessas tabelas. Até mesmo a de emprego, que possui registros de mão-de-obra, é difícil de ser mensurada. Saber quantos dos restaurantes são turísticos; quantas casas de espetáculo atendem, na maioria, turistas; quantas pessoas que vão a um determinado evento são turistas, entre outros, demonstra como dimensionar o setor ainda é uma tarefa complexa. Por estas dificuldades o ideal é que a CST seja construída de forma gradativa, sendo elaborada uma inicial e que passaria a sofrer as adequações necessárias ao longo do tempo.

Quadro 16 – A CST no planejamento e na elaboração de estratégias para o turismo

Permite	Importância no planejamento/estratégia
Visualizar gastos dos turistas, governos, empresas, aplicação e investimentos. Saber o que a atividade gerou de renda, se os recursos públicos estão direcionados conforme o planejado; qual o montante investido; se foi suficiente ou se é necessário um aporte maior; se as empresas estão aumentando ou diminuindo receita, contratando mais mão-de-obra, investindo no local em que residem, etc.	Tudo isso evidencia o desenvolvimento econômico do turismo e permite ao ente público observar se os recursos empregados estão dando retorno satisfatório, seja este econômico ou social. Com isso os governos podem redefinir metas e objetivos, além de redirecionar recursos para determinado fim.
Saber o grau de influência do turismo em outros setores.	Saber o grau de dependência do turismo em relação a outros setores e a ele mesmo, alertando o tomador de decisões em caso de alterações econômicas, tendências mundiais, variações climáticas, etc. Saber até que ponto investir no turismo é válido ou se é melhor desenvolver outras atividades econômicas.
Identificar as áreas críticas para investimento	Ter conhecimento dos pontos fracos do destino e saber o valor a ser investido para que se possa fomentar o setor.
Conhecer nos destinos concorrentes de que forma estes investem no setor.	Saber onde o concorrente investe, quanto ele consegue obter de retorno, quais são os gastos realizados, quais os principais setores que desenvolvem o turismo, etc. Com isso, pode ser feita uma comparação entre os países e identificar fragilidades ou deficiências de investimento. Ainda em termos comparativos, é possível elencar os países que mais investem no setor, quais são as atividades mais desenvolvidas, quais os produtos comumente comercializados, etc.
Atrair possíveis investidores	Ao perceber a evolução do setor em determinado local, ao longo do tempo e baseado em dados e fatos, os investidores terão maior segurança em direcionar recursos para empreendimentos naquele local. Isto também é válido para os investimentos públicos ou de outros interessados em desenvolver a atividade turística.
Saber a geração de emprego e renda no período	Pode ser utilizado como indicador social, mas sempre em conjunto com outros indicadores ou ferramentas macroeconômicas sociais, como a matriz de contabilidade social, por exemplo.
Auxiliar na definição de objetivos e metas	Após a análise detalhada de todos os números, governantes possuem um retrato da economia do turismo local e podem delimitar melhor os objetivos ou metas, fazendo o planejamento de forma consciente e baseado em fatos.

Fonte: elaboração própria.

Tentando entender como está a Conta Satélite do Turismo no Brasil, foram realizadas entrevistas no IBGE e no Ministério do Turismo, conforme visto no capítulo 3. Os resultados estão disponíveis no item 3.3 deste trabalho, sendo que aqui cabe comentar alguns deles.

Observou-se que os estudos de economia do turismo desenvolvidos pelo IBGE caminham para a Conta Satélite do Turismo e até já apresentam alguns pontos da própria conta. Além desses estudos, o país possui uma série de pesquisas que também podem ajudar. Isto nos faz pensar sobre o tema e a refletir se este é ou não o momento para a retomada da CST no Brasil.

As estatísticas do setor, em geral, estão evoluindo. Mais estudos são realizados; mais órgãos federais estão envolvidos em pesquisas diretas; existe a expectativa da formalização da Plataforma Interinstitucional com a regulamentação da Lei Geral do Turismo, formando um grupo técnico para discutir as estatísticas do turismo no país; ainda com a Lei Geral, a obrigatoriedade dos estabelecimentos turísticos em fazer o cadastro junto ao MTur para poderem operar formalmente, poderá fornecer informações sobre os estabelecimentos, resultando em um grande banco de dados; a continuidade da parceria MTur e IBGE viabiliza a continuação dos estudos macroeconômicos do turismo; etc. Por todos estes fatos, acredita-se que este é um bom momento para o lançamento de uma CST, ainda que primária e incompleta.

Esta primeira publicação poderia representar um marco nas estatísticas em turismo no Brasil, fortalecendo ainda mais todas as ações até o momento realizadas, convergindo esforços para um único objetivo. Claro que os meios para se chegar até ela são muito maiores e mais significativos, mas seria uma forma de acelerar toda a expectativa que está ocorrendo no setor.

Concordando com as observações dos entrevistados, o ideal seria montar e abastecer um sistema nacional de estatística em turismo para depois, naturalmente, se chegar até a Conta Satélite. Porém, já que este exige muito mais tempo e recursos, pode-se pensar de forma inversa, a CST como um vetor de desenvolvimento estatístico do turismo para o país. Já que até o momento não se tem a definição clara de quais estudos devem ser realizados para formar o sistema maior de estatísticas, por que não realizar aqueles necessários para a CST? Assim a CST ajudaria a direcionar as pesquisas que irão compor o sistema maior.

Com relação às tabelas conceituais da OMT, o país tem condições de elaborar boa parte daquelas exigidas (5,6,7 e 10), em particular as de oferta, faltando as 4 primeiras tabelas que são essenciais e concentram os dados da demanda, mas não possuem dados concretos no

Brasil para sua formação. Deste modo, elaborar estudos específicos que supram essas e outras deficiências deve ser ação prioritária do governo, caso o interesse seja o de implementar a CST. Somente com estes estudos o país terá a CST com um bom grau de confiabilidade. Os estudos de demanda realizados hoje podem ser um indicativo, mas não aplicáveis porque trabalham com conceitos e amostragem que diferem daqueles preconizados pela OMT, sendo necessário adequá-los tecnicamente.

Uma alternativa para tentar diversificar as fontes de pesquisa é tentar incluir mais itens do turismo em pesquisas que já são realizadas no país, por exemplo, na Pesquisa de Orçamentos Familiares. Outra, sugerida pelo Coordenador das Contas Nacionais, é operacionalizar informações que ainda não são operacionais. Como exemplo, sistematizar e informatizar os formulários de entrada e saída do país, de entrada de hóspede nos hotéis, de embarque nos terminais rodoviários e portuários, etc. São medidas iniciais que podem ser feitas para viabilizar os estudos a serem realizados.

Outro ponto crucial, identificado com as entrevistas e pesquisas realizadas, é a necessidade de institucionalizar a Conta Satélite do Turismo no âmbito do Ministério do Turismo, em parceria com o IBGE. Em verdade a CST deve ser elaborada pelo órgão oficial de estatística do país, mas, para que isso aconteça, o MTur tem que formalizar junto ao IBGE a intenção de se construir a conta satélite. Desta forma, o IBGE poderá atrair mais recursos, direcionar mais esforços e contribuir consideravelmente para a concretização da CST. De outra forma o IBGE continuará priorizando outros estudos que são de sua competência.

Observando a CST em outros países, notamos que todos aqueles listados (item 3.5) apresentaram dois pontos principais: a elaboração da conta satélite do turismo está no âmbito do órgão de estatística oficial de cada país e todos os países desenvolvem estudos específicos da demanda para subsidiar as tabelas conceituais. Tal constatação, ocorrida na prática dos outros países, reforça aquilo identificado como primordial para a elaboração da CST no Brasil. Mais uma vez fica claro que sem estes passos básicos dificilmente o Brasil poderá desenvolver uma conta satélite preconizada nos moldes da OMT.

A Conta Satélite do Turismo nada mais é do que o resultado de um conjunto de estatística de turismo do país, disposta de forma sistêmica, capaz de caracterizar a economia do turismo em um determinado tempo e local. Para sua formação existem dois caminhos: ter todo o sistema de estatística montado e chegar à CST como consequência natural ou definir a CST como um objetivo final e definir metas e esforços para construí-la.

Tendo em vista que o Brasil ainda não possui o sistema em estatística do turismo bem definido, faltando definir um grupo técnico de trabalho que especifique quais estudos são importantes para o sistema e como este sistema deverá agir (quais as metas, objetivos, diretrizes), o entendimento é que o Ministério do Turismo deve priorizar a Conta Satélite do Turismo como um objetivo final a ser alcançado. Tendo isto institucionalizado e formalizado junto ao IBGE, acredita-se que estudos específicos poderão ser elencados e realizados com o intuito único de se atingir a CST. Esta medida pode não só caracterizar uma conta satélite bem feita, mas pode ainda antecipar a aprovação e criação da Plataforma Interinstitucional, além da definição do próprio Sistema de Estatísticas do Turismo.

Após todas as observações e considerações deste trabalho foi possível mensurar quão importante a Conta Satélite pode ser. Seja como um simples banco de dados ou para acompanhamento de ações, planejamento estratégico, comparação entre países, definição do PIB do turismo, etc. a CST desponta como importante ferramenta de gestão do turismo e que pode auxiliar governos a direcionar recursos e avaliar metas. Em especial no caso brasileiro, ela poderá ser utilizada como instrumento de avaliação da atividade turística como um todo, mas que é reflexo de políticas e programas locais, definidos, especialmente pelo Plano Nacional de Turismo.

Conclui-se este trabalho lembrando que esta é a metodologia referendada, disseminada e recomendada pela Organização Mundial do Turismo, sendo importante para o Brasil, como país membro, acompanhar as tendências e diretrizes internacionais, mantendo-se em consonância com a OMT e os demais países que a compõe, gerando credibilidade para o setor turístico do país, podendo atrair mais investidores e recursos para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. P.; Divino, J. A.; MOLLO, M. L. R.; TAKASAGO, Milene. **A economia do turismo no Brasil. Brasília.** SENAC, 2008.

CASTRO, Antônio Barros de e LESSA, Carlos Francisco, **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista.** 23. ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982.

CEC/IMF/OECD: Commission of the European Communities, International Monetary Fund, Organisation for Economic Cooperation and Development, **United Nations and World Bank, System of National Accounts-1993**, Brussels/Luxembourg, New York, Paris, Washington, D.C., 1993.

CHAPRON, Jean-Etienne. **Functional satellite accounts: Links to policy and methodological features: French experiences.** United Nations, New York, 2000.

DELISLE, Jacques. **The Canadian National Tourism indicators: a dynamic picture of the satellite account.** The Canadian National Tourism Indicators, 2004.

DWYER, FORSYTH, SPURR. **Evaluating tourism's economic effects: new and old approaches.** Tourism Management, 2003.

EMBRATUR, **Conta Satélite do Turismo – CST Brasil**, Brasília, 1999

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2004

FRECHTLING, Douglas C. **The tourism satellite account: foundations, progress and issues.** Tourism Management 20, 1999.

HARRIS e HARRIS, **The Structural Dynamics of Aggregate Production: A challenge to tourism research.** The Journal of Tourism Studies, Vol. 5, 1994.

IBGE: Home Page oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_turismo/2000_2005/default.shtm, acesso constante.

IPEA: Home Page oficial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=165, acesso em 10/03/2009.

INE: Home Page oficial do *Instituto Nacional de Estadística* (Espanha). <http://www.ine.es/>, acesso em 15 de abril de 2009.

INE: Home Page oficial do *Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática* (México) - <http://www.inegi.org.mx/inegi/default.aspx>, acesso em 16 de abril de 2009.

IBGE, **Análise das atividades características do Turismo 2003**, Rio de Janeiro, 2007

IBGE, **Contas nacionais nº. 23 – Matriz Insumo Produto**, 2008.

IBGE, **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000 – 2005**/IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, **Matriz de insumo-produto: Brasil: 2000/2005**/IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, **Pesquisa Anual de Comércio**, v.18, 2006.

IBGE, **Série Relatórios Metodológicos, V.24**, 2008, 2ªed.

MANKIW, N. Gregory, **Princípios de macroeconomia** / N. Gregory Mankiw; [tradução Allan Vidigal Hastings] - - São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MTur/BNB: Ministério do Turismo, Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento, **Regulamento Operacional PRODETUR NE II**, Brasília, 1999.

MTur: Ministério do Turismo. **Dados e fatos**. Site institucional do MTur (Consultado em 29 de abril de 2009). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>

MTur:Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília, 2003.

MTur: Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2007

MOLLO, M. L. R. e AMADO, A. **Noções de macroeconomia - razões teóricas para as divergências entre os economistas**. Ed. Barueri - SP: Manole, 2003.

OCDE: Organisation de Coopération et de Développement Economiques. **Regional Satellite Accounts for Tourism in Norway: data, concepts, methods and applications**. DSTI/DOT/TOU/STAT, (2001)3

OMT: Organização Mundial do Turismo, **International Recommendations on Tourism Statistics (IRTS)**, 2007

OMT: Organização Mundial do Turismo, **The Tourism Satellite Account as an Ongoing Process: Past, Present and Future Developments**, 2001

OMT: Organização Mundial do Turismo, **Tourism Satellite Account (TSA): The conceptual Framework**, 1999

OMT: Organização Mundial do Turismo, **Tourism Satellite Account (Ibero-American Seminar)**, 2000.

OMT: Organização Mundial do Turismo, **Tourism Satellite Account (TSA): Adapting the Tourism Satellite Account Conceptual Framework from a Regional Perspective**, 2000

OMT: Organização Mundial do Turismo, **Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework**, Luxembourg, Madrid, New York, Paris, 2001.

OMT: Organização Mundial do Turismo, **WTO Metadata Project: General Guidelines for documenting tourism statistics**, 2004

PAULANI, Leda Maria e BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade Social**, São Paulo: Atlas, 1995.

SECTUR: Secretaria de Turismo do México, **Cuenta Satélite del Turismo de México 1999-2004**, 1999

SIMONSEN, Mario Henrique e CYSNE, Rubens Penha, **MACROECONOMIA**, 2. ed. São Paulo: Atlas S/A, 1995.

STATCAN: Home Page oficial do *Statistic Canada* (Canadá). **Canadian Travel Survey**. <http://www.statcan.gc.ca/cgi-bin/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3810&lang=en&dB = imdb&adm=8&dis=2>, acesso em 18 de abril de 2009.

STATCAN: Home Page oficial do *Statistic Canada* (Canadá). **International Travel Survey**. <http://www.statcan.gc.ca/dli-ild/data-donnees/ftp/its-evi-eng.htm>, acesso em 18 de abril de 2009.

STATCAN: Statistics Canada, **The Tourism Satellite Account, National Accounts and Environment Division Technical Series**, No. 31, Ottawa, July, 1994.

SSB: Home Page oficial do *Statistics Norway* (Noruega). <http://www.ssb.no/english/>, acesso em 16 de abril de 2009.

UN: United Nations. **Handbook of National Accounting Household Accounting: Experience in Concepts and Compilation**, 2000

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, **Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos** / Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

6. ANEXOS

Anexo I – Contas Econômicas Integradas IBGE 2008

Contas econômicas integradas - 2008



Contas	Total	Registros correspondentes a		S.1 Total da economia	S.10 Instituições sem fins lucrativos e serviços das fam.	S.14 Famílias	S.10 Administração pública	S.12 Empresas financeiras	S.11 Empresas não-financeiras	Códigos	Operações e saldos	S.11 Empresas não-financeiras	S.12 Empresas financeiras	S.10 Administração pública	S.14 Famílias	S.14 Instituições sem fins lucrativos e serviços das fam.	S.1 Total da economia	Registros correspondentes a		Total	Contas	
		Conta de base a serviços (recursos)	Conta do resto do mundo															Conta do resto do mundo	Conta de base a serviços (uso)			
Contas correntes (1 000 000 R\$)																						
Uso																						
1. Produção/ conta externa de bens e serviços	200 272	200 272									P.7 Importação de bens e serviços								200 272	200 272	1. Produção/ conta externa de bens e serviços	
	254 770		254 770								P.8 Exportação de bens e serviços								254 770	254 770		
	2 662 739	2 662 739									P.9 Produção	1 698 919	162 739	331 919	495 990	28 912	2 662 739			2 662 739		
	2 200 714	2 200 714									F.1.1 Produção mecanizil	1 692 048	161 236	13 482	325 989	14 181	2 200 714			2 200 714		
	482 025	482 025									F.1.2 Produção não-mecanizil	1 875	1 169	318 137	140 991	21 731	482 025			482 025		
	1 522 125		1 522 125	22 178	107 954	109 242	59 572	1 229 466				P.2 Consumo intermediário								1 522 125		1 522 125
	229 294	229 294										D.21-D.31 Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos							229 294	229 294		
	1 690 948		1 690 948	12 734	327 990	222 277	103 157	773 450				S.1 Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1)	773 450	162 157	222 277	267 938	12 734	1 690 948				1 690 948
	(-) 49 438	(-) 49 438										S.11 Saldo externo de bens e serviços							(-) 49 438	(-) 49 438		
	872 698		824	871 872	12 601	46 751	184 249	41 832	379 276			D.1 Remuneração dos empregados							872 698	872 698		
528 957		824	528 133	10 110	42 946	147 422	32 737	292 666			D.11 Ordenados e salários							528 957	528 957			
142 689		142 689	2 461	2 906	46 927	9 185	82 291				D.12 Contribuições sociais dos empregadores							142 689	142 689			
111 561		111 561	2 461	2 906	15 075	9 185	81 605				D.121 Contribuições sociais efetivas							111 561	111 561			
21 738		21 738			31 052		686				D.122 Contribuições sociais imputadas							21 738	21 738			
247 440		247 440	612	125	27	1 587	15 475				D.2-D.3 Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação				347 440			247 440	247 440			
229 294		229 294									D.21-D.31 Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos				229 294			229 294	229 294			
18 106		18 106									D.10 Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção				18 106			18 106	18 106			
600 876		600 876	521	131 969	27 991	93 248	261 666				S.2 Excedente operacional bruto	281 656	59 388	27 991	121 980	521	600 876			600 876		
180 660		180 660									S.3 Realizamento líquido bruto (investimento de ativos externos)				180 660			180 660	180 660			
1 075 175	10 991	1 086 166		27 930	202 519	379 282	254 542				D.4 Rendas de propriedade	181 745	265 427	164 986	195 483	2 090	1 086 166	66 276		1 075 175		
626 669	8 597	635 266		27 750	202 519	324 485	171 726				D.41 Juros	120 923	579 152	85 728	98 198	2 090	880 168	46 960		626 669		
56 148	2 204	58 352				22 248	71 588				D.42 Dividendos e retiradas	25 129	12 165	2 959	25 485		76 732	19 416		56 148		
32 652		32 652									D.43 Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro									32 652		
11 202		11 202									D.44 Rendimentos da propriedade atribuído a detentores de ações de seguro	669	70	74	21 810		22 652			11 202		
1 644 506		1 644 506	2 610	1 110 958	176 899	65 440	250 656				S.5 Saldo das rendas primárias brutas (renda nacional bruta (2))	200 550	52 442	176 938	1 110 958	2 610	1 644 506			1 644 506		
147 235		147 235	122	55 113	19	19 247	81 794				D.5 Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	200 550	52 442	176 938	1 110 958				147 235	147 235		
211 451		211 451									D.61 Contribuições sociais	685	28 267	172 279				211 451	211 451			
179 713		179 713									D.611 Contribuições sociais efetivas		28 267	141 226				179 713	179 713			
111 971		111 971									D.6111 Contribuições sociais efetivas dos empregadores		2 754	168 217				111 971	111 971			
62 210		62 210									D.6112 Contribuições sociais dos empregados		22 572	16 079				62 210	62 210			
4 832		4 832									D.6113 Contribuições sociais dos não-assalariados		2 076	4 522				4 832	4 832			
21 738		21 738									D.612 Contribuições sociais imputadas	685		31 053				21 738	21 738			
258 548		258 548									D.62 Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie			258 548				258 548	258 548			
116 927		116 927									D.621 Benefícios de seguridade social em numerário			116 927				116 927	116 927			
94 420		94 420									D.622 Benefícios sociais com constituição de fundos			94 420				94 420	94 420			
37 206		37 206									D.623 Benefícios sociais sem constituição de fundos			37 206				37 206	37 206			
7 999		7 999									D.624 Benefícios de assistência social em numerário			7 999				7 999	7 999			
224 661	9 285	233 946	10	18 454	141 525	38 485	18 761				D.7 Outras transferências correntes	3 819	21 034	169 913	14 953	21 874	225 787	814		224 661		
7 480		7 480									D.71 Prêmios líquidos de seguros não-vida			7 480				7 480	7 480			
7 480		7 480									D.72 Indenizações de seguros não-vida			7 480				7 480	7 480			
116 269		116 269									D.73 Transferências correntes entre administrações públicas			116 269				116 269	116 269			
201	144	345									D.74 Cooperação Internacional			144			144		201			
54 858	9 421	64 279	10	12 236	12 074	2 599	16 517				D.75 Transferências correntes diversas	1 721	1 946	20 027	5 990	21 874	54 251	607		54 858		
28 072		28 072									D.76 Relação do Governo com o Banco Central			11 560	28 482			28 072	28 072			
1 192		1 192									D.761 Compensação pela produção do Banco Central			1 192				1 192	1 192			
26 879		26 879									D.762 Resultado do Banco Central			11 268	25 289			26 879	26 879			
1 652 558		1 652 558	24 260	1 666 527	293 757	99 748	182 156				S.6 Renda disponível bruta	192 156	59 746	326 797	1 098 597	24 260	1 652 558			1 652 558		
141 876		141 876									D.63 Transferências sociais em espécie			141 876				141 876	141 876			
1 652 558		1 652 558	2 629	1 236 413	193 912	99 748	182 156				S.7 Renda disponível bruta ajustada	192 156	59 746	166 912	1 238 413	2 629	1 652 558			1 652 558		
1 382 255		1 382 255									S.8 Renda disponível bruta	192 156	59 746	326 797	1 098 597	24 260	1 652 558			1 652 558		
1 382 255		1 382 255	21 731	1 081 928	229 294						F.4 Consumo final efetivo							1 382 255	1 382 255			
29 065		29 065									F.3 Despesa de consumo final							29 065	29 065			
271 202		271 202	2 629	84 574	41 820	182 156					D.8 Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FOTs e RIS/PASEP				29 095		29 065			271 202		
(-) 2 107	(-) 2 107										S.6 População bruta							(-) 2 107	(-) 2 107			
											S.12 Saldo externo corrente											
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)																						
Variações de ativos																						
S.6 Capital	259 714		259 714	2 604	71 943	25 904	220	159 442			S.6 População bruta	192 156	41 820	(-) 59 978	84 574	2 629	271 202			271 202		
	8 281		8 281								S.12 Saldo externo corrente								(-) 8 281	(-) 8 281		
											F.51 Formação bruta de capital fixo								259 714	259 714		
											F.52 Variação de estoques								8 281	8 281		
											K.2 Aquisições líquidas de ativos não-financeiros não-produzidos								(-) 154	(-) 154		
											D.9 Transferências de capital a receber				2 172		7 201		642	10 115	112	
											D.9 Transferências de capital a pagar				(-) 1 246	(-) 1 152	(-) 4 478	(-) 2 261	(-) 8 606	(-) 1 627	(-) 10 227	
											S.4 Capacidade (e) / Reservas de liquidez de financiamento											
											S.10.1 Variações do patrimônio líquido resultantes de população e de transferência de capital											

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Para o total da economia, este saldo corresponde ao produto interno bruto (PIB), que é igual ao valor adicionado dos setores institucionais excluído dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) Para o total da economia, o saldo das rendas primárias brutas corresponde à Renda Nacional Bruta.

Anexo II – Tabela de Recursos e Usos IBGE 2008

Tabela de recursos e usos - 2008 - valores correntes

I - Tabela de recursos de bens e serviços

Descrição do produto	Oferta de bens e serviços									Produção das atividades											Total da economia	Impostos					
	Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Imposto de importação	IPR	ICMS	Outros impostos sobre produtos	Total de impostos líquidos de subsídios	Oferta total a preço básico	Agricultura	Indústria extrativa mineral	Indústria de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio	Transporte, armazenagem e comércio	Serviços de informação	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Atividades imobiliárias e aluguel	Outros serviços		Administração, saúde e educação públicas	Total do produto	Ajuste OF-PCB	Importação de bens	Importação de serviços	
Agricultura	214.632	19.434	1.984	60	0	5.082	4.059	9.207	164.825	179.240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	129	179.421	0	4.360	0	
Indústria extrativa mineral	147.789	2.579	2.449	9	0	1.000	1.909	2.119	129.684	124	106.675	2.434	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.421	0	
Indústria de transformação	1.852.484	249.297	26.309	6.620	24.115	99.429	45.239	177.922	1.684.937	19.230	1.906	1.216.194	16	0	1.372	0	17	0	1	48	1.443	1.233.811	0	142.946	0		
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	170.011	0	0	0	0	16.791	4.842	21.714	148.246	0	0	142.992	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.757	0	
Construção	160.184	0	0	0	0	0	4.542	4.542	179.564	0	27	336	0	175.801	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	149	
Comércio	9.630 (-)	271.481	0	0	0	0	0	0	301.231	2	41	500	1	271.226	75 (-)	2.625	0	40	9.127	59	279.104	0	0	0	0	2.127	
Transporte, armazenagem e comércio	171.229	0 (-)	31.949	0	0	2.290	3.404	7.725	169.534	0	0	0	0	0	852	162.982	0	0	0	0	2.141	169.694	(-)	9.546	0	19.404	
Serviços de informação	177.635	0	0	0	0	19.222	11.121	28.452	147.292	0	0	0	0	0	237	0	144.120	0	0	0	152	144.519	0	0	0	2.943	
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	214.641	0	0	0	0	0	15.890	15.890	194.642	0	0	0	0	0	0	0	199.697	0	0	0	0	199.697	(-)	254	0	0	
Atividades imobiliárias e aluguel	209.121	0	0	0	0	0	1.479	1.479	206.626	14	107	1.490	347	705	1.206	450	1.227	471	173.570	17.204	522	197.474	0	0	0	9.168	
Outros serviços	481.622	0	0	0	0	9.279	19.879	29.199	454.425	0	0	0	25	0	8.150	0	0	0	36	419.291	9.224	432.903	0	0	0	29.423	
Administração, saúde e educação públicas	421.124	0	0	0	0	0	0	0	421.124	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	420.701	420.701	0	0	0	0	
Ajuste OF-PCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.908 (-)	9.908
Total	4.239.545	0	0	6.627	24.115	152.640	108.930	296.422	4.062.143	164.001	107.837	1.221.846	142.802	175.706	262.261	162.745	142.929	169.247	173.438	461.092	449.104	2.915.271	0	189.948	37.608		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

II - Tabela de usos de bens e serviços

Descrição do produto	Oferta de bens e serviços									Consumo intermediário das atividades											Total da economia	Demanda final										
	Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Imposto de importação	IPR	ICMS	Outros impostos	Total de impostos	Oferta total a preço básico	Agricultura	Indústria extrativa mineral	Indústria de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio	Transporte, armazenagem e comércio	Serviços de informação	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Atividades imobiliárias e aluguel	Outros serviços		Administração, saúde e educação públicas	Total do produto	Consumo de base	Consumo de transporte	Consumo de administração pública	Consumo das famílias	Consumo das empresas	Consumo do setor público	Variação de estoque	Demanda final	Demanda total
Agricultura	214.632								28.625	0	117.570	0	0	0	0	0	0	0	0	2.261	247	140.923	21.853	0	0	0	20.274	14.264	(-)	417	72.489	214.402
Indústria extrativa mineral	147.789							1.422	7.926	64.715	5.877	2.126	0	0	0	0	0	0	0	48	27	115.674	30.548	0	0	0	469	0	972	21.919	147.769	
Indústria de transformação	1.852.484							1.382	28.450	413.441	12.144	65.745	23.741	54.176	12.401	9.159	2.276	85.926	34.278	1.082.525	225.213	0	0	0	0	0	547.119	177.926	(-)	4.416	649.949	1.852.484
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	170.011							1.382	6.150	26.530	26.142	546	7.576	2.269	2.055	1.252	209	12.259	10.491	119.215	0	0	0	0	0	50.456	0	0	30.484	170.011		
Construção	160.184							0	1.244	1.670	16	4.812	142	24	229	1.457	4.428	3.213	9.923	27.218	0	0	0	0	0	946	0	0	151.950	160.184		
Comércio	9.630 (-)							0	3.100	0	41	3.296	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.442	0	0	1.442	9.630		
Transporte, armazenagem e comércio	171.229							2.944	9.457	20.256	2.395	892	19.172	19.206	2.315	2.249	192	9.101	4.248	64.169	0	0	0	0	0	3.446	0	0	49.411	162.760		
Serviços de informação	177.635							597	3.199	19.221	1.736	470	4.871	2.217	27.099	11.611	437	32.998	29.998	124.104	0	0	0	0	0	953	0	0	14.229	190.245		
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	214.641							2.121	2.896	21.606	1.843	1.546	4.762	2.772	2.540	29.499	377	3.442	39.227	120.764	0	0	0	0	0	1.423	0	0	27.924	219.429		
Atividades imobiliárias e aluguel	209.121							196	4.172	5.816	505	1.144	7.242	3.842	5.099	1.541	491	7.524	4.248	42.268	0	0	0	0	0	1.946	0	0	142.009	209.121		
Outros serviços	481.622							49	5.455	25.849	5.482	2.415	16.742	10.995	12.076	14.147	1.915	27.792	40.909	169.429	0	0	0	0	0	0	0	0	0	215.727	430.267	
Administração, saúde e educação públicas	421.124							0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	420.701	420.701	
Total	4.239.545							66.846	59.445	301.162	65.502	69.143	69.474	91.427	69.927	72.412	9.992	183.908	160.746	1.943.948	287.266	37.443	430.701	0	1.294.467	249.463	(-)	5.963	2.295.714	4.239.545		

Componentes do valor adicionado																
Valor adicionado bruto (VAB)	296.422	104.596	48.812	243.754	77.476	66.562	197.797	91.507	79.022	126.254	163.757	247.993	279.428	1.631.522	2.147.944	
Remunerações																
Salários																
Contribuições sociais efetivas																
Previdência oficial - FGTS																
Previdência privada																
Contribuições sociais imputadas																
Excedente operacional bruto e rendimento médio bruto																
Rendimento médio bruto																
Excedente operacional líquido (EOL)																
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação																
Impostos sobre produtos																
Subsídios sobre produtos																
Outros impostos sobre a produção																
Outros subsídios à produção																
Valor da produção																
Fator trabalho (ocupações)																

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.



Anexo III - Lista de produtos específicos do turismo⁵⁶

CPC (Ver. 2)	Título	TCP	ISIC (Rev. 4)
Subclasses			Código das atividades
64241	Serviços domésticos de transporte de passageiros por linhas aéreas de serviço regular	TCP	5110
64242	Serviços domésticos de transporte de passageiros por linhas aéreas de serviço não-regular	TCP	5110
64243	Serviços internacionais de transporte de passageiros por linhas aéreas de serviço regular	TCP	5110
64244	Serviços internacionais de transporte de passageiros por linhas aéreas de serviço não-regular	TCP	5110
64250	Serviço de transporte espacial de passageiros	TCP	5110
66011	Serviços de aluguel de lotação e ônibus com motorista		4922
66021	Serviços de aluguel de embarcações de passageiros com tripulação para transporte em zonas costeiras e transoceânicas		5011, 5012
66022	Serviços de aluguel de embarcações de passageiros com tripulação para transporte por vias interiores de navegação		5011, 5012
66031	Serviço de aluguel de aeronaves de passageiros com tripulação		5011
67190	Outros serviços de carga e descarga		5224
67309	Outros serviços auxiliares do transporte por ferrovias		5221
67410	Serviços de terminais de ônibus		5221
67420	Serviços de exploração de rodovias, túneis e pontes		5221
67430	Serviços de estacionamento		5221
67440	Serviços de reboque de veículos comerciais e particulares		5221
67511	Serviços de exploração de portos e vias de navegação (exceto carga e descarga) em zonas costeiras e transoceânicas		5222
67512	Serviços de exploração (exceto carga e descarga) em vias interiores de navegação		5222
67521	Serviços de reboque e tração de embarcações em zonas costeiras e transoceânicas		5222
67522	Serviços de reboque e tração de embarcações em vias interiores de navegação		5222
67531	Serviços de salvamento e reboque de embarcações em zonas costeiras e transoceânicas		5222
67532	Serviços de salvamento e reboque de embarcações em vias interiores de navegação		5222
67610	Serviços de exploração de aeroportos (exceto carga e descarga)		5223
67620	Serviços de controle de tráfego aéreo		5223
67730	Outros serviços auxiliares de transporte aéreo		5223
68113	Serviços postais de balcão		5310
68119	Outros serviços postais		5310
71134	Serviços de cartão de crédito		6492
71331	Serviços de seguros de veículos e motor privados		6512
71334	Outros serviços de seguros de propriedade		6512
71337	Serviços de seguros de viagens		6512
71592	Serviços de câmbio de divisas		6612
72111	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de propriedades residenciais próprias ou arrendadas	TCP	6810
72123	Serviços comerciais para imóveis para temporada	TCP	6810
72211	Serviços de gestão de imóveis residenciais por comissão ou por contrato, exceto de imóveis para temporada	TCP	6820
72213	Serviços de gestão de imóveis para temporada por comissão ou por contrato	TCP	6820
72221	Vendas de edifícios residenciais por comissão ou por contrato, exceto para imóveis para temporada	TCP	6820
72223	Vendas de imóveis para temporada por comissão ou por contrato	TCP	6820
73111	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de automóveis ou camionetas sem motorista	TCP	7710
73114	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de outros equipamentos de transporte terrestre sem motorista		7730
73115	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de embarcações de passageiros sem tripulação		7730
73116	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de aeronaves de passageiros sem tripulação		7730
73240	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de equipamentos de recreação e lazer	TCP	7721
73260	Serviços de aluguel e <i>leasing</i> de têxteis, vestuário e calçados		7729
73290	Serviços de aluguel ou <i>leasing</i> de outros bens não classificados em outro lugar		7729
83811	Serviços de fotografia		7420
83820	Serviços de revelação fotográfica		7420

⁵⁶ OMT, 2007, p. 96. Tradução

CPC (Ver. 2)	Título	TCP	ISIC (Rev. 4)
Subclasses			Código das atividades
84121	Serviços de telefonia fixa - acesso e uso		6110
84131	Serviços de telefonia móvel - acesso e uso		6120
84221	Serviços de acesso à internet (conexão discada)		6110, 6120, 6130, 6190
84222	Serviços de acesso à internet banda larga		6110, 6120, 6130, 6190
84510	Serviços de bibliotecas		9101
84520	Serviços de arquivos		9101
85511	Serviços de reserva para transporte aéreo	TCP	7911, 7920
85512	Serviços de reserva para transporte ferroviário	TCP	7911, 7920
85513	Serviços de reserva para ônibus de transporte	TCP	7911, 7920
85514	Serviços de reserva para aluguel de veículos	TCP	7911, 7920
85519	Outros arranjos de transporte e serviços de reserva não classificados em outro lugar	TCP	7911, 7920
85521	Serviços de reserva para acomodação	TCP	7911, 7920
85522	Troca de serviços para temporada	TCP	7920
85523	Serviços de reserva para cruzeiros	TCP	7911, 7920
85524	Serviços de reserva para pacotes de turismo	TCP	7911, 7920
85539	Serviços de reserva para eventos com bilhetes e outros serviços de lazer e recreação	TCP	7920
85540	Serviços de operadores de turismo	TCP	7912
85550	Serviços de guias de turismo	TCP	7912
85562	Serviços de informação turística ao visitante	TCP	7920
85953	Serviços de preparação de documentos e outros serviços especializados em apoio administrativo		8219
85961	Serviços de assistência e organização de convenções		8230
85962	Serviços de assistência e organização de feiras e exposições		8230
87141	Serviços de manutenção e reparo de veículos automotores		4520
87142	Serviços de manutenção e reparo de motocicletas e veículos para neve		4540
87143	Serviços de manutenção e reparo de reboques, semi reboques e outros veículos motorizados não classificados em outro lugar		4520
87149	Serviços de manutenção e reparo de outros equipamentos de transporte		3315
87290	Serviços de manutenção e reparo de outros bens não classificados em outro lugar		9529
92310	Serviços gerais para o ensino fundamental		8521
92320	Serviços técnicos e vocacionais para o ensino fundamental		8522
92330	Serviços gerais para o ensino médio		8521
92340	Serviços técnicos e vocacionais para o ensino médio		8522
92410	Serviço de aluguel de aeronaves de passageiros com tripulação		8521
92420			8522
92510	Outros serviços de carga e descarga		8530
92520	Outros serviços auxiliares do transporte por ferrovias		8530
92911	Serviços de educação cultural		8542
92912	Serviços de educação esportiva e de recreação		8541
92919	Outros serviços de educação e treinamento, não classificados em outro lugar		8549
92920	Serviços de suporte à educação		8550
93111	Serviços cirúrgicos para pacientes internados		8610
93112	Serviços de ginecologia e obstetrícia para pacientes internados		8610
92113	Serviços psiquiátricos para pacientes internados		8610
93119	Outros serviços para pacientes internados		8610
93121	Serviços médicos gerais		8620
93122	Serviços médicos especializados		8620
93123	Serviços odontológicos		8620
93191	Serviços de entrega e outros serviços relacionados		8690
93192	Serviços de enfermagem		8690
93193	Serviços de fisioterapia		8690
93194	Serviços de ambulatório		8690
93195	Serviços de medicina laboratorial		8690
93196	Serviços de diagnóstico de imagem		8690
93199	Outros serviços relacionados à saúde humana não classificados em outro lugar		8690
96151	Serviços de projeção de filmes cinematográficos		5914
96152	Serviços de projeção de vídeo		5914
96220	Serviços de produção de eventos e apresentação de espetáculos	TCP	9000
96310	Serviços relacionados com atores	TCP	9000
96411	Serviços relacionados com museu, exceto lugares e edifícios históricos	TCP	9102
96412	Serviços de conservação de lugares e edifícios históricos	TCP	9102
96421	Serviços relacionados com jardins botânicos e zoológicos	TCP	9103
96422	Serviços relacionados com reservas naturais, incluindo serviços de conservação da fauna	TCP	9103

CPC (Ver. 2)	Título	TCP	ISIC (Rev. 4)
Subclasses			Código das atividades
95511	Serviços de promoção e organização de evento de esporte e recreação	TCP	9319
96512	Serviços de clube esportivos		9312
96520	Serviços de instalação e operação de esporte e recreação	TCP	9311
96590	Outros serviços de esporte e recreação	TCP	9319
96620	Serviços de suporte relacionados a esporte e recreação		9319
96910	Serviços relacionados a parques temáticos e atrações similares	TCP	9321
96929	Outros serviços de cassinos e jogos de aposta	TCP	9200
96930	Serviços relacionados com máquinas caça-níqueis	TCP	9329
96990	Outros serviços de recreação e diversão não classificados em outro lugar	TCP	9329
97130	Outros serviços de lavanderia		9601
97210	Serviços de cabeleireiro e babearia		9602
97220	Serviços de manicure, pedicure e tratamento cosmético		9602
97230	Serviços de bem-estar físico		9609
97290	Outros tratamentos de beleza		9602
97910	Serviços de acompanhamento ou escolta		9609

Anexo IV – Lista das atividades características do turismo⁵⁷

Lista das atividades características do turismo de acordo com o ISIC Ver. 4		
ACTs	ISIC	Sub categorias
1.	Serviços de acomodação para visitantes	5510 Atividades de acomodação de curto prazo 5520 Áreas de camping e estacionamento de trailers 5590 Outras acomodações 6810 Atividades imobiliárias com imóveis próprios ou arrendados* 6820 Atividades imobiliárias por comissão ou contrato*
2.	Restaurantes e similares	5610 Atividades de restaurantes e entrega de alimentos 5629 Outros serviços de alimentação 5630 Atividades relacionadas a comercialização de bebidas
3.	Serviço de transporte de passageiros ferroviário	4911 Transporte ferroviário de passageiros
4.	Serviço de transporte de passageiros rodoviário	4922 Outros transportes terrestres de passageiros
5.	Serviço de transporte de passageiros aquaviário	5011 Transporte marítimo e costeiro de passageiros 5021 Transporte aquaviário interno de passageiros
6.	Serviço de transporte de passageiros aéreo	5110 Transporte aéreo de passageiros
7.	Aluguel de veículos	7710 locação e arrendamento de veículos motorizados
8.	Agências de viagem e similares	7911 Atividades de agências de viagens 7912 Atividades de operadores turísticos 7920 Outras atividades de serviços de reservas
9.	Serviços culturais	9000 Atividades de arte, criação e entretenimento 9102 Atividades de museu e operação de prédios e locais históricos 9103 Atividades relacionadas a jardins botânicos, zôos e reservas naturais
10.	Serviços de recreação e esportes	7721 Aluguel e arrendamento de bens de recreação e esportes 9200 Atividades de jogos de apostas 9311 Operações para a prática desportiva 9319 Outras atividades de esportes 9321 Operação de parques temáticos e de diversão 9329 Outras atividades de recreação e lazer
11.	Comércio a varejo de bens característicos do turismo	Lojas de <i>Duty free</i> ** Lojas especializadas em souvenir** Lojas especializadas em artesanato** Lojas especializadas em acessórios de viagens e bens em couro Lojas especializadas em combustível para automóveis Outras lojas que comercializam bens característicos do turismo**
12.	Outra de característica específica do país	

* Parcela relacionada a segunda moradia e propriedades temporárias

** não é uma 4 dígitos ISIC

⁵⁷ Tradução da tabela disponível no documento *International Recommendations on Tourism Statistics (IRTS)*, OMT, 2007, p. 100.

Anexo V – Lista proposta para mensurar a formação bruta de capital fixo do turismo⁵⁸

A. Os ativos fixos tangíveis relacionados com o turismo, que são coerentes com o SNA-93, são definidos e classificados de acordo com as seguintes categorias:

1. Acomodação Turística:

1.1. Hotéis e outros alojamentos coletivos, nos quais se incluem: hotéis, motéis, pousadas, albergues da juventude, abrigos de montanha, camping, acampamentos de férias etc.

1.2. De segunda residência, que inclui: casas de férias e outras segundas residências, diferentes da sua residência principal, sendo adquiridas com o objetivo de serem utilizadas de forma não permanente, por membros da família. Podem ser ainda aquelas adquiridas ou construídas, com o objetivo específico de serem alugadas para curta temporada.

2. Outros edifícios e outras estruturas:

2.1. Restaurantes e similares (serviços de alimento e bebida), incluem: restaurantes, cafés, bares e estabelecimentos de auto-serviço (night-clubs, discotecas, etc.).

2.2. Edifícios e infra-estruturas para o transporte de passageiros por via terrestre, mar e ar, que incluem: terminais de passageiros, pontes, túneis, estradas, rodovias, ferrovias e construção de instalações portuárias de passageiros, etc.

2.3. Edifícios de serviços culturais e similares, nos quais se incluem: bibliotecas, museus, teatros, restauração de monumentos históricos, construção de monumentos e centros culturais.

2.4. Construções para esporte, lazer e entretenimento: centros desportivos ao ar livre, tais como estádios de futebol e atletismo, autódromos, ciclovias, hipódromos, construção de jardins zoológicos e parques temáticos, estação de esqui e campos de golfe, etc.

2.5. Outras construções e estruturas, não incluídas anteriormente.

3. Equipamentos de transporte de passageiros:

3.1. Transporte terrestre: (a) transporte rodoviário (automóveis, motocicletas, auto-caravanas, reboques de *camping*, ônibus interurbano, etc) e (b) o transporte ferroviário (locomotivas, vagões de passageiros, etc.)

3.2. Transporte marítimo: navios de passageiros e *ferries boats*, cruzeiros e iates.

3.3. Transportes aéreos: aviões, planadores, asa-delta, observação em balões, dirigíveis, veículos de transporte de bagagens, helicópteros etc.

4. Máquinas e equipamentos: todos os bens de capital não incluídos nos tópicos anteriores e associadas com a prestação de serviços aos visitantes, como equipamentos para a preparação industrial de alimentos em restaurantes, equipamentos especiais para terminais de passageiros, equipamento de escritório, informática e contabilidade, mobiliário, equipamento esportivo etc. São excluídos os bens duráveis adquiridos pelos visitantes. Aqui entram só aqueles utilizados pela indústria do turismo.

B. Os ativos fixos intangíveis referem-se a programas de computadores para o desenvolvimento de bases de dados, comprados e/ou produzidos para uso comercial em atividades relacionadas ao turismo. São exemplos sistema de administração de um hotel, de parques de diversão, etc.

C. Melhorias de terras utilizadas para fins turísticos: são aquelas recuperadas pelo setor privado, tais como a recuperação de orla, construção de diques, barragens ou paredes de retenção, recuperação de áreas ecológicas, etc, ou seja, atividades que permitem o uso da terra para fins turísticos.

⁵⁸ OMT, 2001, p. 136